

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM

**INSTITUTO BIOATLÂNTICA, ENTIDADE EQUIPARADA ÀS FUNÇÕES DE AGÊNCIA DE ÁGUA
DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CARATINGA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019

01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

CONTRATO DE GESTÃO 001/IGAM/2017

FEVEREIRO DE 2020

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM

**INSTITUTO BIOATLÂNTICA, ENTIDADE EQUIPARADA DE FUNÇÕES DE AGÊNCIA DE ÁGUA
DA BACIA HIDROGRÁFICA DO CARATINGA**

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO
Nº 001/IGAM/2017 DO EXERCÍCIO DE 2019
UGRH05 - CARATINGA**

Relatório de Gestão do exercício de 2019 apresentado aos Órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada atendendo exigência contida na Letra N, Inciso I, da Cláusula Terceira do Contrato de Gestão 001/2017, celebrado entre o IGAM e o IBIO.

Governador Valadares - MG, Fevereiro de 2020.

2

SUMÁRIO

SUMÁRIO	
LISTA DE TABELAS	4
LISTA DE FIGURAS	6
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	8
1.1. A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE	9
1.2. A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CARATINGA	13
1.3. PLANO INTEGRADO DE RECURSOS HÍDRICOS – PIRH DOCE.....	14
1.4. PLANO DE AÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DA UNIDADE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - PARH.....	18
1.5. CONTRATOS DE GESTÃO	19
1.6. PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL – PAP DOCE	23
2. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO	29
2.1. IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	29
2.2. IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO	29
2.3. DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS PACTUADOS NO CONTRATO DE GESTÃO	30
2.4. GLOSSÁRIOS SOBRE OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	31
2.5. COMPROMETIMENTO DE METAS	35
3. INDICADOR 1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	41
3.1. META 1A - CONTEÚDO DISPONIBILIZADO E ATUALIZADO NA PÁGINA ELETRÔNICA DO CBH-CARATINGA.....	41
4. INDICADOR 2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO	44
4.1. META 2A – ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE APLICAÇÃO	44
4.2. META 2B – ACOMPANHAMENTO DO PLANO PLURIANUAL DE APLICAÇÃO	44
4.3. META 2C – IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE RECURSOS HÍDRICOS	44
4.4. META 2D – CONCLUSÃO DOS COMPROMISSOS REMANESCENTES – CONTRATO DE GESTÃO IGAM/IBIO Nº 001/2011	45
5. INDICADOR 3 – APLICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS RECURSOS ORIUNDOS DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	46
5.1. META 3A - ÍNDICE DE DESEMBOLSO ANUAL (%)	46
5.2. META 3B – ÍNDICE DE DESEMBOLSO ACUMULADO	47
6. INDICADOR 4 – GERENCIAMENTO INTERNO	48
6.1. META 4A – ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA	48
6.2. META 4B – ATUALIZAÇÃO DO CNARH	54
7. INDICADOR 5 – RECONHECIMENTO SOCIAL	55
7.1. META 5A – RECONHECIMENTO SOCIAL	55
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
ANEXOS	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características Gerais da Bacia do Rio Doce.....	13
Tabela 2 – Deliberações que aprovaram a Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos.....	19
Tabela 3 – Deliberações que aprovaram a indicação do IBiO para funções de Agência de Água.....	20
Tabela 4 - Deliberações aprovando a prorrogação da indicação do IBiO para funções de Agência de Água	21
Tabela 5– Deliberações que aprovaram o Orçamento IBiO (Recurso Estadual) para 2017.....	21
Tabela 6 – Deliberações que aprovaram o Orçamento IBiO (Recurso Estadual) para 2018.....	22
Tabela 7 – Deliberações que aprovaçã o Orçamento IBiO (Recurso Estadual) para 2019.....	22
Tabela 8 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP 2016/2020	25
Tabela 9 - Deliberações que aprovaram as readequações do Plano de Aplicação Plurianual – PAP 2016/2020 .	25
Tabela 10 - PAP da Bacia do Rio Doce com recursos alocados pelo IGAM	25
Tabela 11 - Programa de Trabalho com Indicadores e Critérios de Avaliação.....	30
Tabela 12 - Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 1.....	31
Tabela 13 – Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 2.....	32
Tabela 14 - Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 3.....	33
Tabela 15 – Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 4.....	34
Tabela 16 – Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 5.....	34
Tabela 17 – Pesos e Metas do Indicador 1.....	35
Tabela 18 – Pesos e Metas do Indicador 2.....	36
Tabela 19 - Pesos e Metas do Indicador 3	37
Tabela 20 - Pesos e Metas do Indicador 4	38
Tabela 21 - Pesos e Metas do Indicador 5	39
Tabela 22 – Planilha de Avaliação	40
Tabela 23 – Índice de Desembolso para o Exercício de 2019	46
Tabela 24 – Índice de Desempenho para o Exercício de 2019.....	46
Tabela 25 – Índice de Desembolso Acumulado	47

Tabela 26 – Índice de Desembolso Acumulado	47
Tabela 27 – Resultado do Questionário de Avaliação CBH-Caratinga	55
Tabela 28 – Valores Executados nos Contratos firmados com Recursos da União (entre 2017 e 2019), e Valores Previstos para 2020	59

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma Instituto BioAtlântica.....	9
Figura 2 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce	11
Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce	11
Figura 4 - Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga	13
Figura 5 – Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH-Doce.	48
Figura 6 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do IBiO.....	49
Figura 7 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH-Caratinga.	49
Figura 8 - Treinamento sobre SISCAD no IGAM	54



1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Instituto BioAtlântica (IBIO), Entidade Equiparada às Funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, de acordo com os termos descritos no Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011 apresenta o Relatório de Gestão relativo ao ano de 2019 referente ao CBH-Caratinga.

O Instituto BioAtlântica é uma associação civil sem fins lucrativos, classificada como pessoa jurídica de direito privado, composto por pessoas jurídicas e físicas. O Instituto tem como finalidade promover a conservação ambiental e a gestão sustentável de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem-estar humano. Para cumprir este propósito, o Instituto aplicará os recursos recebidos, inclusive recursos físicos, humanos e financeiros, em projetos, programas ou planos de ações definidos pelo doador, inclusive em apoio a outras organizações sem fins lucrativos ou órgãos do setor público que atuem em áreas afins, promovendo especialmente as seguintes atividades:

- a) Contribuir para a conservação e recuperação ambiental.
- b) Contribuir para o desenvolvimento equilibrado dos aspectos ambiental, social, cultural e econômico de territórios.
- c) Promover pesquisas sobre recuperação e conservação ambiental, gestão integrada de territórios e geração e gestão de ativos territoriais.
- d) Estimular o estabelecimento de redes de instituições de pesquisa e aplicação nas áreas citadas no inciso c).
- e) Promover a disseminação de conhecimento técnico-científico sobre as áreas citadas no inciso c).
- f) Promover articulação entre diferentes setores da sociedade no sentido de atender aos incisos acima.
- g) Exercer, através do Comitê Gestor de Águas, as atribuições a serem previamente determinadas pelos, e acordadas com os, Órgãos Gestores para a bacia hidrográfica do rio Doce.

O Instituto BioAtlântica trabalha para melhorar a qualidade ambiental e promover a gestão integrada de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem-estar humano. Enxergamos no futuro territórios organizados, onde os recursos naturais sejam utilizados de forma racional e sensata por uma sociedade com pleno conhecimento de sua participação na sustentabilidade desse sistema.

Fundado em 19 de fevereiro de 2002, é composto por:

Assembleia Geral - Órgão soberano do IBIO - AGB Doce, podendo ser ordinária ou extraordinária.

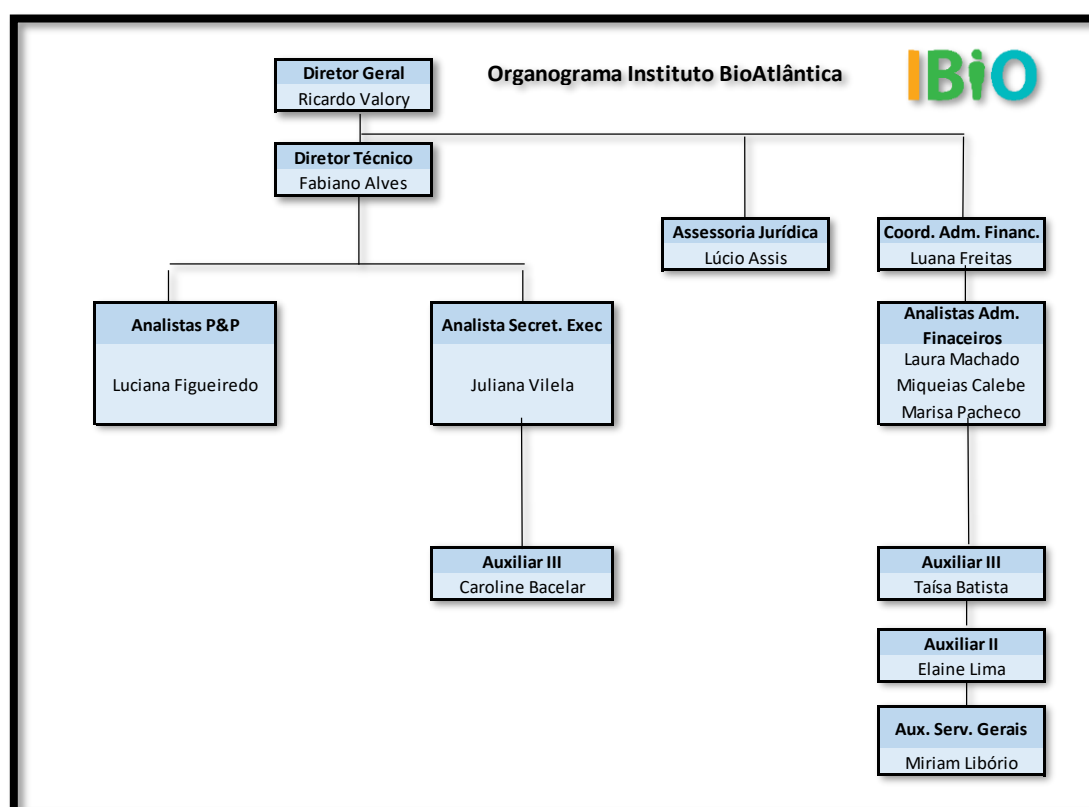
Conselho Fiscal - Órgão fiscalizador e auxiliar da Assembleia Geral, do Conselho Consultivo e da Diretoria Executiva do IBIO.

Conselho Consultivo – Órgão formado principalmente por representantes das empresas doadoras de recursos que forem admitidas como Associadas ou de Associados Fundadores ou outros, a critério dos Associados Fundadores, que tem por objetivo servir de instrumento de controle externo de suas atividades.

Diretor Presidente – Cria e implementa o macroplanejamento do IBiO, observando as recomendações feitas pelo Conselho Consultivo, pelo Conselho Fiscal e pela Assembleia Geral.

Diretoria Executiva - Órgão executor das ações do Instituto BioAtlântica.

Figura 1 – Organograma Instituto BioAtlântica



1.1. A Bacia Hidrográfica do Rio Doce

A bacia do rio Doce situa-se na região Sudeste, entre os paralelos 17°45' e 21°15' S e os meridianos 39°30' e 43°45' W, integrando a região hidrográfica do Atlântico Sudeste.

Esta bacia, com uma área de drenagem de aproximadamente 86.854 km², dos quais 86% pertencem ao Estado de Minas Gerais e o restante ao Espírito Santo, abrange um total de 228 municípios.

As nascentes do rio Doce situam-se no Estado de Minas Gerais, nas serras da Mantiqueira e do Espinhaço, sendo que suas águas percorrem cerca de 850 km, até atingir o oceano Atlântico, junto ao

povoado de Regência, no Estado do Espírito Santo (Figura 2 e Figura 3). Existem dois rios de dominialidade federal na bacia do rio Doce: o rio Doce e o rio José Pedro, afluente do rio Manhuaçu.

A bacia limita-se ao sul com a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, a sudoeste com a bacia do rio Grande, a oeste com a bacia do rio São Francisco, ao norte e noroeste com a bacia do rio Jequitinhonha, e bacias do litoral sul do Espírito Santo e a nordeste com as bacias do litoral norte do Espírito Santo.

Os principais afluentes do rio Doce pela margem esquerda são os rios do Carmo, Piracicaba, Santo Antônio, Corrente Grande e Suaçuí Grande, em Minas Gerais; São José e Pancas no Espírito Santo. Já pela margem direita são os rios Casca, Matipó, Caratinga/Cuieté e Manhuaçu em Minas Gerais; Guandu, Santa Joana e Santa Maria do Rio Doce no Espírito Santo.

No estado de Minas Gerais a bacia do rio Doce é dividida em seis Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos (UGRHs), com Comitês de Bacia já estruturados, conforme descrito abaixo:

- UGRH01 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Piranga;
- UGRH02 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Piracicaba;
- UGRH03 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Santo Antônio;
- UGRH04 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Suaçuí;
- UGRH05 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Caratinga; e
- UGRH06 – Comitê de Bacia Hidrográfica Águas do rio Manhuaçu.

No Estado do Espírito Santo, embora inexistam subdivisões administrativas da bacia do rio Doce, têm-se os Comitês de Bacia já estruturados, conforme descrito abaixo:

- UGRH07 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Guandu
- UGRH08 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria do Doce
- UGRH09 – Comitê das Bacias Hidrográficas Pontões e Lagoas do rio Doce e Comitê das Bacias Hidrográficas do rio Barra Seca e Foz do Rio Doce.

A atividade econômica da bacia do rio Doce é bastante diversificada, destacando-se: a agropecuária (reflorestamento, lavouras tradicionais, cultura de café, cana-de-açúcar, criação de gado leiteiro e de corte e na suinocultura.); a agroindústria (sucroalcooleira); a mineração (ferro, ouro, bauxita, manganês, pedras preciosas e outros); a indústria (celulose, siderurgia e laticínios); o comércio e serviços de apoio aos complexos industriais; e a geração de energia elétrica.



Figura 2 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce



Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Na região encontra-se instalado o maior complexo siderúrgico da América Latina, com destaque para a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, a ACESITA e a USIMINAS. Ao lado da siderurgia estão associadas empresas de mineração, com destaque para a Vale e empresas reflorestadoras, que cultivam o eucalipto para fornecer matéria-prima para as indústrias de celulose. Todo esse complexo industrial é responsável por grande parte das exportações brasileiras de minério de ferro, aço e celulose, sendo, portanto, de grande importância para a região onde estão instaladas.

Apesar de ser notável a geração de capital na bacia em função da existência desse complexo siderúrgico, também se verifica a desigualdade no interior da bacia. O maior desenvolvimento das atividades econômicas aconteceu somente em algumas de suas áreas, como o Vale do Aço e na região de influência dos municípios de Governador Valadares, Caratinga, Colatina e Linhares. Os indicadores sociais e econômicos de uma parte significativa dos municípios da bacia mostram que quase uma centena deles são classificados como municípios pobres.

As principais rodovias que dão acesso e passam pela bacia do rio Doce são: a BR 381 que segue na direção sudoeste – nordeste passando por Belo Horizonte e depois importantes cidades da bacia como Ipatinga e Governador Valadares; a BR 116, importante rodovia brasileira que cruza a região do Médio Doce na direção de sul para norte, passando por Caratinga e Governador Valadares; a BR 262 que segue na direção leste – oeste atravessa Belo Horizonte, passa entre João Monlevade e Rio Piracicaba, cruza com a BR 116 nas proximidades de Manhuaçu e depois entra no Espírito Santo, já fora da bacia do Rio Doce; a BR 101, que serve a parte capixaba da bacia, atravessa a região do Baixo Doce de sul para norte passando por Linhares.

Além das rodovias, existe a Estrada Ferroviária Vitória a Minas (EFVM) que liga Belo Horizonte a Vitória, numa extensão de 898 km passando pelo Vale do Aço, sendo incorporada pela Vale em 1940. Esta ferrovia faz o transporte de passageiros e mercadorias (minério de ferro, carvão mineral, calcário, ferro, aço, produtos agrícolas, etc.). É considerada a ferrovia mais rentável do País e uma das poucas ferrovias que ainda faz o transporte de passageiros.

A bacia tem uma população superior a 3,5 milhões de habitantes. O Vale do Aço tem o maior adensamento populacional da bacia e constata-se a existência de um fluxo migratório que se direciona, sobretudo, para as maiores cidades, como Ipatinga e Governador Valadares. Em decorrência, há uma tendência de diminuição populacional nos municípios com população de até 20.000 habitantes, que representam mais de 85% dos municípios da bacia do rio Doce.

A população urbana representa mais de 70% da população total. Entretanto, os mesmos dados mostram que mais de 100 municípios possuem população rural maior que a urbana, evidenciando que a população rural ainda é significativa, absorvidos pela exploração agropecuária. No Médio Doce, essas atividades constituem o principal gerador de renda, emprego e ocupação de mão-de-obra em municípios de menor porte, principalmente onde a população rural predomina. A Tabela 1 sumariza as características gerais da bacia do rio Doce.

Tabela 1 – Características Gerais da Bacia do Rio Doce

Características Gerais da Bacia do Rio Doce	
Área da bacia	86.854 km ²
Extensão do curso principal	Aprox. 879 km
Nº de municípios	228
População na bacia	3.430.673
Principais atividades econômicas	Mineração; Siderurgia; Silvicultura e Agropecuária
Principais problemas relacionados à gestão dos recursos hídricos	Contaminação por esgotos domésticos; erosão e assoreamento

1.2. A Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga

A UGRHO5 - Caratinga insere-se totalmente no Estado de Minas Gerais, envolvendo uma área de 6.677,62 km², conforme Figura 4. É composta pela bacia do rio Caratinga e por uma área incremental a jusante da foz deste rio, cuja drenagem se dá diretamente para o rio Doce.

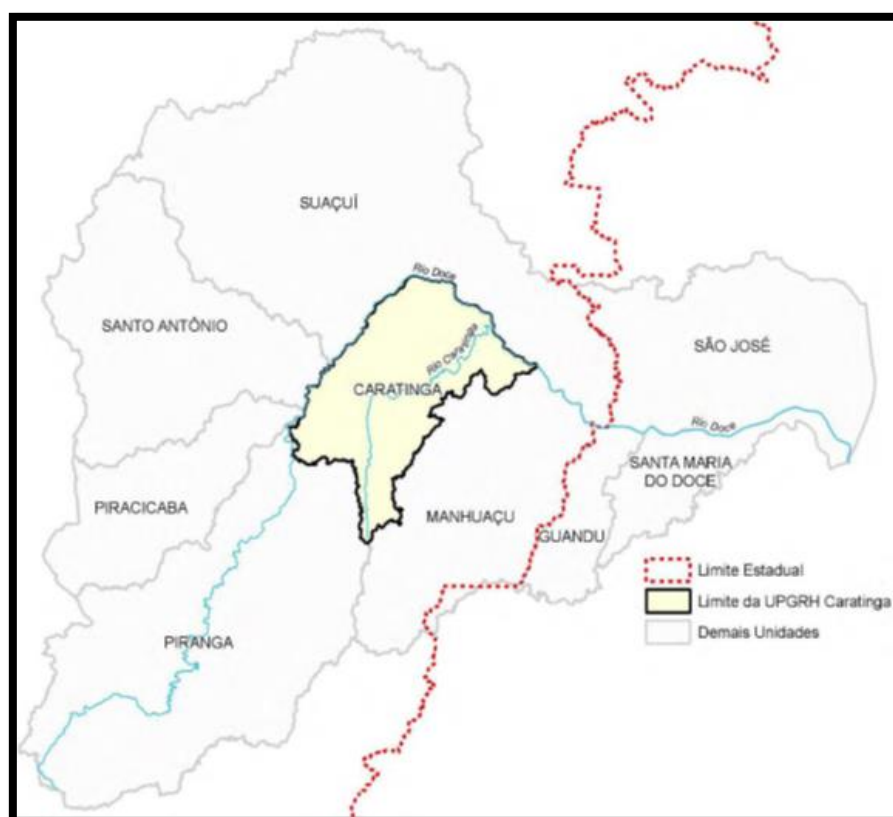


Figura 4 - Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga

A bacia insere totalmente em território de Minas Gerais. Os municípios da bacia pertencem às mesorregiões Zona da Mata e Vale do Rio Doce e, com maior relevância, às microrregiões Caratinga e Governador Valadares, de acordo com a divisão do IBGE. A principal rodovia federal que secciona a unidade é a BR-116, que atravessa inúmeras sedes municipais da UGRH, desde Santa Bárbara do Leste (ao sul da unidade) até Alpercata (ao norte da unidade). O município mais representativo em termos populacionais é Caratinga. No entanto há que se considerar também a mancha urbana de Governador Valadares, que apresenta situação peculiar em relação à sua sede municipal. O rio Doce secciona sua mancha urbana, e com isso, parte do seu território permanece na UGRHO4 - Suaçuí e parte insere-se na UGRHO5 - Caratinga. Porém, em razão desta área ser ocupada por áreas incrementais da UGRHO5 - Caratinga, a abordagem deste município, no que tange à aplicação de recursos para desenvolvimento de programas do PIRH Doce será sempre realizada na UGRHO4 - Suaçuí. A região conta, por isso, com o aeroporto de Governador Valadares como um de seus acessos importantes. Além disto, há a ferrovia Belo Horizonte Vitória que passa pela UGRH junto ao rio Doce.

O principal rio desta região é o Caratinga, afluente da margem direita do rio Doce. Tem suas nascentes no município de Santa Bárbara do Leste, estende-se por cerca de 222 km passando pelas cidades de Santa Rita de Minas, Ubaporanga, Inhapim e Dom Cavati. Deságua no rio Doce, junto à divisa dos municípios de Tumiritinga e Conselheiro Pena. Tem como principal afluente pela margem direita o rio Preto, e os ribeirões Alegre e Queiroga pela margem esquerda. Na bacia incremental, os principais rios e córregos que drenam para o Doce a montante da confluência com o Caratinga são: Ribeirão do Boi, Brejão, Córrego Beija-Flor, rio Branco, ribeirão do Bugre, ribeirão Santo Estevão, ribeirão do Café, Córrego Perdinha Córrego Perdida, Traíra, entre outros menos representativos. Já na porção a jusante da confluência do Caratinga com o Doce, esta bacia incremental conta com os seguintes rios e córregos: córrego da Virgulina, córrego Sapucaia, ribeirão Itatiaia, córrego da Lapa, Córrego Rochedo do João Pinto Córrego Taquaraçú entre outros.

A bacia abrange, total ou parcialmente, 29 municípios mineiros, envolvendo cerca de 283 mil pessoas, sendo a segunda unidade menos populosa da bacia do Doce, donde 74% reside em áreas urbanas. Do total de municípios, 20 deles tem suas áreas territoriais totalmente inseridas na UGRH. Em se tratando de localização da sede municipal, 3 municípios possuem suas sedes urbanas em outras unidades (Alvarenga, Bom Jesus do Galho e Resplendor) e um município situa-se em duas UGRH's (Governador Valadares). Os demais 25 municípios possuem suas sedes na UGRH.

1.3. Plano Integrado de Recursos Hídricos – PIRH Doce

O Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce – PIRH Doce representa o desejo manifesto de todos os envolvidos no processo participativo, que foi empreendido de junho de 2008 ao final do ano de 2009, no sentido de consolidar o planejamento de ações voltadas ao enfrentamento dos principais problemas relacionados com os Recursos Hídricos na Bacia do Rio Doce.

O PIRH Doce, nessa primeira versão, constitui o resultado do esforço de representantes dos dez (10) comitês atuantes na Bacia hidrográfica do Rio Doce, bem como dos órgãos gestores de recursos

hídricos, representados pela Agência Nacional de Águas – ANA, Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, e Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA, do Espírito Santo, reunidos em um Grupo de Acompanhamento Técnico – GAT. Adiante, a relação dos comitês envolvidos na elaboração do PIRH Doce:

- CBH Doce;
- CBH do Rio Piranga;
- CBH do Rio Piracicaba;
- CBH do Rio Santo Antônio;
- CBH do Rio Suaçuí;
- CBH do Rio Caratinga;
- CBH Águas do Rio Manhuaçu;
- CBH do Rio Guandu;
- CBH do Rio Santa Maria do Doce¹;
- CBH do Rio São José².

A diretriz máxima que norteou o referido trabalho foi a constante na Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos, no tocante à participação pública e espírito democrático, e também a intensa e importante atuação dos comitês de Bacias dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, além do próprio CBH-Doce.

O PIRH Doce foi desenvolvido com o objetivo geral de produzir um instrumento capaz de orientar o CBH-Doce, os CBH's de Bacias Afluentes, os Órgãos Gestores dos Recursos Hídricos da Bacia e demais componentes do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos com responsabilidade sobre a Bacia do Rio Doce, com vistas à gestão efetiva dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da Bacia, de modo a garantir o seu uso múltiplo, racional e sustentável em benefício das gerações presentes e futuras.

O Plano consubstancia ações integradas que visam instrumentalizar os CBH's de Bacias Afluentes e o CBH-Doce para o cumprimento de sua missão de articular os diversos atores sociais para garantir a oferta de água, em quantidade e qualidade, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida na Bacia hidrográfica do Rio Doce. O PIRH Doce e os Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes (PARHs) tiveram ainda os seguintes objetivos específicos:

- Estruturar a base de dados da Bacia do Rio Doce relativa às características e à situação dos recursos hídricos e demais feições com implicações sobre as mesmas, com vistas a subsidiar a elaboração e implementação, após a elaboração do PIRH Doce, de um Sistema Integrado de Informações capaz de apoiar a gestão dos recursos hídricos da Bacia.
- Definir as medidas necessárias para proteger, recuperar e promover a qualidade dos recursos hídricos com vistas à saúde humana, à vida aquática e à qualidade ambiental.

¹ Em 2016 foi criado um novo comitê na unidade de análise Santa Maria do Doce, que agora possui também o Comitê das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Joana.

² A partir de 2016, a unidade de análise São José passou a abranger dois CBHs: o Comitê de Bacia Hidrográfica Pontões e Lagoas do Rio Doce e o Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Barra Seca e Foz do Rio Doce.

- Estabelecer metas de melhoria da qualidade das águas, de aumento da capacidade de produção de água e de uma justa distribuição da água disponível na Bacia, acordadas por todos os atores da Bacia.
- Fomentar o uso múltiplo, racional e sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia mediante avaliação e controle das disponibilidades e determinação das condições em que tem lugar o uso da água na Bacia, em benefício das gerações presentes e futuras, levando em conta planos setoriais, regionais e locais em andamento ou com implantação prevista na Bacia.
- Integrar os planos, programas, projetos e demais estudos setoriais que envolvam a utilização dos Recursos Hídricos da Bacia, incorporando-os ao PIRH e aos PARHs, dentro de suas possibilidades.
- Articular as ações municipais envolvendo o uso do solo com as diretrizes e intervenções relacionadas ao uso dos Recursos Hídricos.
- Conceber ações destinadas a atenuar as consequências de eventos hidrológicos extremos.
- Oferecer diretrizes para a implementação dos demais instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos previstos em lei e contribuir para o fortalecimento do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos pela articulação e participação de todas as demais instâncias da Bacia ligadas à Gestão dos Recursos Hídricos.
- Manter e ampliar a participação dos segmentos da sociedade no processo de construção e implementação do PIRH-Doce, bem como nos programas e projetos dele derivados.
- Desenhar um arranjo institucional sustentável para a Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia.
- Promover iniciativas destinadas ao desenvolvimento tecnológico e à capacitação de recursos humanos, à comunicação social e à educação ambiental em Recursos Hídricos na Bacia.
- Com vistas ao atingimento dos objetivos anteriores, apontar respostas técnicas, institucionais e legais para os principais problemas diagnosticados/prognosticados na Bacia e determinar um conjunto de intervenções estruturais e não estruturais, montadas na forma de programas e projetos, que possam ser realizadas dentro dos horizontes de planejamento adotados, identificando, para cada programa, os recursos necessários para sua realização, as fontes de onde os mesmos deverão proceder e o seu desenvolvimento no tempo.

A consultora desenvolveu seus trabalhos com acompanhamento permanente do GAT, através de reuniões mensais de trabalho, acrescidas de 30 (trinta) reuniões públicas realizadas em diferentes localidades da Bacia, quando se apresentaram os resultados das distintas etapas em que o trabalho se desenvolveu, quais sejam: Diagnóstico, Prognóstico, e Programas do Plano Integrado.

Nas duas primeiras etapas foram elaborados o Diagnóstico da Bacia e o Prognóstico dos Recursos Hídricos no Horizonte do Plano, onde se avaliaram, respectivamente, a condição atual da qualidade da água e das disponibilidades hídricas, e a projeção destas condições, conforme distintos cenários, até o ano de 2030. A etapa final constituiu-se na definição das metas sugeridas para a Bacia, e na descrição dos programas, projetos e ações preconizadas, incluindo seus objetivos, justificativas, procedimentos, atores envolvidos e diversos outros elementos que os caracterizam, seguida da

análise das condições e perspectivas de atendimentos das metas, a partir da efetiva implantação dos programas, incluindo a viabilidade financeira do Plano.

Nesta última etapa também foram desenvolvidos, entre outros, estudos relacionados a um arranjo institucional viável para a Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia, bem como diretrizes para a aplicação dos instrumentos de gestão definidos na Lei nº 9.433/97, com destaque para o Enquadramento sugerido no âmbito do Plano, como meta de qualidade a ser alcançada. O trabalho também contemplou o desenvolvimento de um Sistema de Informações Geográficas, denominado SIG-Plano, repositório de toda a informação coletada durante as distintas etapas de elaboração do Plano, bem como suporte de toda a representação cartográfica contida neste estudo.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce iniciou, em 2018, o processo para a primeira revisão do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH-Doce), aprovado em 2010.

O PIRH Doce instituiu as principais diretrizes, intervenções e investimentos para a Bacia. Quanto ao horizonte temporal, as metas foram estabelecidas tendo por base um período de 20 anos, considerando-se os anseios da população da Bacia, de acordo com o expresso pelos Comitês. Entretanto, metas de gestão para prazos mais curtos, intermediárias e progressivas estão associadas a horizontes menores, de até 10 anos, adequadas aos esforços a serem implementados para se atingir os referidos anseios.

Passados 8 anos da aprovação e considerando a nova realidade dos recursos hídricos e do arranjo institucional da Bacia após o rompimento da barragem de Fundão, as metas de gestão carecem de atualização/revisão para os próximos anos. O objetivo é que a versão atualizada do PIRH Doce contemple de maneira organizada as diversas ações relacionadas a recursos hídricos que já estão sendo realizadas pelas instituições envolvidas, passando a ser o documento de referência para a Gestão de Recursos Hídricos na Bacia.

Inicialmente, representantes do CBH-Doce, órgãos gestores (estaduais e federais) e IBiO se reuniram para trabalhar, de forma integrada e colaborativa, na elaboração da minuta do termo de referência para a contratação da empresa que ficará responsável pela revisão do plano. Após a consolidação da primeira versão, o documento foi submetido às Câmaras Técnicas de Programas e Projetos dos CBHs de rios afluentes mineiros e capixabas do Doce para contribuições e alinhamentos. O documento também foi discutido em reunião da Câmara Técnica de Integração do CBH-Doce.

Em 2019 foi dada sequência à tramitação da minuta, sendo submetida às Câmaras Técnicas Institucionais e Legais e, depois, às Plenárias de cada um dos Comitês, finalizando o processo em reunião do CBH-Doce, realizada no dia 16 de abril de 2019. A aprovação do Termo de Referência pelo CBH-Doce resultou na Deliberação Normativa nº 75/2019.

A Agência Nacional de Águas (ANA) será a responsável pela contratação da atualização do PIRH, sendo que esse processo está previsto para ser concluído no primeiro semestre de 2020. A expectativa é de que o trabalho da empresa contratada dure, aproximadamente, 18 meses. Sendo assim, a revisão do plano deverá ser finalizada até o final de 2021.

1.4. Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão - PARH

O PARH é parte integrante do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH Doce, e considera os mesmos objetivos, metas básicas, horizonte de planejamento e a realidade desejada para a bacia do rio Doce. Para cada UGRH da bacia hidrográfica do rio Doce foi gerado um PARH específico caracterizando as peculiaridades de cada região da bacia do Rio Doce, assim como os programas prioritários de acordo com a realidade de cada Unidade de Gestão. Cada PARH é, desta maneira, um desdobramento do Plano Integrado de Recursos Hídricos, de acordo com as especificidades de cada unidade de planejamento. Os conteúdos e informações aqui apresentados são, portanto, transpostos do Relatório Final do PIRH Doce, devendo o mesmo ser adotado como referência nas questões relativas aos procedimentos metodológicos utilizados e fontes de consulta específicas.

A estrutura dos PARHs segue, em linhas gerais, a mesma estrutura adotada no desenvolvimento do PIRH Doce, contemplando um diagnóstico situacional da unidade, com ênfase nas questões relativas aos recursos hídricos, e a descrição dos programas previstos para enfrentar as principais questões que comprometem a qualidade e disponibilidade da água e, por conseguinte, da qualidade de vida em cada UGRH. Neste documento estão apresentados:

- *Diagnóstico Sumário da UGRH*, contemplando as principais informações que caracterizam a Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos frente à bacia do Doce como um todo, com ênfase nas questões que demandam maior esforço de gestão. Este capítulo também apresenta um prognóstico tendencial, buscando caracterizar a situação dos recursos hídricos da UGRH no ano de 2030.
- *O Comitê de Bacia da UGRH*, descrevendo a atual estrutura, órgão normativo e deliberativo que tem por finalidade promover o gerenciamento de recursos hídricos na região, envolvendo, em um âmbito maior, a promoção do debate sobre as questões hídricas e o arbitramento dos conflitos relacionados com o uso da água e que, em última instância; irão aprovar e acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Doce, e o respectivo Plano de Ação.
- *Os Objetivos e Metas* projetados para a bacia, expressando a realidade possível para o horizonte do Plano, através de metas de planejamento e ações físicas, quantificadas e com prazos estipulados para a sua consecução.
- *Intervenções Recomendadas e Investimentos Previstos*, descrevendo o escopo geral das ações previstas e elencando as ações específicas para a bacia, incluindo, quando pertinente, as indicações de criticidade dos problemas identificados.
- *Conclusões e Diretrizes Gerais para a Implementação do PARH*, onde são discutidas e expostas as motivações e indicações das ações propostas, definindo-se as prioridades e os efeitos esperados para a bacia.

1.5. Contratos de Gestão

O processo de cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia do Rio Doce se iniciou em 2011 quando o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce e dos Comitês dos Rios Afluentes, no uso de suas atribuições definidas por lei e demais normas complementares, considerando os compromissos firmados no âmbito do Pacto para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, celebrado em 24 de março de 2010 entre os dez Comitês de Bacia Hidrográfica com atuação na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, a ANA, IGAM, IEMA e Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, estabeleceram os mecanismos e sugeriram os valores de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Doce. As decisões estão registradas nas respectivas Deliberações, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Deliberações que aprovaram a Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH-Doce	Deliberação CBH-Doce nº 26, de 31 de março de 2011
CBH-Piranga	Deliberação CBH-Piranga nº 04, de 12 de abril de 2011
CBH-Piracicaba	Deliberação CBH-Piracicaba nº 15, de 14 de abril de 2011
CBH-Santo Antônio	Deliberação CBH-Santo Antônio nº 08, de 13 de maio de 2011
CBH-Suaçuí	Deliberação CBH-Suaçuí nº 28, de 26 de abril de 2011
CBH-Caratinga	Deliberação CBH-Caratinga nº 09, de 13 de abril de 2011
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 01, de 03 de agosto de 2011

Posteriormente, o CBH-Doce e os Comitês mineiros aprovaram o Edital Conjunto nº 01/2011 para seleção de Entidade Delegatária ou Equiparada para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

O CBH-Doce indicou ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) a Entidade selecionada com base nos procedimentos estabelecidos neste Edital, para receber a Delegação de competência para o exercício de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce nos termos do art. 51 da Lei 9.433/97.

Os Comitês estaduais de Minas Gerais atuantes na área de abrangência da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Piranga, CBH-Piracicaba, CBH-Santo Antônio, CBH-Caratinga, CBH Águas do Rio Manhuaçu e CBH-Suaçuí Grande) deveriam considerar, na indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH/MG), a ENTIDADE selecionada com base nos procedimentos deste Edital, para que fosse procedido o ato de Equiparação à função de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, em conformidade com o previsto no art. 37 da Lei 13.199/1999 (MG).

Da mesma forma, os Comitês estaduais do Espírito Santo atuantes na área de abrangência da Bacia hidrográfica do Rio Doce (CBH-Rio Guandu, CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce, CBH-Santa Joana, CBH-Santa Maria do Doce e Barra Seca do Rio Doce) deveriam considerar, na indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo (CERH/ES), a ENTIDADE selecionada com base nos procedimentos deste Edital – e após sua qualificação no Programa de Organizações Sociais do Estado

do Espírito Santo, conforme Lei Complementar nº 489/2009 (ES) – para receber a Delegação de competência para o exercício de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, em conformidade com o previsto nos artigos 45 e 46, parágrafo único, da Lei 5.818/1998 (ES).

Ainda em 2011 os Comitês Mineiros e o CBH-Doce aprovaram a indicação, ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH/MG), do Instituto BioAtlântica (IBIO) para desempenhar, por prazo determinado no Contrato de Gestão, funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce como Entidade Delegatária/Equiparada dessas funções, conforme Deliberações da Tabela 3. Na mesma data, foram aprovadas as minutas dos Contratos de Gestão, a serem celebrados entre o Instituto BioAtlântica (IBIO) e Agência Nacional de Águas (ANA), e entre Instituto BioAtlântica (IBIO) e Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) para o desempenho da função de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Tabela 3 – Deliberações que aprovaram a indicação do IBIO para funções de Agência de Água

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH-Doce	Deliberação CBH-Doce nº 30, de 24 de agosto de 2011
CBH-Piranga	Deliberação CBH-Piranga nº 06, de 25 de agosto de 2011
CBH-Piracicaba	Deliberação CBH-Piracicaba nº 17, de 23 de agosto de 2011
CBH-Santo Antônio	Deliberação CBH-Santo Antônio nº 11, 02 de setembro de 2011
CBH-Suaçuí	Deliberação CBH-Suaçuí nº 30, de 30 de agosto de 2011
CBH-Caratinga	Deliberação CBH-Caratinga nº 10, de 31 de agosto de 2011
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 02, 01 de setembro de 2011

Após aprovação dos Comitês, o tema foi discutido e a Delegação/Equiparação do Instituto BioAtlântica (IBIO) foi aprovada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, por meio da Resolução CNRH nº 130, de 20 de setembro de 2011 e pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais na Deliberação nº 295, de 16 de dezembro de 2011.

1.5.1. Contrato de Gestão IGAM nº 001/2017

Em 2016, (Tabela 4) os Comitês Mineiros aprovaram a indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, do Instituto BioAtlântica para exercer até 31 de dezembro de 2020, às funções de Entidade Equiparada à Agência de Bacia. E através da Deliberação nº 399 de 23 de novembro de 2016 o Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou a equiparação do Instituto BioAtlântica à Agência de Bacia Hidrográfica no âmbito das Bacias Hidrográficas dos Rios Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Caratinga, Suaçuí e Manhuaçu.

Tabela 4 - Deliberações aprovando a prorrogação da indicação do IBIO para funções de Agência de Água

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH-Doce	Deliberação CBH-Doce nº 46, de 25 de junho de 2015
CBH-Piranga	Deliberação CBH-Piranga nº 14, de 20 de setembro de 2016
CBH-Piracicaba	Deliberação CBH-Piracicaba nº 32, de 21 de setembro de 2016
CBH-Santo Antônio	Deliberação CBH-Santo Antônio nº 25, 27 de setembro de 2016
CBH-Suaçuí	Deliberação CBH-Suaçuí nº 50, de 29 de setembro de 2016
CBH-Caratinga	Deliberação CBH-Caratinga nº 03, de 22 de setembro de 2016
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 35, 28 de setembro de 2016

Em 11 de janeiro 2017, foi assinado o Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2017 entre Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e o Instituto BioAtlântica (IBIO), Entidade Equiparada, com a anuência dos Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – DO1, do Rio Piracicaba – DO2, do Rio Santo Antônio – DO3, do Rio Suaçuí – DO4, do Rio Caratinga – DO5, e Águas do Rio Manhuaçu – DO6, para o exercício de funções de Agência de Água.

O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2017 que entre si celebraram o Instituto Mineiro de Gestão das Águas e o Instituto BioAtlântica, com anuência dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga (UPGRH - DO1), do Rio Piracicaba (UPGRH - DO2), do Rio Santo Antônio (UPGRH - DO3), do Rio Suaçuí (UPGRH – DO4), do Rio Caratinga (UPGRH – DO5) e Águas do Rio Manhuaçu (UPGRH – DO6), foi celebrado em 26 de julho de 2017, e teve como objeto a inclusão do Plano Plurianual de Aplicação dos recursos financeiros arrecadados com a Cobrança pelos Uso de Recursos Hídricos, plano referente ao período de 2016 a 2020, e a integração ao Contrato de Gestão do Orçamento IBIO relativo ao ano de 2017 (Tabela 5), ambos, aprovados por cada um dos Comitês dos Rios afluentes mineiros do Rio Doce mediante Deliberações específicas.

Tabela 5– Deliberações que aprovaram o Orçamento IBIO (Recurso Estadual) para 2017

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH-Piranga	Deliberação CBH-Piranga nº 18, de 21 de fevereiro de 2017
CBH-Piracicaba	Deliberação CBH-Piracicaba nº 38, de 08 de fevereiro de 2017
CBH-Santo Antônio	Deliberação CBH-Santo Antônio nº 29, 22 de fevereiro de 2017
CBH-Suaçuí	Deliberação CBH-Suaçuí nº 56, de 10 de fevereiro de 2017
CBH-Caratinga	Deliberação CBH-Caratinga nº 02, de 03 de fevereiro de 2017
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 38, 13 de março de 2017

O Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão assinado em 2018 entre o Instituto Mineiro de Gestão das Águas e o Instituto BioAtlântica, com a interveniência dos Comitês de Bacia Hidrográfica

do Rio Piranga (UPGRH - DO1), do Rio Piracicaba (UPGRH - DO2), do Rio Santo Antônio (UPGRH - DO3), do Rio Suaçuí (UPGRH – DO4), do Rio Caratinga (UPGRH – DO5) e Águas do Rio Manhuaçu (UPGRH – DO6) teve como objeto a integração junto ao Contrato de Gestão do Orçamento IBIO relativo ao ano de 2018 (Tabela 6), aprovado por cada um dos Comitês dos Rios afluentes mineiros do Rio Doce mediante Deliberações específicas.

Tabela 6 – Deliberações que aprovaram o Orçamento IBIO (Recurso Estadual) para 2018

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH-Piranga	Deliberação CBH-Piranga nº 22, de 29 de março de 2018
CBH-Piracicaba	Deliberação CBH-Piracicaba nº 42, de 29 de março de 2018
CBH-Santo Antônio	Deliberação CBH-Santo Antônio nº 32, de 29 de março de 2018
CBH-Suaçuí	Deliberação CBH-Suaçuí nº 63, de 29 de março de 2018
CBH-Caratinga	Deliberação CBH-Caratinga nº 01, de 29 de março de 2018
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 44, de 29 de março de 2018

Em 2019, não aconteceu a assinatura do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2017 o que teria por objeto a inclusão do orçamento aprovados pelos comitês. Isto se deve em parte pela demora do CBH-Piracicaba na aprovação do Orçamento de Custeio do IBIO. Desta forma, o Aditivo deverá ser assinado neste exercício de 2020. A

Tabela 7 apresenta as deliberações de aprovação de cada comitê.

Tabela 7 – Deliberações que aprovação o Orçamento IBIO (Recurso Estadual) para 2019

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH-Piranga	Deliberação CBH-Piranga nº 30, de 18 de junho de 2019
CBH-Piracicaba	Deliberação CBH-Piracicaba nº 52, de 18 de outubro de 2019
CBH-Santo Antônio	Deliberação CBH-Santo Antônio nº 36, de 11 de junho de 2019
CBH-Suaçuí	Deliberação CBH-Suaçuí nº 66, de 07 de junho de 2019
CBH-Caratinga	Deliberação CBH-Caratinga nº 03, de 11 de julho de 2019
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 51, de 04 de junho de 2019

1.6. Plano de Aplicação Plurianual – PAP Doce

O Plano de Aplicação Plurianual, é um instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Para o exercício 2016/2020 o Plano de Aplicação Plurianual a ser executado com recursos da cobrança pelo uso da água e de outras fontes em toda a Bacia hidrográfica do Rio Doce³, se pauta pelas seguintes premissas:

- Os estudos, planos, projetos e ações a serem executados devem estar em conformidade com os programas, estabelecidos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (PIRH), nos Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes (PARHs), e com as metas definidas nos Contratos de Gestão firmados entre o Instituto BioAtlântica com a Agência Nacional de Águas e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas;
- As diretrizes devem ser harmonizadas para toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, de forma a otimizar a aplicação dos recursos da cobrança;
- Com vistas a qualificar e alavancar investimentos para toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, os recursos devem apoiar, preferencialmente, a elaboração de estudos e projetos, bem como ações de proteção, preservação, conservação e recuperação de mananciais, além de ações de capacitação, treinamento, mobilização social e educação ambiental com foco em Recursos Hídricos;
- As áreas com maior vulnerabilidade, definidas conforme critérios previstos no Art.14, devem ser priorizadas para implementação dos Programas Hidro Ambientais⁴ previstos neste PAP 2016/2020. O mapa de vulnerabilidade da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e estudos complementares a serem realizados pelo IBiO, com base no melhor conhecimento técnico disponível sobre o território, terão como objetivo facilitar a tomada de decisão por parte dos Comitês de Bacia.

São objetivos do Plano de Aplicação Plurianual, implementar as metas estabelecidas nos Contratos de Gestão e os programas e ações do PIRH/PARHs Doce considerados prioritários no período de 2016 a 2020:

³ Para fins dessa Deliberação, a área da bacia hidrográfica do rio Doce contempla a região hidrográfica do rio Barra Seca, no Espírito Santo, em conformidade com o Decreto de 25 de janeiro de 2002, alterado pelo Decreto de 1º de setembro de 2010.

⁴ Para efeitos deste PAP Doce, os programas hidroambientais a serem efetivados nas áreas consideradas de vulnerabilidade da bacia compreendem: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12), Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica (P21), Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22), Programa Produtor de Água (P24) e Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) e Programa de Saneamento Rural (P42).

- Aumentar a disponibilidade de água e reduzir os níveis de poluição hídrica na Bacia;
- Apoiar a adoção de medidas de proteção e preservação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e nascentes e de práticas de conservação de água e solo;
- Fomentar ações de prevenção e defesa a acidentes e eventos hidrológicos críticos.

São considerados prioritários, para fins de execução no período de 2016 a 2020, os seguintes programas constantes do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes:

- Qualidade da Água/Enquadramento:
 - P11 – Programa de Saneamento da Bacia.
 - P12 – Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos.
- Disponibilidade de Águas/Balanço Hídrico:
 - P21 – Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica.
 - P22 – Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura.
 - P24 – Programa Produtor de Água.
- Susceptibilidade a Enchentes:
 - P31 – Programa de Convivência com as Cheias.
- Universalização do Saneamento:
 - P41 – Programa de Universalização Saneamento.
 - P42 – Programa de Expansão do Saneamento Rural.
- Incremento de Áreas Legalmente Protegidas:
 - P52 – Programa de Recomposição de APPs e Nascentes.
- Implementação dos Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos:
 - P61 – Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos.
- Implementação das Ações do PIRH Doce:
 - P71 – Programa de Comunicação Social.
 - P72 – Programa de Educação Ambiental.
 - P73 – Programa de Treinamento e Capacitação.

Para fins de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, no período entre 2016 e 2020, foram priorizados programas do PIRH/PARHs Doce de hierarquia 1, 2 e 3, tendo em vista a relevância e a urgência na sua implementação, bem como por meio da pactuação com os Comitês de Bacia Hidrográficas com atuação na Bacia do Rio Doce. Na Tabela 8 apresentamos as Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020.

Tabela 8 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP 2016/2020

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH-Doce	Deliberação CBH-Doce nº 48, de 01 de dezembro de 2015
CBH-Piranga	Deliberação CBH-Piranga nº 11, de 20 de outubro de 2015
CBH-Piracicaba	Deliberação CBH-Piracicaba nº 29, de 21 de outubro de 2015
CBH-Santo Antônio	Deliberação CBH-Santo Antônio nº 21, de 22 de outubro de 2015
CBH-Suaçuí	Deliberação CBH-Suaçuí nº 47, de 29 de outubro de 2015
CBH-Caratinga	Deliberação CBH-Caratinga nº 02, de 28 de outubro de 2015
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 31, de 27 de outubro de 2015

Na Tabela 9, apresentamos as Deliberações que aprovaram as readequações do PAP 2016/2020.

Tabela 9 - Deliberações que aprovaram as readequações do Plano de Aplicação Plurianual – PAP 2016/2020

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH-Doce	Deliberação CBH-Doce nº 51, de 16 de junho de 2016
CBH-Doce	Deliberação CBH-Doce nº 52, de 14 de outubro de 2016
CBH-Doce	Deliberação CBH-Doce nº 53, de 28 de outubro de 2016
CBH-Doce	Deliberação CBH-Doce nº 54, de 28 de outubro de 2016
CBH-Doce	Deliberação CBH-Doce nº 56, de 21 de novembro de 2016
CBH-Doce	Deliberação CBH-Doce nº 74, de 06 de dezembro de 2018
CBH-Doce	Deliberação CBH-Doce nº 81, de 10 de dezembro de 2019

As Deliberações que alteram o PAP estão disponíveis no link: <http://www.cbhdoce.org.br/pirh-parh-pap/pap/deliberacoes-pap>. Na Tabela 10 são apresentados os recursos alocados para as metas, programas e ações prioritizadas pelo IGAM.

Tabela 10 - PAP da Bacia do Rio Doce com recursos alocados pelo IGAM

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R\$)					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
UGRH1 Piranga						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	2.900	1.900	500	1.900	500	7.700
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	600	700	-	700	-	2.000
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	2.300	700	-	700	-	3.700
Apoio na elaboração de PMSB.	1.100		-	-	-	1.100

Relatório de Gestão do Exercício de 2019 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2017

Elaboração de projetos para otimização de SAA.	1.200	700	-	700	-	2.600
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	-	500	500	500	500	2.000
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	500	1.750	1.250	1.750	1.250	6.500
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	-	500	-	500	-	1.000
P24 - Programa Produtor de Água	-	250	250	250	250	1.000
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	500	1.000	1.000	1.000	1.000	4.500
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	600	100	100	100	100	1.000
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	500	-	-	-	-	500
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 1	4.000	3.750	1.850	3.750	1.850	15.200
UGRH2 Piracicaba						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	1.800	3.000	3.000	3.000	1.000	11.800
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	500	1.000	1.000	1.000	-	3.500
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.300	1.000	1.000	1.000	-	4.300
Apoio na elaboração de PMSB.	400	-	-	-	-	400
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	900	1.000	1.000	1.000	-	3.900
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	-	1.000	1.000	1.000	1.000	4.000
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	4.500	9.000	9.500	8.500	10.200	41.700
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	-	2.000	2.000	2.000	3.700	9.700
P24 - Programa Produtor de Água	500	500	1.000	-	-	2.000
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	4.000	6.500	6.500	6.500	6.500	30.000
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	100	600	100	100	100	1.000
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	-	500	-	-	-	500
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 2	6.400	12.600	12.600	11.600	11.300	54.500
UGRH3 Santo Antônio						

PROGRAMAS DE SANEAMENTO	2.210	1.310	1.310	1.310	1.310	7.450
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.250	350	350	350	350	2.650
Apoio na elaboração de PMSB.	900	-	-	-	-	900
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	350	350	350	350	350	1.750
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	960	960	960	960	960	4.800
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	960	960	960	960	960	4.800
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	960	960	960	960	960	4.800
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	600	100	100	100	100	1.000
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	500	-	-	-	-	500
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 3	3.770	2.370	2.370	2.370	2.370	13.250
UGRH4 Suaçuí						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	800	-	-	-	-	800
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	500	-	-	-	-	500
Apoio na elaboração de PMSB.	500	-	-	-	-	500
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	300	-	-	-	-	300
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	1.000	1.000	-	-	-	2.000
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	500	500	-	-	-	1.000
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	500	500	-	-	-	1.000
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	250	100	100	100	100	650
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	150	-	-	-	-	150
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 4	2.050	1.100	100	100	100	3.450
UGRH5 Caratinga						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	1.350	150	650	150	650	2.950
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	250	-	250	-	250	750

Relatório de Gestão do Exercício de 2019 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2017

P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	950	-	250	-	250	1.450
Apoio na elaboração de PMSB.	700	-	-	-	-	700
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	250	-	250	-	250	750
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	150	150	150	150	150	750
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	500	500	500	500	500	2.500
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	250	250	250	250	250	1.250
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	250	250	250	250	250	1.250
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	400	100	100	100	100	800
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	300	-	-	-	-	300
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 5	2.250	750	1.250	750	1.250	6.250
UGRH6 Manhuaçu						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	1.000	-	-	-	-	1.000
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.000	-	-	-	-	1.000
Apoio na elaboração de PMSB.	200	-	-	-	-	200
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	800	-	-	-	-	800
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	300	740	740	740	740	3.260
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	300	450	450	450	450	2.100
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	-	290	290	290	290	1.160
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	220	100	100	100	100	620
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	120	-	-	-	-	120
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 6	1.520	840	840	840	840	4.880
TOTAL MG	19.990	21.410	19.010	19.410	17.710	97.530

2. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO

2.1. Identificação Institucional

Nome da Instituição: Instituto BioAtlântica, Entidade Equiparada às Funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica dos Rios Afluentes Mineiros do Rio Doce.

CNPJ: 05.112.703/0001-25 (IBIO Institucional); 05.112.703/0002-06 (IBIO - Filial)

Natureza Jurídica: Instituto BioAtlântica, Entidade Equiparada de funções de agência de água, associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fundado em 19 de fevereiro de 2002, com duração por tempo indeterminado, regendo-se pelas Legislações Federais, Estaduais e demais deliberações dos comitês de bacia hidrográfica para os quais atua como Entidade Delegatária ou Equiparada.

Vinculação: Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM

- Contrato de Gestão N° 001/2017, publicado no DOE-MG em 11/01/2017;
- 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2017, assinado em 26 de julho de 2017;
- 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2017, assinado em 2018;

Endereço: Rua Afonso Pena, 2.590, Centro, Governador Valadares – MG, CEP 35010-000.

Norma de Criação e Finalidade: Estatuto Social - Data: 22/06/2007; Estatuto Social – Alterado em 14/10/2011 e em 17/12/2018.

Endereço da Página Institucional na Internet: <http://www.ibioagbdoce.org.br/> E-mail: ibioagbdoce@ibio.org.br

2.2. Identificação do Contrato de Gestão

Instrumento Legal: Contrato de Gestão 001/IGAM/2017, celebrado entre o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e o Instituto BioAtlântica com a anuência dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – UGRH01, do Rio Piracicaba – UGRH02, do Rio Santo Antônio UGRH03, do Rio Suaçuí – UGRH04, do Rio Caratinga UGRH05 e Águas do Rio Manhuaçu – UGRH06.

Dotação Orçamentária: 2241.18.544.120.4505.0001.33.50.41.01.0.61.1

Fundamentação Legal:

Lei Estadual nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999;

Decreto Estadual nº 41.578, de 08 de março de 2001;

Decreto Estadual nº 44.046, de 13 de junho de 2005;

Deliberação Normativa CERH-MG nº 23, de 15 de setembro de 2008.

2.3. Descrição dos Objetivos e Metas Institucionais Pactuados no Contrato de Gestão

O Programa de Trabalho compreende um conjunto de metas a serem alcançadas, cujos resultados são mensurados por meio de indicadores de desempenho.

Na Tabela 11 é apresentado o Programa de Trabalho do Contrato de Gestão com a Entidade Delegatária para o exercício das funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, com seus indicadores e respectivos critérios de avaliação.

Tabela 11 - Programa de Trabalho com Indicadores e Critérios de Avaliação

Metas Gerais / Indicadores		Metas Específicas / Critérios de Avaliação
1	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	1A. Conteúdo disponibilizado e atualizado na página eletrônica dos Comitês Afluentes do Rio Doce e da entidade equiparada à agência de bacia.
2	PLANEJAMENTO E GESTÃO	2A. Elaboração do Plano Plurianual de Aplicação.
		2B. Acompanhamento do Plano Plurianual de Aplicação.
		2C. Implementação do Plano Diretor de Recursos Hídricos.
		2D. Conclusão dos compromissos remanescentes – Contrato de Gestão IGAM / IBIO Nº 001/2011.
3	UTILIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	3A. Índice de desembolso sobre o valor anual repassado pelo IGAM (%).
		3B. Índice de desembolso acumulado repassado pelo IGAM (%).
4	GERENCIAMENTO INTERNO	4A. Atendimento ao Usuário em Cobrança.
		4B. Complementação e atualização do Cadastro de Usuários.
5	RECONHECIMENTO SOCIAL	5A. Avaliação pelos membros do Comitê.
		5B. Avaliação, pelos usuários de água, da cobrança pelo uso de recursos hídricos.

2.4. Glossários sobre os Critérios de Avaliação

Nas tabelas abaixo são apresentadas as descrições dos critérios de avaliação de cada indicador.

Tabela 12 - Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 1

Meta Geral / Indicador 1 - Disponibilização de Informações	
Detalhamento do conteúdo a ser disponibilizado no site, inclusive links para outras páginas:	
Comitês	Decretos de criação, Regimento interno e suas alterações, composição, Deliberações, Moções e Atas das reuniões.
Entidade Equiparada	Informações institucionais atualizadas: Deliberação CERH de Equiparação, estatuto e alterações, associados.
Relação de Usuários em Cobrança	Relação dos usuários da respectiva Bacia Hidrográfica em cobrança pelo IGAM, no exercício corrente, contendo nome, município, UF, e valor cobrado.
Cobrança e Arrecadação	Valores transferidos para a entidade equiparada, despesas efetuadas e os rendimentos financeiros, atualizados trimestralmente.
Centro de Documentação	Estudos, projetos, relatórios e demais documentos técnicos produzidos sobre a Bacia.
Investimentos na bacia	Investimentos aprovados e contratados anualmente com recursos da Cobrança na respectiva Bacia Hidrográfica.
Legislação de Recursos Hídricos	Legislação federal e do Estado, incluindo: Constituição, Leis, Decretos, Portarias, Resoluções do IGAM, Deliberações do Conselho.
Contrato de Gestão	Contratos e seus aditivos, Relatórios de Gestão, Relatórios de Avaliação e Relatórios Financeiros e Contratos firmados.

Tabela 13 – Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 2

Meta Geral / Indicador 2 - Planejamento e Gestão	
Metas Específicas / Critérios de avaliação	Detalhamento
2A. Elaboração do Plano Plurianual de Aplicação	Plano Plurianual de Aplicação aprovado pelos respectivos Comitês de Bacia hidrográfica, contendo, necessariamente, a descrição detalhada dos seus programas e itens, evidenciando a origem dos seus respectivos recursos, e consistência ao Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e o Plano de Trabalho dos respectivos Comitês.
2B. Acompanhamento do Plano Plurianual de Aplicação	<p>1. Relatório anual de acompanhamento das ações executadas com os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia, descrevendo por ação, quando couber:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificação do componente/subcomponente em que a ação se enquadra; ✓ Objeto e valor da ação; ✓ Modalidade de aplicação: direta, indireta (contrato de repasse) e financiamento; ✓ Código da ação no Plano Plurianual de Aplicação; ✓ Prazos médios de execução: andamento dos cronogramas físicos-financeiros; e, ✓ Identificação dos principais atrasos e justificativas.
2C. Implementação do Plano Diretor de Recursos Hídricos	<p>Relatório de avaliação da execução das ações previstas no Plano Diretor de Recursos Hídricos, com recursos da cobrança pelos usos de Recursos Hídricos e outras fontes, contendo as principais ações e programas.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ As providências adotadas pela Entidade Equiparada para a execução das ações previstas no Plano Diretor (inclusive articulação com outros entes do SINGERH): ✓ Recomendação de ações com vista a aceleração da implementação do Plano Diretor de Recursos Hídricos.
2D. Conclusão dos Compromissos Remanescentes - Contrato de Gestão IGAM/IBIO nº 001/2011	<p>Concluir os compromissos assumidos remanescentes do Contrato de Gestão IGAM/IBIO nº 001/2011:</p> <p><u>Contrato IBIO nº 02/2015:</u> Empresa: Fundação Educacional de Caratinga - FUNEC Objeto: Prestação de serviços de Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) dos Municípios de: Lote 1: Açucena, Braúnas, Dores de Guanhões, Ferros, Itambé do Mato Dentro, Mesquita e São Sebastião do Rio Preto. Lote 2: Carmésia, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Morro do Pilar, Santo Antônio do Rio Abaixo, Senhora do Porto e Serro. Alocação: CBH Santo Antônio</p> <p><u>Contrato IBIO nº 14/2015:</u> Empresa: Fundação Educacional de Caratinga - FUNEC</p>

	<p>Objeto: Prestação de serviços de consultoria especializada para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos Municípios do Lote 01: Água Boa, Cantagalo, Coluna, Franciscópolis, Frei Lagonegro, Malacacheta, Materlândia, Paulistas, Peçanha, Rio Vermelho, São João Evangelista, São Pedro do Suaçuí, São Sebastião do Maranhão e Serra Azul de Minas, e Lote 02: Campanário, Coroaci, Cuparaque, Divino das Laranjeiras, Divinolândia de Minas, Frei Inocência, Galileia, Goiabeiras, Gonzaga, Itambacuri, Jampruca, Marilac, Mathias Lobato, Nacip Raydan, Periquito, Santa Efigênciade Minas, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, São José da Safira, Sardoá, Virginópolis e Virgolândia, pertencentes à Unidade de Gestão de Recursos Hídricos (UGRH 4) do Suaçuí.</p> <p>Alocação: CBH Suaçuí</p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Tabela 14 - Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 3

Meta Geral / Indicador 3 - Aplicação e Acompanhamento dos Recursos Oriundos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos	
Metas Específicas / Critérios de avaliação	Detalhamento
3A. ÍNDICE DE DESEMBOLSO ANUAL (%)	<p>Proporção (%) entre o valor desembolsado anual neste Contrato (desde o primeiro mês do repasse até o mês de apuração), e o valor anual repassado pelo IGAM, incluindo os rendimentos financeiros.</p> <p><u>Fórmula de cálculo</u> $ID (%) = (VD / VR) * 100$ Sendo: ID = Índice de Desembolso Anual até o limite de 100%; VD = valor desembolsado, em reais por ano; VR = valor repassado, em reais por ano.</p>
3B. ÍNDICE DE DESEMBOLSO ACUMULADO (%)	<p>Proporção (%) entre o valor desembolsado acumulado neste Contrato (desde o primeiro repasse até o mês de apuração), e o valor acumulado repassado pelo IGAM.</p> <p><u>Fórmula de cálculo</u> $IDA (%) = (VDa / VRa) * 100$ Sendo: IDA = Índice de Desembolso Acumulado; VDa = valor desembolsado acumulado, em reais; VRa = valor repassado acumulado, em reais.</p>

Tabela 15 – Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 4

Meta Geral / Indicador 4 - Gerenciamento Interno	
Metas Específicas / Critérios de avaliação	Detalhamento
4A. ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA	Fornecimento do serviço de atendimentos aos usuários em cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica, com conhecimento técnico suficiente para sanar eventuais dúvidas e orientar os usuários no acesso e preenchimento do CNARH, no período de segunda à sexta-feira das 08h00 às 18h00 (exceto feriados).
4B. ATUALIZAÇÃO DO CNARH	Inserção, atualização e complementação dos dados dos usuários de recursos hídricos outorgados no CNARH, conforme normas e procedimentos estabelecidos pelo IGAM.

Tabela 16 – Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 5

Meta Geral / Indicador 5 - Reconhecimento Social	
Metas Específicas / Critérios de avaliação	Detalhamento
5A. RECONHECIMENTO SOCIAL	Aplicação de pesquisa anual sobre o desempenho da Entidade Delegatária no exercício de suas atribuições, aplicada junto aos CBHs, conforme metodologia a ser definida pela IGAM em conjunto com ANA, IEMA tendo foco no: Cumprimento do contrato de gestão; Ações tomadas com vistas à implementação do PARH (com Subsídio do “Relatório de avaliação da execução das ações previstas no PARH”); e, atuação como Secretaria executiva do CBH.
5B. AVALIAÇÃO DA COBRANÇA PELO USUÁRIO	Nota de desempenho do Comitê junto ao CERH-MG.

2.5. Comprometimento de Metas

INDICADOR 1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Na Tabela 17 são apresentados os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 1.

Tabela 17 – Pesos e Metas do Indicador 1

Meta Geral / Indicador 1 - Disponibilização de Informações			
AVALIAÇÃO	1A - CONTEÚDO DISPONIBILIZADO E ATUALIZADO		NOTA FINAL (NF)
	Peso		
	1		
2017	Meta	8	
	Resultado		
	Nota (NP)		
2018	Meta	8	
	Resultado		
	Nota (NP)		
2019	Meta	8	
	Resultado		
	Nota (NP)		
2020	Meta	8	
	Resultado		
	Nota (NP)		
FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS			
NP = 10 * resultado / meta; 0 ≤ NP ≤ 10			
NF = $\sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$			
PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO DE RESULTADO			
1A. Conteúdo disponibilizado e atualizado	1	Comitê	
	2	Entidade Equiparada	
	3	Cadastro de Usuários	
	4	Cobrança e Arrecadação	
	5	Estudos e Projetos	
	6	Investimentos na Bacia	
	7	Legislação de Recursos Hídricos	
	8	Contrato de Gestão	
O Resultado será verificado pelo número de itens disponíveis e atualizados trimestralmente, tendo como referência a lista acima, nos sites eletrônicos dos CBH's Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu, conforme detalhado. Este indicador deverá ser executado durante a vigência do contrato.			

INDICADOR 2- PLANEJAMENTO E GESTÃO

Na Tabela 18 são apresentados, os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 2.

Tabela 18 – Pesos e Metas do Indicador 2

Meta Geral / Indicador 2 - Planejamento e Gestão						
AVALIAÇÃO		2A. Elaboração do Plano Plurianual de Aplicação	2B. Acompanhamento do Plano Plurianual de Aplicação	2C. Implementação do Plano Diretor	2D. Conclusão dos Compromissos Remanescentes - Contrato de Gestão IGAM/IBIO nº 001/2011	NOTA FINAL (NF)
		Peso	Peso	Peso	Peso	
		4	2,5	2,5	1	
2017	Meta	1	1	1	1	
	Resultado					
	Nota (NP)					
2018	Meta	-	1	1	-	
	Resultado					
	Nota (NP)					
2019	Meta	-	1	1	-	
	Resultado					
	Nota (NP)					
2020	Meta	-	1	1	-	
	Resultado					
	Nota (NP)					
- A meta 2A será executada a partir do início da vigência do Contrato de Gestão e será executada em 2017, nos demais anos seu peso será redistribuído por igual entre as demais metas.						
- A meta 2B será executada a partir do início da vigência do aditivo contratual que formalizar a integração do Plano Plurianual de Aplicação mediante Deliberação dos Comitês dos rios Afluentes Mineiros do rio Doce, e deverá continuar a ser executada até o final da vigência deste Contrato de Gestão.						
- A meta 2C será executada a partir da data em que o Plano Plurianual for aprovada mediante Deliberação dos Comitês, e deverá continuar a ser executada até o final da vigência deste Contrato de Gestão.						
- A meta 2D será executada em 2017, para os demais anos seu peso será redistribuído por igual entre as demais metas.						
FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS						
- Para o indicador 2B, será atribuído 1 (um) ponto para elaboração do relatório anual de acompanhamento, desde que atendidos os requisitos mínimos estabelecidos no detalhamento do indicador.						
- Para o indicador 2C, será atribuído 1 (um) ponto para elaboração do relatório de avaliação da execução das ações previstas no Plano Diretor de Recursos Hídricos, desde que atendidos os requisitos mínimos estabelecidos no detalhamento do indicador descrito no detalhamento dos critérios de avaliação.						
- Para o indicador 2D, será atribuído 1 (um) ponto para a conclusão dos compromissos assumidos remanescentes do Contrato de Gestão IGAM/IBIO nº 001/2011.						
$NP = 10 * \text{resultado} / \text{meta}; 0 \leq NP \leq 10$						
$NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$						

INDICADOR 3 - COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Na Tabela 19 são apresentados os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 3.

Tabela 19 - Pesos e Metas do Indicador 3

Meta Geral / Indicador 3 - Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos				
AVALIAÇÃO		3A. ÍNDICE DE DESEMBOLSO ANUAL (%)	3B. ÍNDICE DE DESEMBOLSO ACUMULADO (%)	NOTA FINAL (NF)
		Peso	Peso	
		5	5	
2017	Meta	50	25	
	Resultado			
	Nota (NP)			
2018	Meta	65	30	
	Resultado			
	Nota (NP)			
2019	Meta	70	40	
	Resultado			
	Nota (NP)			
2020	Meta	80	55	
	Resultado			
	Nota (NP)			
FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS				
NP = 10 * resultado / meta; 0 ≤ NP ≤ 10				
NF = $\sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$				
- No primeiro ano do Contrato o indicador 3B (índice de desembolso acumulado) não será avaliado e o peso será somado ao indicador 3A (índice de desembolso anual).				
- O indicador 3C será avaliado, em 2017, o desenvolvimento do Portal, para os demais anos será avaliado a disponibilização das informações conforme detalhamento do indicador. Este indicador deverá ser executado durante a vigência do contrato.				

INDICADOR 4 – OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA

Na Tabela 20 são apresentados os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 4.

Tabela 20 - Pesos e Metas do Indicador 4

Meta Geral / Indicador 4 - Gerenciamento Interno				
AVALIAÇÃO		4A. ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA	4B. ATUALIZAÇÃO DO CNARH	NOTA FINAL (NF)
		Peso	Peso	
		4	6	
2017	Meta	12	100	
	Resultado			
	Nota (NP)			
2018	Meta	12	100	
	Resultado			
	Nota (NP)			
2019	Meta	12	100	
	Resultado			
	Nota (NP)			
2020	Meta	12	100	
	Resultado			
	Nota (NP)			
FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS				
NP = 10 * resultado / meta; 0 ≤ NP ≤ 10				
NF = $\sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$				
PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO DE RESULTADO				
4A. ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA	Para o indicador 4A será atribuído 1 ponto para cada mês de funcionamento da Central de Atendimento ao Usuário. A Central de Atendimento ao Usuário deverá funcionar durante toda a vigência do Contrato.			
4B. ATUALIZAÇÃO DO CNARH	Para o indicador 4B, o resultado será calculado da seguinte forma: [(número outorgas de uso consultivo concedidas + número de outorgas de uso consultivo retificadas) inseridas no CNARH pela Entidade Equiparada / (número de portarias de outorgas de uso consultivo concedidas + número de portarias de uso consultivo retificado na bacia)] x (%). As portarias de outorgas a serem consideradas serão aquelas publicadas no site do IGAM do dia 1 de outubro do exercício anterior até o dia 30 de setembro do exercício corrente. o indicador deverá ser executado durante toda a vigência do Contrato.			

INDICADOR 5 – RECONHECIMENTO SOCIAL

Na Tabela 21 são apresentados os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 5.

Tabela 21 - Pesos e Metas do Indicador 5

Meta Geral / Indicador 5 - Reconhecimento Social				
AVALIAÇÃO		5A. RECONHECIMENTO SOCIAL	5B. AVALIAÇÃO DA COBRANÇA PELO USUÁRIO	NOTA FINAL (NF)
		Peso	Peso	
		5	5	
2017	Meta	10	-	
	Resultado			
	Nota (NP)			
2018	Meta	10	-	
	Resultado			
	Nota (NP)			
2019	Meta	10	-	
	Resultado			
	Nota (NP)			
2020	Meta	10	1	
	Resultado			
	Nota (NP)			
FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS				
NP = 10 * resultado / meta; 0 ≤ NP ≤ 10				
NF = $\sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$				
PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO DE RESULTADO				
5A. RECONHECIMENTO SOCIAL	O Resultado do indicador se dará pela avaliação da Entidade Equiparada pelos conselheiros dos CBH's, anualmente. Como Resultado será considerado a média das pontuações obtidas nos questionários aplicados pelo IGAM aos conselheiros dos CBH's. o indicador será apurado anualmente.			
5B. AVALIAÇÃO DA COBRANÇA PELO USUÁRIO	Aplicação de pesquisa sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, a ser feita junto aos usuários em cobrança, e apresentação de relatório de avaliação dos resultados. O indicador será executado e apurado no último ano do Contrato.			

Na Tabela 22 apresentamos a Planilha de Avaliação dos indicadores descritos acima.

Tabela 22 – Planilha de Avaliação

Planilha de Avaliação					
Metas Gerais / Indicadores		PESO	Nota Final (NF)	Nota Geral (NG)	Conceito Geral
1	Disponibilização de Informações	1		0,00	
2	Planejamento e Gestão	2			
3	Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos	4			
4	Gerenciamento Interno	2			
5	Reconhecimento Social	1			

Fórmula de Cálculo e Conceitos			
Nota Geral = $(\sum \text{Nota Final} * \text{Peso Indicador} / \sum \text{Peso Indicador})$			
CONCEITOS			
Ótimo	$NG \geq 9$	Bom	$7 \leq NG < 9$
Regular	$5 \leq NG < 7$	Insuficiente	$NG < 5$

3. INDICADOR 1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES.

3.1. Meta 1A - Conteúdo Disponibilizado e Atualizado na Página Eletrônica do CBH-Caratinga.

O site do CBH-Caratinga permanece no ar no mesmo endereço informado no Relatório de Gestão referente ao exercício de 2019, no link <http://www.cbhcaratinga.org.br/>. Seguem abaixo informações sobre a publicação dos conteúdos disponibilizados na página eletrônica do Comitê.

ITEM 1 - CBHs: decreto de criação, regimento interno e alterações, composição, deliberações, moções, atas das reuniões.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas do Comitê, conforme descrição e links indicados abaixo.

- O Decreto de criação:
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/institucional/decreto-criacao>
- Regimento Interno e as alterações:
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/institucional/regimentos-internos>
- Composição
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/membros>
- Deliberações e Moções
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/institucional/deliberacoes>
- Atas das reuniões
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/institucional/atas-reunioes>

ITEM 2 - Entidade Equiparada: Deliberação CERH de Equiparação, estatuto e alterações, associados.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas da Entidade Equiparada, conforme links abaixo:

- Deliberação CERH de Equiparação
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/resolucoes-de-delegacao-equiparacao>
- O Estatuto do Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce) e suas alterações:
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/agencia-de-aguas/estatuto>
- Os Associados do Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB-Doce):
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/associados>

ITEM 3 - Relação de Usuários em Cobrança: Relação dos usuários da respectiva Bacia Hidrográfica em cobrança pelo IGAM, no exercício corrente, contendo: nome, município, UF e valor cobrado.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas sobre usuários em cobrança.

- Cadastro de Usuários em cobrança pela ANA e IGAM:

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/agencia-de-aguas/cadastro-de-usuarios>

ITEM 4 – Cobrança e Arrecadação: valores transferidos para a entidade equiparada, despesas efetuadas e os rendimentos financeiros, atualizados trimestralmente.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas sobre a Cobrança e a Arrecadação.

- Cobrança e Arrecadação pela ANA e IGAM

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/agencia-de-aguas/cobranca-e-arrecadacao>

ITEM 5 – Centro de Documentação: estudos, projetos, relatórios e demais documentos técnicos produzidos sobre a Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Resultado: Disponibilizado no site do Comitê uma aba denominada “Centro de Documentação”, contendo documentos técnicos sobre a Bacia.

- Documentos sobre a Bacia

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/documentos-sobre-a-bacia>

- Documentos sobre Recursos Hídricos

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/documentos-sobre-recursos-hidricos>

- Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/pirhparhs>

- Relatórios de Atividades

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/relatorios-de-atividades/relatorio-anual-de-atividades>

- Outros Documentos

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/outros-documentos>

ITEM 6 – Investimentos na Bacia: Investimentos aprovados e contratados anualmente com recursos da cobrança na respectiva Bacia Hidrográfica.

Resultado: Todos os dados estão disponíveis no Portal de Acompanhamento das Ações dos Comitês da Bacia do Rio Doce. Este site foi criado com o objetivo de divulgar, de forma clara e objetiva, informações sobre ações realizadas pelos Comitês de Bacia Hidrográfica com atuação na Bacia do Rio Doce, propiciando o acompanhamento por parte da sociedade.

No site do CBH-Caratinga há um item, no *menu* lateral direito, denominado “Portal de Acompanhamento de Ações”, que redireciona para o portal, cujos dados também podem ser acessados, diretamente, pelo seguinte link: <http://cbhdoce.org.br/portal/>

Além disso, são publicados no site os **Relatórios Anuais de Acompanhamento das Ações Executadas com os Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH Caratinga**, que podem ser acessados no seguinte link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/agencia/plano-de-aplicacao-plurianual/relatorios-de-acompanhamento>

ITEM 7 - Legislação de Recursos Hídricos: leis e decretos relativos a recursos hídricos no âmbito federal e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo; portarias do IGAM e IEMA; resoluções da ANA, do CNRH, do CERH-MG e CERH-ES que tenham pertinência com as atividades definidas no PIRH-Doce, contrato de gestão, cadastro e cobrança.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas sobre a Legislação de Recursos Hídricos.

- A Legislação Federal
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/legislacao-federal>
- A Legislação de Minas Gerais
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/legislacao-do-estado-de-minas-gerais>
- A Legislação do Espírito Santo
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/legislacao-do-estado-do-espírito-santo>

ITEM 8 - Contrato de Gestão: contrato e seus aditivos, Relatórios de Gestão, Relatórios de Avaliação e prestações de contas apresentadas.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas sobre o Contrato de Gestão.

- Contratos de Gestão
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/agencia/contrato-de-gestao/contratos>
- Relatórios de Gestão
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/agencia/contrato-de-gestao/relatorio-de-gestao>
- Relatórios de Avaliação
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/agencia/contrato-de-gestao/relatorio-de-avaliacao>
- Prestações de Contas
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/agencia/contrato-de-gestao/prestacao-de-contas-2>
- Contratos firmados:
Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/contratos/contratos-de-2019>

4. INDICADOR 2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO

4.1. Meta 2A – Elaboração do Plano Plurianual de Aplicação

Plano Plurianual de Aplicação aprovado pelos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio doce, contendo, necessariamente, a descrição detalhada dos seus programas e itens, evidenciando a origem dos seus respectivos recursos, e consistência ao Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e Plano de Trabalho dos respectivos Comitês.

Conforme 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2017 em sua Cláusula Primeira – do Plano Plurianual de Aplicação, fica integrado ao Contrato de Gestão nº 001/2017 firmado entre o IGAM e o IBiO o plano plurianual de aplicação dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos, plano referente ao período de 2016 a 2020, aprovado por cada um dos comitês dos rios afluentes mineiros do Rio Doce mediante Deliberações específicas.

O relatório em questão será apresentado através dos anexos descrito abaixo:

Anexo I – Deliberação Normativa CBH-CARATINGA nº 02, de 28 de outubro de 2015.

Anexo II – Deliberação Normativa CBH-DOCE nº 81, de 10 de dezembro de 2019 (PAP 2016/2020).

Anexo III – Plano de Trabalho CBH-CARATINGA.

Resultado: Relatório devidamente gerado com especificações definidas no Contrato de Gestão.

4.2. Meta 2B – Acompanhamento do Plano Plurianual de Aplicação

Neste relatório são apresentadas as ações executadas pelo Instituto BioAtlântica na modalidade de execução indireta em que houve contratação de pessoas físicas ou jurídicas para realização das ações com recursos dos 92,5% da cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Pelo volume de informações e para melhor estruturar o relatório em questão, decidimos apresentá-lo como um documento em anexo disponibilizado no **Anexo IV**.

Resultado: Relatório devidamente gerado com especificações definidas no Contrato de Gestão.

4.3. Meta 2C – Implementação do Plano Diretor de Recursos Hídricos

Neste relatório serão apresentadas as providências adotadas pelo IBiO que envolvem sua estrutura administrativa, corpo técnico e mobilização utilizando 7,5% dos recursos federais e estaduais oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos. A utilização dos recursos estaduais se deve pelo fato de possuímos corpo técnico único para execução dos programas previstos no Plano de

Aplicação Plurianual e parte deste corpo técnico foi contratado com os recursos federais e parte com recursos estaduais.

As providências adotadas pelo Instituto BioAtlântica que serão descritas a seguir estão separadas por Programa e Subprograma do PARH. As recomendações de ações com vista na aceleração da implementação do Plano Diretor serão apresentadas para todos os programas e subprogramas em um único tópico.

Consideramos ser a melhor forma de apresentar as recomendações uma vez que a maioria delas visam acelerar a implementação do PARH como um todo e não um programa ou subprograma específico. Pelo volume de informações e para melhor estruturar o relatório em questão, decidimos apresentá-lo como um documento em anexo disponibilizado no **Anexo V**.

Resultado: Relatório devidamente gerado com especificações definidas no Contrato de Gestão.

4.4. Meta 2D – Conclusão dos Compromissos Remanescentes – Contrato de Gestão IGAM/IBIO nº 001/2011

Os Contratos IBIO nº 02/2015 e nº 14/2015 foram encerrados em 03/01/2017. Informações apresentadas nos Relatórios de Gestão de 2017 e 2018 (disponíveis no site do IBIO).

5. INDICADOR 3 – APLICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS RECURSOS ORIUNDOS DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

5.1. Meta 3A - Índice de Desembolso Anual (%)

Tabela 23 – Índice de Desembolso para o Exercício de 2019

Repases, Rendimentos de Aplicação Financeira e Desembolso - CBH CARATINGA							
* INDICADOR COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	(3A) Índice de Desembolso Anual	Período	Repasse	Rendimento	Repasse + Rendimento	Desembolso	Índice de Desembolso Anual
		2017	147.202,09	95.853,76	243.055,85	112.713,22	46,37%
		2018	2.111.936,59	94.698,57	2.206.635,16	104.158,22	4,72%
		2019	817.981,49	178.932,80	996.914,29	51.508,59	5,17%
		2020					
		Total	3.077.120,17	369.485,12	3.446.605,29	268.380,03	

Tabela 24 – Índice de Desempenho para o Exercício de 2019

Quadro de Desempenho da Agência em Relação a Meta Contratual (%)			
PERÍODO	Meta do Contrato	Índice de Desembolso Anual	Desempenho Anual
2017	50,00%	46,37%	92,75%
2018	65,00%	4,72%	7,26%
2019	70,00%	5,17%	7,38%
2020	80,00%		

Resultado: Conforme dados apresentados nas Tabela 23 e Tabela 24 acima, o Instituto BioAtlântica para o Exercício de 2019, teve como Índice de Desembolso Anual 5,17% e Desempenho Anual de 7,38% em relação à Meta Contratual (Meta 3A).

5.2. Meta 3B – Índice de Desembolso Acumulado

Tabela 25 – Índice de Desembolso Acumulado

Repases, Rendimentos de Aplicação Financeira e Desembolso - CBH CARATINGA							
* INDICADOR COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	(3B) Índice de Desembolso Acumulado	Período	Repasse	Rendimento	Repasse + Rendimento	Desembolso	Índice de Desembolso Anual
		2017	147.202,09	95.853,76	243.055,85	112.713,22	46,37%
		2018	2.111.936,59	94.698,57	2.206.635,16	104.158,22	8,85%
		2019	817.981,49	178.932,80	996.914,29	51.508,59	7,79%
		2020					
		Total	3.077.120,17	369.485,12	3.446.605,29	268.380,03	

Tabela 26 – Índice de Desembolso Acumulado

Quadro de Desempenho da Agência em Relação a Meta Contratual (%)			
PERÍODO	Meta do Contrato	Índice de Desembolso Acumulado	Desempenho Acumulado
2017	25,00%	46,37%	185,49%
2018	30,00%	8,85%	29,51%
2019	40,00%	7,79%	19,47%
2020	55,00%		

Resultado: Conforme dados apresentados nas Tabela 25 e Tabela 26 acima, o Instituto BioAtlântica para o Exercício de 2019, teve como Índice de Desembolso Anual Acumulado 7,79% e Desempenho Anual Acumulado de 19,47% em relação à Meta Contratual (Meta 3B).

6. INDICADOR 4 – GERENCIAMENTO INTERNO

6.1. Meta 4A – Atendimento ao Usuário em Cobrança

Conforme previsto no Indicador 4A do Contrato de Gestão 001/IGAM/2017, o Instituto BioAtlântica tem como função realizar atendimento aos usuários em cobrança visando sanar dúvidas e orientar no acesso e preenchimento do CNARH, além de fornecer informações sobre processos de outorga de uso da água e cobrança.

Desde o início de 2013 o atendimento do IBiO vem sendo feito através do telefone **0800 033 1783** criado especificamente para este fim e do e-mail **ibioagbdoce@ibio.org.br**. O atendimento também pode ser feito na sede do IBiO, localizada na Rua Afonso Pena, 2590, Centro – Governador Valadares – MG. O atendimento por telefone e presencial poderá ser feito das **8h às 12h e das 14h às 18h** de segunda a sexta-feira.

Até 05 de novembro de 2017 as informações do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH estavam disponíveis no site <http://cnarh.ana.gov.br>. A partir de 06 de novembro de 2017 as informações passaram a estar disponíveis no novo endereço eletrônico: <http://www.snirh.gov.br/cnarh/index.jsf>.

Desde a migração para as novas plataformas o IBiO está aguardando treinamento/capacitação para se adaptar aos novo sistemas. Para que os usuários continuem a receber todo o suporte e informações necessárias, os funcionários do IBiO têm estado em contato com o IGAM e ANA para que todas as mudanças/adaptações/informações sejam atendidas com agilidade. Abaixo apresentamos através das figuras (Figura 5, Figura 6 e Figura 7) mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança nos sites do CBH-Doce, IBiO, CBH-Caratinga. Em seguida, são apresentados os relatos dos atendimentos realizados pelo Instituto BioAtlântica em 2019.

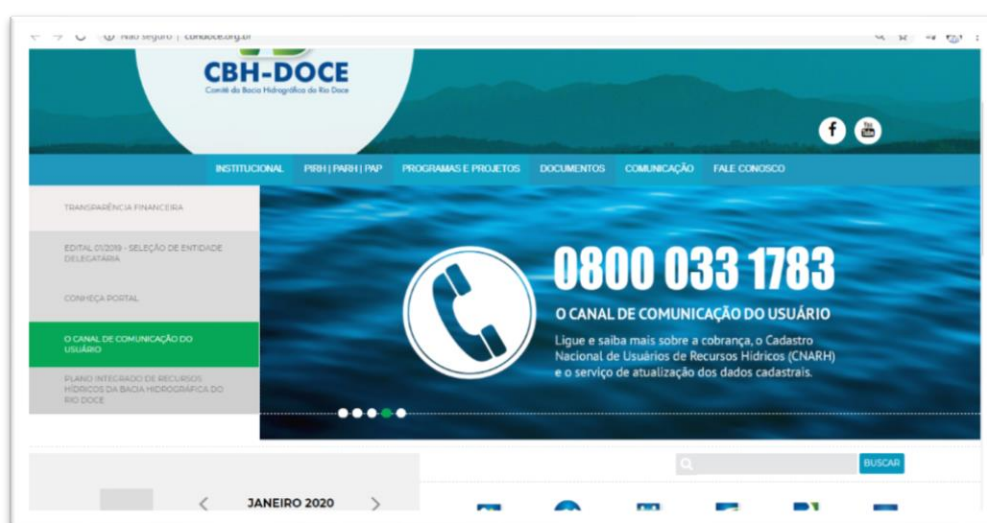


Figura 5 – Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH-Doce.

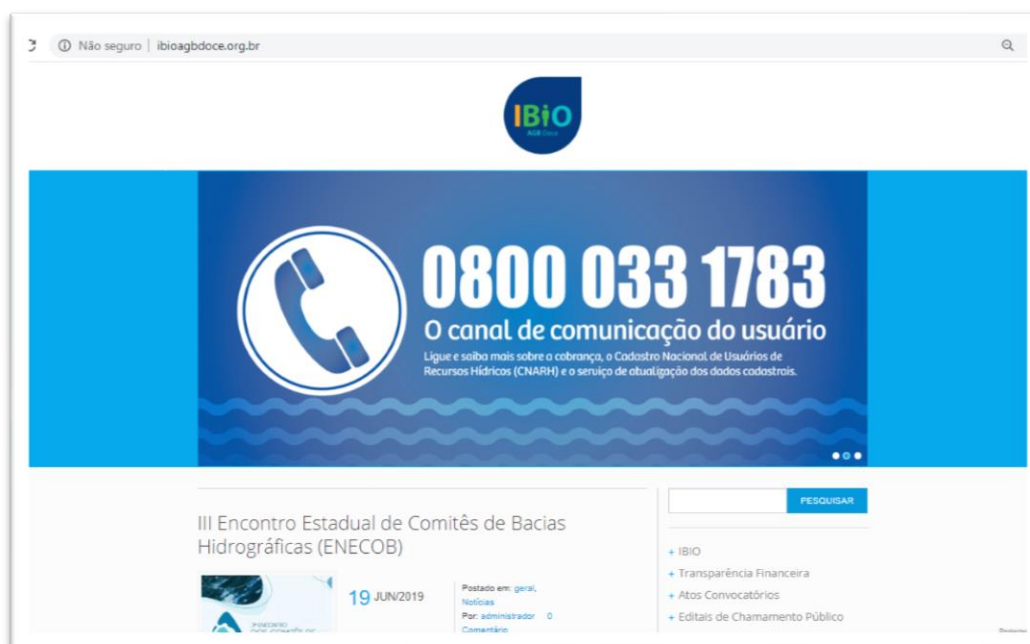


Figura 6 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do IBiO

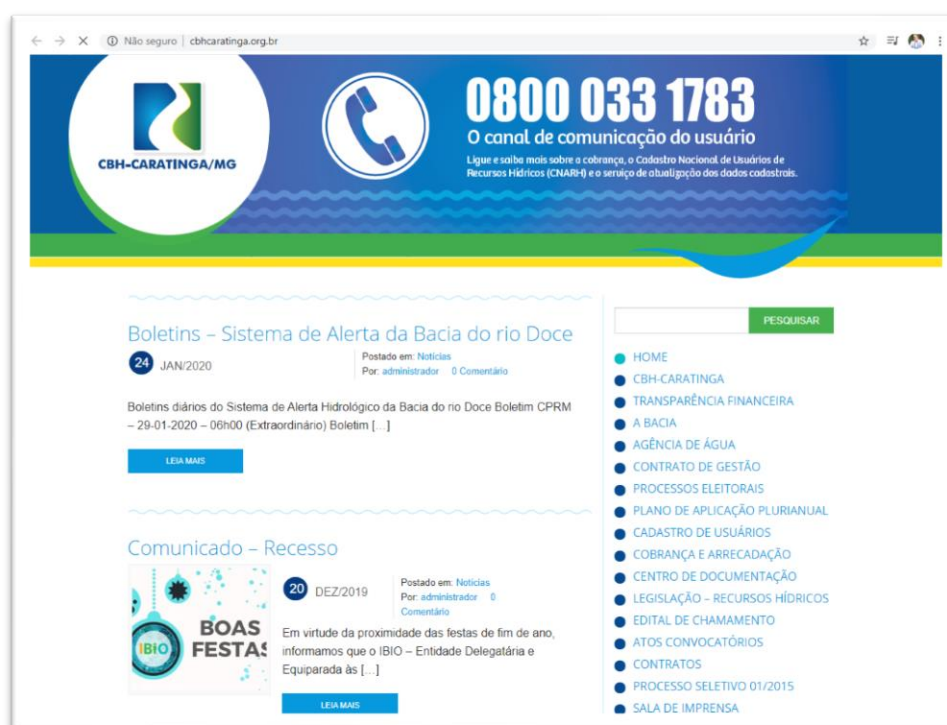


Figura 7 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH-Caratinga.

Apresentamos abaixo os relatos dos Atendimentos aos Usuários realizados pelo IBIO em 2019.

Atendimento IBIO nº 01
Data da ligação: 22/01/2019
Nome do Atendente: Gabriela Soares Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Sra. Vicentina
Telefone/endereço eletrônico: 32 98474-9515
Assunto tratado: Informação sobre abordagem do Rio Vivo através da empresa Consominas.
Encaminhamentos: A funcionária Gabriela atendeu a ligação e considerando dúvida/esclarecimento/reclamação da filha da Sra. Vicentina, sobre como deveria ser a abordagem da empresa Consominas, inclusive com relação a identificação, a mesma explicou qual a abordagem e solicitações que deveriam ser feitas. Após a ligação entrou em contato com a empresa Consominas solicitando esclarecimento da situação.
Atendimento IBIO nº 02
Data da ligação: 22/04/2019
Nome do Atendente: Laura Jovelina Andrade Machado
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Flávia
Telefone/endereço eletrônico:
Assunto tratado: Informação sobre o cadastramento das empresas que eles apoiam
Encaminhamentos: A funcionária Laura atendeu a ligação da senhora Flávia que falava do Sul de Minas e buscava informação sobre a questão do cadastramento das empresas que eles gerenciam, ela já havia ligado na Supram que os direcionou para o IBIO como não atuamos nas bacias no Sul de Minas sugerimos ligar no 155 (opção 5) ou no IGAM, segundo ela o telefone de contato da InfoHidro não sabe orientar ela sobre a questão.
Atendimento IBIO nº 03
Data da ligação: 08/05/2019
Nome do Atendente: Laura Jovelina Andrade Machado
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Thayane
Telefone/endereço eletrônico: (31) 3881-1307
Assunto tratado: Receberam um boleto relativo a outorga solicitada
Encaminhamentos: A Senhora Thayane da cidade de Santa Cruz do Escalvado possui um empreendimento (Mineração Vale do Piranga) e o empreendimento ainda não está em funcionando, porém, eles foram boletados, informamos que, apesar do não funcionamento

<p>eles já tem disponível com base na liberação da outorga o direito pelo uso da água, por isso do recebimento do boleto para pagamento.</p>
Atendimento IBIO nº 04
Data da ligação: 13/05/2019
Nome do Atendente: Laura Jovelina Andrade Machado
Identificação da pessoa/instituição que ligou: João Cezar dos Santos
Telefone/endereço eletrônico: Não falou – Colatina
Assunto tratado: Boleto recebido da ANA
<p>Encaminhamentos: O Senhor João ligou a respeito do recebimento do boleto relativo a cobrança pelo uso da água no empreendimento dele, ele estava querendo mais informações a respeito, segundo ele fez uma atualização no cadastro de outorga dele, o que pode ter havido a cobrança a partir de agora.</p>
Atendimento IBIO nº 05
Data da ligação: 15/05/2019
Nome do Atendente: Laura Jovelina Andrade Machado
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Fabiane
Telefone/endereço eletrônico: (027) 3636-9892 e (027) 3636-9828
Assunto tratado: Boleto recebido pela ANA
<p>Encaminhamentos: A Senhora Fabiane ligou a respeito do recebimento do boleto, porém, a outorga não está mais nominal a Encaper, a orientação foi para ligar no 0800 da ANA para ver a respeito do cancelamento do boleto e já providenciar a mudança do cadastro da outorga.</p>
Atendimento IBIO nº 06
Data da ligação: 17/05/2019
Nome do Atendente: Laura Jovelina Andrade Machado
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Carlos Caldeira (Caratinga)
Telefone/endereço eletrônico:
Assunto tratado: Recebimento de boleto
<p>Encaminhamentos: O morador atual do endereço ligou questionamento sobre o recebimento do boleto pelo uso da água, na ocasião ele informou que atualmente ele aluga o apartamento na cidade de Caratinga MG para moradia, e recebeu o boleto, porém, ele não é o dono do imóvel e não tem qualquer empreendimento, nosso encaminhamento foi, devolver a imobiliária o boleto uma vez que o boleto está nominal ao proprietário do apartamento.</p>
Atendimento IBIO nº 07
Data da ligação: 14/06/2019

Nome do Atendente: Laura Jovelina Andrade Machado
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Adriana
Telefone/endereço eletrônico:
Assunto tratado: Proposta de um projeto de um rio afluente do Suaçuí
Encaminhamentos: A Sra. Adriana que fala da cidade de Belo Horizonte, gostaria de informações sobre a sede do CBH Suaçuí, para poder apresentar um projeto que ela desenvolveu no rio corrente grande afluente do Suaçuí, a orientação foi encaminhar um e-mail ao CBH para agendamento da reunião com o presidente para apresentação do projeto.
Atendimento IBIO nº 08
Data da ligação: 02/07/2019
Nome do Atendente: Laura Jovelina Andrade Machado
Identificação da pessoa/instituição que ligou: José Geraldo
Telefone/endereço eletrônico: Incaper ES
Assunto tratado: Pontos de captação não sendo utilizados
Encaminhamentos: O Sr. José Geraldo entrou em contato, relativo a dois pontos dos três existentes que não estão sendo utilizados, ele gostaria de orientação quanto ao cancelamento. Considerando a ausência de acesso ao cancelamento de outorgas por parte do IBIO a orientação foi ligar no 0800 e verificar o procedimento para cancelamento.
Atendimento IBIO nº 09
Data da ligação: 10/09/2019
Nome do Atendente: Laura Jovelina Andrade Machado
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Deucimar
Telefone/endereço eletrônico: Usina de Santa Vitória
Assunto tratado:
Encaminhamentos: Ele ligou querendo saber a respeito dos valores cobrados em relação ao empreendimento, porém, ele pertence ao Comitê do Rio Paranaíba
Atendimento IBIO nº 10
Data da ligação: 16/10/2019
Nome do Atendente: Luciana Figueiredo Silva
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Fernando da cidade de Ponte Nova
Telefone/endereço eletrônico: (3) 987299952
Assunto tratado: Solicitação de Informações sobre a Execução do Rio Vivo
Encaminhamentos: O Sr. Fernando gostaria de saber informações sobre quando o Rio Vivo será executado. Em resposta ao questionamento recebido, foi explicado ao mesmo que: 1) O Rio Vivo é dividido na etapa de elaboração de diagnósticos e projetos (Etapa 01) e

<p>na etapa de execução dos projetos (Etapa 02), e que estamos na etapa 01.</p> <p>2) Nesta etapa, a empresa Consominas está na fase de elaboração dos projetos ambientais do imóvel rural (Produto 6.1), para cada imóvel, e que depois ela irá entregar os produtos 6.2 (Projetos Ambientais Compilados), 7 (Termos de Referência para a execução) e 8 (Termos de Referência de Monitoramento).</p> <p>3) Após terminar a entrega destes produtos, referentes à etapa de Diagnósticos e Projetos, Atos convocatórios serão elaborados e publicados para contratação, por meio de licitação, de empresas para a execução dos projetos referentes a cada programa.</p>
Atendimento IBIO nº 11
Data da ligação: 06/11/2019
Nome do Atendente: Laura Machado
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Adriano – Ideal Veículos
Telefone/endereço eletrônico: (31)99565-3516
Assunto tratado: Localização do edital do Ato Convocatório 04/2019
Encaminhamentos: O Sr. Adriano ligou para identificação junto ao site do IBIO do caminho no qual ele obteria o edital do Ato Convocatório 04/2019 (Locação de veículo) na integra.
Atendimento IBIO nº 12
Data da ligação: 09/12/2019
Nome do Atendente: Laura Machado / Juliana Vilela
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Consultora Ambiental de Belo Horizonte
Telefone/endereço eletrônico: Raissa
Assunto tratado: Informações sobre as reuniões do CBH Piracicaba
Encaminhamentos: A Sra. Raissa entrou em contato querendo informações sobre as datas das reuniões de Câmara Técnica e Plenária do CBH Piracicaba, encaminhamos a ligação para a Secretaria Executiva do Comitê para que o setor pudesse passar a informação solicitada.

Resultado: O IBIO tem tomado todas as providências necessárias para capacitar sua equipe, oferecendo assim, meios para que os usuários possam entrar em contato com maior facilidade. Tem realizado a divulgação dos atendimentos nos sites de todos os Comitês da Bacia com o intuito de informar ao maior número de usuários possíveis sobre os serviços de atendimentos oferecidos, assim como atendeu a todos os usuários que entrou em contato pelos telefones informados ou pessoalmente.

6.2. Meta 4B – Atualização do CNARH

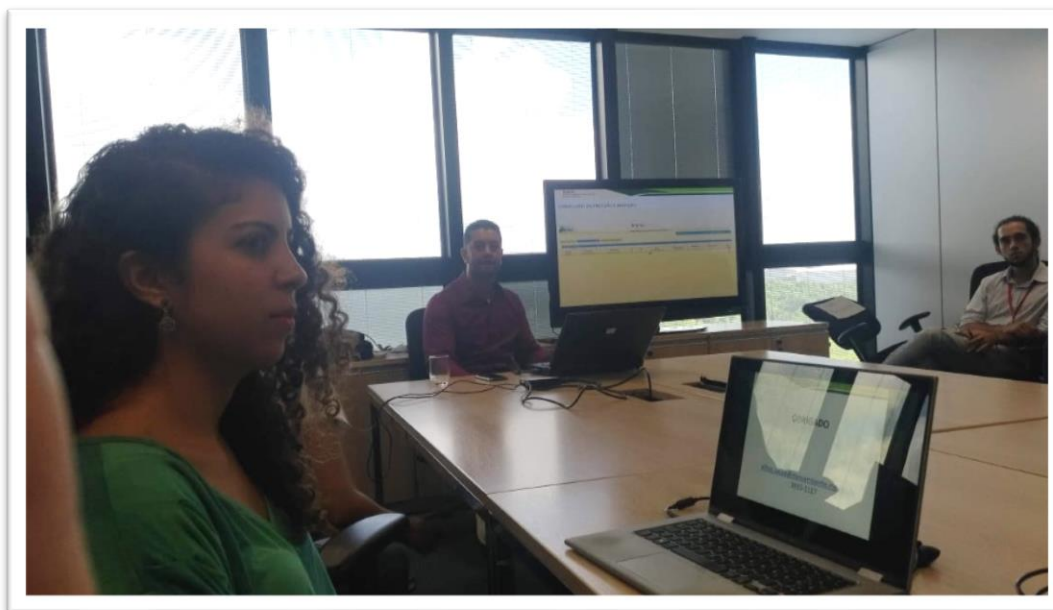
O Contrato de Gestão traz como anexo o Programa de Trabalho a ser cumprido pela referida Entidade. O Programa é avaliado por indicadores de desempenho.

O indicador 4 – Gerenciamento Interno, tem como uma das metas atualização do CNARH, que é a inserção, atualização e complementação dos dados dos usuários de recursos hídricos outorgados no CNARH, conforme normas e procedimentos estabelecidos pelo IGAM.

Com a implementação do SISCAD, a meta alterou o sistema a ser atualizado, sendo o CNARH substituído pelo SISCAD, que entrou em operação em janeiro de 2018. Com a implementação do SISCAD os dados dos usuários estão sendo atualizados pelo IGAM, uma vez que é necessário a migração dos dados do CNARH para o SISCAD.

Desta forma, em 17 de maio de 2018, através de e-mail do Sr. Michael Jacks de Assunção, analista ambiental do IGAM, foi solicitado ao IBiO a suspensão da inserção/atualização dos cadastros dos usuários no SISCAD até segunda ordem. Conforme e-mail o cumprimento da meta não será prejudicado tendo em vista que o IGAM realizará a atualização dos dados. Ressaltamos que o e-mail foi apresentado no Relatório de Gestão de 2018, e o mesmo poderá ser visualizado no site do IBiO.

Em 18 de março de 2019, o IGAM realizou Treinamento sobre o SISCAD, com representantes das Agências de Águas Delegatárias ou Equiparadas e com representantes dos usuários (Figura 8). Neste treinamento foi abordado sobre como acessar o SISCAD, seu preenchimento, vinculação/desvinculação de representante, bem como sobre a inserção de informações no formulário de previsão e medição dos empreendimentos. Neste treinamento foi reforçado o que está exposto no parágrafo acima, considerando que a migração dos dados do CNARH para o SISCAD ainda não foi finalizada.



7.

Figura 8 - Treinamento sobre SISCAD no IGAM

7. INDICADOR 5 – RECONHECIMENTO SOCIAL

7.1. Meta 5A – Reconhecimento Social

Aplicação de pesquisa anual sobre o desempenho da Entidade Delegatária/Equiparada no exercício de suas atribuições, aplicada junto ao Comitê Caratinga, conforme metodologia a ser definida pelo IGAM em conjunto com a ANA e IEMA, tendo por foco:

- Cumprimento do Contrato de Gestão;
- Ações tomadas com vistas à implementação do PIRH-Doce e PARHs (com subsidio do “Relatório de Avaliação da execução das ações previstas no PIRH-Doce e PARHs”); e,
- Atuação como secretaria-executiva do Comitê.

A aplicação do questionário foi feita pelo IGAM, através de formulário digital encaminhado a todos os conselheiros do CBH-Caratinga (titulares e suplentes).

Resultado: Os resultados, repassados ao IBiO pelo IGAM, estão apresentados na tabela abaixo:

Tabela 27 – Resultado do Questionário de Avaliação CBH-Caratinga

<u>Questionário de Avaliação do Instituto BioAtlântica pelo CBH-Caratinga</u>	
<u>Exercício 2019</u>	
<u>Meta: 10</u>	<u>Nota do Indicador 5A: 7,20</u>
Participante	Nota
Participante 1	6,76
Participante 2	7,65
Participante 3	7,12
Participante 4	7,24
Participante 5	9,82
Participante 6	6,00
Participante 7	9,76
Participante 8	4,76
Participante 9	9,47
Participante 10	7,71
Participante 11	5,00
Participante 12	2,25
Participante 13	7,88
Participante 14	9,41
Média	7,20

Apresentamos abaixo, as questões aplicadas no Questionário de Avaliação:

Questionário para fim de Avaliação da IBiO pelo CBH DO Rio Caratinga - Resumo

1 - Identificação do Avaliador

Sua participação no Comitê ocorre como Membro:
Você conhece o Contrato de Gestão Celebrado entre o IGAM e a IBiO?
Você conhece claramente as competências da IBiO?
Você tem informações das demandas que o Comitê repassou à IBiO?

2. Questões Objetivas Relativas à IBiO em Tópicos.

2.1 Comunicação Social e Mobilização

- 2.1.1. Você já acessou o site da IBiO alguma vez?
2.1.1.1. No site da IBiO as informações são atualizadas e disponibilizadas com frequência e clareza satisfatória? (Responda se você assinalou SIM para a pergunta 2.1.1.)
2.1.1.2. Os documentos da IBiO que são de uso e interesse do Comitê são disponibilizados no site? (Responda se você assinalou SIM para a pergunta 2.1.1.)
2.1.2. A IBiO responde aos contatos do Comitê de maneira ágil, eficiente e clara?
2.1.3. O trabalho de Mobilização Social para as reuniões (Plenárias, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho, etc.) tem ocorridos de forma satisfatória?
2.1.4. A IBiO tem estabelecido um canal favorável de comunicação entre ele e os comitês?

2.2 Amparos Administrativos

- 2.2.1. As solicitações administrativas do Comitê são atendidas de forma satisfatória pela IBiO?
2.2.2. As Convocações e as documentações referentes às reuniões são encaminhadas com a antecedência satisfatória, conforme os prazos regimentais?
2.2.3. Os documentos (Atas, Resoluções, Moções, Termos de Referência, Parecer, Ofício e Carta ou outros correlatos) são bem elaborados e de fácil compreensão?

2.3 Amparos Técnicos

- 2.3.1. A IBiO demonstra capacidade técnica para resolver os problemas técnicos demandados pelo Comitê e de propor alternativas?
2.3.2. A equipe da IBiO demonstra confiança e habilidade para resolver os problemas de origem técnica e orientar tecnicamente os membros do Comitê?

2.4 Proatividade

- 2.4.1. Existe postura proativa da IBiO para apresentar propostas ao Comitê e se antecipar aos problemas em potencial?

2.4.2. A IBIO toma as medidas necessárias para a execução das ações previstas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia?

2.4.3. A IBIO dispõe de iniciativas para realizar eventos como Seminários, Oficinas, Workshops com vistas a divulgar à sociedade da Bacia sobre a Cobrança pelo Uso da Água?

2.5 Recursos Financeiros

2.5.1. Você tem conhecimento de como os recursos arrecadados com a cobrança são administrados?

2.5.1.1. Os recursos da cobrança são administrados com transparência? (Responder se você assinalou "sim" para a pergunta 2.5.1)

2.5.2. Os recursos da cobrança são investidos na Bacia com eficiência pela IBIO?

2.6 Institucional

2.6.1. A estrutura organizacional da IBIO favorece o atendimento adequado às demandas do Comitê?

2.6.2. A IBIO busca parcerias com outras entidades e instituições a fim de promover Governabilidade?

3. Questão Dissertativa Relativa à IBIO.

Questão dissertativa relativa à IBIO, com a intenção de identificar as expectativas dos membros do Comitê em relação à IBIO, de modo a permitir explicitar críticas e sugestões para o aprimoramento das atividades realizadas sobre os tópicos.

3.1. Como a IBIO poderia melhorar sua atuação junto ao Comitê da Bacia?

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As “Considerações Finais” do Relatório de Gestão do Exercício de 2019 objetiva apresentar: a síntese da execução dos contratos deste exercício; a previsão de execução dos contratos vigentes em 2020; e o Planejamento de atividades do IBiO para a possibilidade de rescisão contratual amigável do Contrato de Gestão IGAM nº 001/2017, que está sendo analisada pelos seus sócios mantenedores.

EXECUÇÃO DOS CONTRATOS EM 2019

Considerando os contratos vigentes em 2019 e os que foram encerrados nesse mesmo ano, a Tabela 28, tem como objetivo apresentar a situação financeira dos Contratos executados (exercícios de 2017 a 2019), com recursos estaduais, bem como a expectativa de desembolso dos mesmos em 2020. Cumpre ressaltar, que alguns contratos possuem duas fontes de recursos (ANA/IGAM), informados na coluna “Fonte”.

Tabela 28 – Valores Executados nos Contratos firmados com Recursos da União (entre 2017 e 2019), e Valores Previstos para 2020

Informações Contratos						IGAM				
*	Contrato	Contratado	Programa	Fonte	Status	Valor Contratado (R\$)	Pago em 2017 (R\$)	Pago em 2018 (R\$)	Pago em 2019 (R\$)	SALDO (2020)
1	29/2017	Fundação Educacional de Caratinga (FUNEC)	Rio Vivo (P12 P52 P42)	IGAM	Encerrado	3.981.363,47	965.095,10	639.406,27	291.548,50	-
2	31/2017	Fundação Educacional de Caratinga (FUNEC)	Rio Vivo (P12 P52 P42)	IGAM	Encerrado	855.336,42	128.300,46	267.434,88	16.643,39	-
3	38/2017	Samenco Engenharia e Consultoria Ltda	Rio Vivo (P12 P52 P42)	ANA/IGAM	Vigente	192.602,19	19.260,22	39.536,95	25.135,99	108.669,03
4	11/2014.	Prefácio Comunicação Ltda	P71	ANA/IGAM	Encerrado	-	-	-	-	-
5	24/2016.	Locadora de veículos Locavip Ltda	Transversal (P61.2)	ANA/IGAM	Encerrado	-	-	-	-	-
6	25/2016.	Leste Turismo Ltda	Transversal (P61.2)	ANA/IGAM	Vigente	-	-	-	-	-
7	11/2019.	Centro de Integração Empresa Escola de MG	P61.1	IGAM	Vigente	5.148,00	-	-	1.716,00	3.432,00
Subtotal						5.034.450,08	1.112.655,78	946.378,10	335.043,88	112.101,03

Programas P11 e P41

Até o primeiro semestre de 2018, o IBiO entregou para 165 municípios seus Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB). Sendo que atualmente, os 228 municípios da Bacia do Rio Doce apresentam este instrumento, ou seja, 100% dos municípios da bacia estão atualmente com o seu planejamento para as questões relacionadas ao saneamento básico, um avanço e exemplo para o estado e para o País. A elaboração do PMSB é pré-requisito para obtenção de recursos para o saneamento.

Ainda nesse contexto, o IBiO iniciou tratativas com a Caixa Econômica Federal para que esta realize a elaboração de Termos de Referência para a contratação de empresas especializadas para elaboração de 30 projetos de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) (P41) e 35 projetos Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) (P11), bem como a análise/fiscalização destes serviços e produtos, referente aos municípios que foram selecionados, por meio de Edital de Chamamento Público em 2017, conforme relatado no item 2.2 do **Anexo V** deste Relatório.

Rio Vivo, Implementação Conjunta dos programas P12, P52 e P42

Em 2017, seis Atos Convocatórios foram realizados para a contratação de empresas para a elaboração de diagnósticos e projetos em imóveis rurais, bem como para a fiscalização desses serviços. O resultado destes atos foi a celebração de 10 contratos, para as UGRHs do Piranga, Piracicaba, Santo Antônio e Suaçuí. Destes 10 contratos, 3 apresentam fonte de recursos estaduais.

A princípio, o investimento total representado por esses contratos era de R\$ 9.592.690,03, dos quais R\$ 5.029.302,08 correspondiam à recursos da ANA. Entretanto, no ano de 2019, 03 dos 10 contratos foram encerrados devido à empresa contratada não ter mantido sua regularidade federal, o que impossibilitou a celebração de novos termos aditivos, conforme relatado no Item 3.3 do **Anexo IV**. Os contratos encerrados representavam um investimento de R\$ 5.803.760,08 e até o encerramento dos mesmos o desembolso realizado foi de R\$ 2.789.700,17, sendo R\$ 2.308.428,60 correspondentes a recursos estaduais referente a 02 contratos, que possuíam o valor total de R\$ 4.836.699,89.

Do total de investimentos contratados com Recursos Estaduais, R\$ 1.112.655,78 foi realizado no ano de 2017, R\$ 946.378,10 no ano de 2018, R\$ 335.043,88 no ano de 2019 e o restante está previsto para ser pago no ano de 2020, para os contratos ainda vigentes, conforme justificado no Item 3.3 do **Anexo IV**.

Atualização do PIRH e PARHs

A Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Doce - PIRH Doce e dos Planos de Ações de Recursos Hídricos das bacias afluentes – PARHs teve seu processo de discussão junto ao CBH-Doce iniciado no ano de 2017. No CBH-Doce foi definida a instância de acompanhamento da elaboração dos Planos. Optou-se pela CTI – Câmara Técnica de Integração, por essa ser composta por conselheiros de todos os Comitês afluentes, o que torna o processo ainda mais participativo. Também foram iniciados alinhamentos junto aos técnicos da ANA, IGAM e AGERH, que apoiarão o processo de contratação e, posteriormente, de aprovação dos referidos planos.

A elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada para atualização do PIRH, com base em minuta encaminhada pela ANA, ocorreu entre 2018 e abril de 2019, com discussões realizadas nas CTs e plenárias dos comitês pelos representantes dos CBHs, IBiO, ANA, IGAM e AGERH. A contratação da atualização do PIRH será realizada em 2020 pela ANA e sua conclusão está prevista para 2021.

PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS VIGENTES EM 2020

Para o exercício de 2020, não há previsão de novas contratações, considerando a possibilidade de rescisão contratual amigável do Contrato de Gestão IGAM nº 001/2017, que está sendo analisada pelos seus sócios mantenedores. Para os contratos vigentes, o objetivo será a finalização das atividades após a entrega total de seus produtos, o qual tem como expectativa de encerramento ainda no exercício de 2020.

O PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES DO IBiO CONSIDERANDO A POSSIBILIDADE DO ENCERRAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO IGAM nº 001/2017

O planejamento de atividades do IBiO para o exercício de 2020, tem como objetivo o atendimento aos Comitês, realizar as contratações mínimas para atendimento ao contrato de gestão (site, aluguel da sede, material de escritório, dentre outros), dar andamento aos contratos vigentes com vistas a finalização desses (após entrega de todos os produtos) e preparação para uma possível entrega do contrato de gestão, que caso se concretize, encerraria um ciclo de 09 anos da atuação do Instituto BioAtlântica como Entidade Delegatária de Funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Dentre os diversos motivos para o possível encerramento do Contrato de Gestão IGAM nº 001/2017, já relatados ao IGAM nos relatórios de gestão anteriores, pode-se elencar:

- O encerramento do IBiO Matriz em 2018;
- A ausência dos conselhos fiscal e consultivo do IBiO;
- O atraso de repasse dos recursos da cobrança e a insegurança jurídica ocasionada pela inconclusão das análises das prestações de contas do Contrato de Gestão IGAM nº 001/2017;
- A insustentabilidade financeira para manutenção da agência apenas com recurso de 7,5 %, que impossibilitou a manutenção de um quadro técnico adequado, reduzindo a capacidade operacional e inviabilizando a realização de novas contratações de investimentos;
- Os processos trabalhistas em andamento que impactaram e trouxeram insegurança ao IBiO para realizar novas contratações de pessoal para repor a saída voluntária de colaboradores, o que agravou ainda mais a capacidade operacional do IBiO;

É interesse do Instituto BioAtlântica, conforme Edital do CBH-Doce nº 01/2019, fazer a transição para a nova Entidade Delegatária da melhor forma possível, garantindo as atividades de secretaria executiva ao comitê, visando o mínimo impacto ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce.

Dentre os aprendizados, como Entidade Delegatária de Funções de Agência de Água, o IBIO tem o conhecimento de que, caso não haja um consenso e alinhamento referente à execução e prestação de contas entre os órgãos gestores, bem como a previsibilidade e a garantia de repasses dos recursos da cobrança, a próxima entidade também terá dificuldades de atuação. Cumpre ressaltar que atualmente o IBIO possui um quadro de 13 funcionários, desses, 06 funcionários se dedicam à parte administrativa para atender à prestação de contas e documentação exigida (Administrativo-Financeiro). Outro ponto a ser ressaltado é o valor de custeio, que além de ser insuficiente, torna a agência insustentável com apenas um contrato de gestão. O IBIO acredita que a forma de avaliação do desempenho da agência focada na suposta eficácia, avaliada principalmente pelo desembolso, pode comprometer a eficiência, ou seja, a qualidade dos contratos firmados. Uma comprovação disto, é a exigência do TCU para as contratações do tipo técnica e preço, o qual desvaloriza a técnica permitindo que as empresas briguem por um menor preço e muitas vezes entregando produtos com falhas, os quais geram retrabalho para os analistas da agência.

A Agência de Águas é um importante ente para os comitês e, conseqüentemente, para a sociedade. Acredita-se que para que a Agência de Águas cumpra seu papel é fundamento o comprometimento e apoio de todos os entes do sistema. O IBIO espera que todos os erros e acertos ocorridos em sua gestão sirvam de exemplos para aprimoramento do sistema como um todo.

Governador Valadares, 20 de fevereiro de 2020.



Ricardo Alcântara Valory
Diretor Geral
INSTITUTO BIOATLÂNTICA (IBIO)

ANEXOS

ANEXO I

Deliberação Normativa nº 02/2015 – PAP
2016-2020 (UGRH05 – Caratinga)

(Volume à parte)

ANEXO II

Plano Plurianual de Aplicação PAP 2016-2020

(Volume à parte)

ANEXO III

Plano de Trabalho – UGRH05 – Caratinga Exercício 2020

(Volume à parte)

ANEXO IV

Relatório Anual de Acompanhamento das Ações Executadas (UGRH05 – Caratinga)

(Volume à parte)

ANEXO V

Relatório de Avaliação da Execução das Ações Previstas no PIRH e PARH (UGRH05 – Caratinga)

(Volume à parte)

ANEXO VI

Acompanhamento de Contrato (UGRH05 – Caratinga)

(Volume à parte)



DELIBERAÇÃO NORMATIVA Nº 02/2015 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

Institui o Plano de Aplicação Plurianual da bacia hidrográfica do rio Caratinga e ratifica o Plano de Aplicação Plurianual da bacia hidrográfica do rio Doce, para o período de 2016 a 2020.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga - CBH Caratinga, criado pelo Decreto Estadual nº 40.591, de 13 de setembro de 1999, no uso de suas atribuições, definidas por lei e demais normas complementares, e considerando o disposto na Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, e na Deliberação Normativa CBH Caratinga nº 02, de 13 de dezembro de 2010, que estabelece o seu Regimento Interno,

Considerando o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH Doce e o Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão DO1– PARH Caratinga, aprovados em 2010, com horizonte de planejamento até 2030;

Considerando a indicação do Instituto BioAtlântica – IBIO-AGB Doce como entidade delegatária e equiparada às funções de Agência de Água na bacia hidrográfica do rio Doce e também na bacia hidrográfica do rio Caratinga;

Considerando os indicadores estabelecidos nos respectivos Programas de Trabalho dos Contratos de Gestão firmados entre o IBIO-AGB Doce com a Agência Nacional de Águas – ANA e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM;

Considerando a estimativa de arrecadação oriunda da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia do rio Doce para o período 2016-2020, em rios de domínio da União e do Estado de Minas Gerais;

Considerando, para fins da aplicação dos recursos da cobrança, que a bacia hidrográfica do rio Doce compõe-se de um total de 228 municípios, sendo 200 em Minas Gerais e 28 no Espírito Santo;

Considerando, para fins da aplicação dos recursos da cobrança, que a bacia hidrográfica do rio Doce abrange um total de 211 sedes municipais, sendo 191 em Minas Gerais e 20 no Espírito Santo;

Considerando, para fins da aplicação dos recursos da cobrança, que a bacia hidrográfica do rio Doce contempla nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), sendo seis em Minas Gerais correspondentes às UGRH1 Piranga; UGRH2 Piracicaba; UGRH3 Santo Antônio; UGRH4 Suaçuí; UGRH5 Caratinga e UGRH6 Manhuaçu; e três no Espírito Santo, correspondentes às UGRH7 Guandu; UGRH8 Santa Maria do Doce e UGRH9 São José;

Considerando as discussões ocorridas na reunião da Câmara Técnica de Planejamento – CTPlano do CBH Caratinga, realizada no dia 29 de setembro de 2015 em Caratinga/MG;

Considerando os debates ocorridos e a aprovação da plenária durante a Reunião Extraordinária do CBH Caratinga, realizada no dia 28 de outubro de 2015 Caratinga /MG;

DELIBERA:

Art. 1º Fica instituído o Plano de Aplicação Plurianual da bacia hidrográfica do rio Caratinga para o período de 2016 a 2020 – PAP Caratinga 2016-2020, conforme Anexo I.

Art. 2º Fica ratificado o Plano de Aplicação Plurianual da bacia hidrográfica do rio Doce para o período de 2016 a 2020 – PAP Doce 2016-2020, conforme Anexo I.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação, devendo ser encaminhada ao IBIO-AGB Doce para as providências cabíveis.

Caratinga, 28 de outubro de 2015.



NÁDIA DE OLIVEIRA ROCHA
Presidente do CBH-Caratinga

DELIBERAÇÃO NORMATIVA CBH-DOCE Nº 81 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera a Deliberação nº 48/2015 que institui o Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Doce para o período de 2016 e 2020.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce), criado pelo Decreto de 25 de janeiro de 2002, do Presidente da República, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs, aprovados em 2010, com horizonte de planejamento até 2030;

CONSIDERANDO que compete ao CBH-Doce a definição da alocação dos recursos de origem federal, arrecadados por meio da cobrança pelo uso de recursos hídricos, com base nos critérios de hierarquização estabelecidos;

CONSIDERANDO a necessidade de realocação dos recursos federais oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, previstos na Deliberação nº 48/2015, que institui o Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Doce para o período de 2016 e 2020, contemplando, também, as deliberações normativas subsequentes¹ que promoveram alterações na alocação originalmente prevista;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar o escopo do PAP à capacidade operacional da entidade delegatária, sobretudo no que se refere à redução do número de programas, à contratação de apoio às atividades relacionadas à implementação dos Programas do PIRH e de serviços de apoio operacional à Secretaria Executiva, a fim de garantir a efetiva execução das ações e o cumprimento das metas do Contrato de Gestão celebrado com a Agência Nacional de Águas (ANA);

CONSIDERANDO a recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), contida no Acórdão nº 1749/2018, que prevê a necessidade de adequação do PAP junto aos comitês da bacia do rio Doce, de forma a assegurar a efetiva execução das ações nos prazos previstos, a celebração de parcerias para obtenção de recursos e a otimização da aplicação dos recursos arrecadados na cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia do rio Doce, compatibilizando sua força de trabalho e os projetos priorizados.

CONSIDERANDO as discussões realizadas durante reunião conjunta das Câmaras Técnicas de Integração (CTI) e Institucional e Legal (CTIL);

¹ Deliberação nº 51/2016; Deliberação nº 52/2016; Deliberação nº 53/2016; Deliberação nº 54/2016; Deliberação nº 56/2016; Deliberação nº 74/2018;



CONSIDERANDO as discussões realizadas durante a 42ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce, realizada no dia 10 de dezembro de 2019;

DELIBERA:

Art. 1º Fica alterado o ANEXO da Deliberação nº 48/2015, que institui o Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Doce para o período 2016-2020, que passa a vigorar conforme documento anexo a esta deliberação.

Art. 2º A alteração do PAP contemplada no anexo a este documento limita-se aos recursos de origem federal sobre os quais o CBH-Doce tem governabilidade, não se aplicando aos recursos oriundos da cobrança estadual.

Art. 3º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Valadares-MG, 10 de dezembro de 2019.

FLAMÍNIO GUERRA GUIMARÃES

Presidente do CBH-Doce

ANEXO

Art. 1º Fica instituído o Plano de Aplicação Plurianual, instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água e de outras fontes em toda a bacia hidrográfica do rio Doce¹, para o período de 2016 a 2020.

CAPÍTULO I Das Premissas, Objetivos e Recursos

Art. 2º O Plano de Aplicação Plurianual se pauta pelas seguintes premissas:

- I. Os estudos, planos, projetos e ações a serem executados devem estar em conformidade com os programas estabelecidos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs, e com as metas definidas nos Contratos de Gestão firmados entre o IBIO - AGB Doce com a Agência Nacional de Águas – ANA e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM;
- II. As diretrizes devem ser harmonizadas para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, de forma a otimizar a aplicação dos recursos da cobrança;
- III. Com vistas a qualificar e alavancar investimentos para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, os recursos devem apoiar, preferencialmente, a elaboração de estudos e projetos, bem como ações de proteção, preservação, conservação e recuperação de mananciais, além de ações de comunicação social para dar visibilidade às ações e conteúdos do PIRH/PARHs; [\(Redação dada pela Deliberação nº 81/2019\)](#)
- IV. As áreas com maior vulnerabilidade, definidas conforme critérios previstos no Art.14, devem ser priorizadas para implementação dos programas hidro ambientais e de saneamento rural² previstos neste PAP. O mapa de vulnerabilidade da bacia hidrográfica do rio Doce (Apêndice III) e estudos complementares a serem realizados pelo IBIO, com base no melhor conhecimento técnico disponível sobre o território, terão como objetivo facilitar a tomada de decisão por parte dos comitês de bacia. [\(Redação dada pela Deliberação nº81/2019\)](#)

Art. 3º São objetivos do Plano de Aplicação Plurianual:

- I. Implementar as metas estabelecidas nos Contratos de Gestão e os programas e ações do PIRH/PARHs Doce considerados prioritários no período de 2016 a 2020;
- II. Aumentar a disponibilidade de água e reduzir os níveis de poluição hídrica na bacia;
- III. Apoiar a adoção de medidas de proteção e preservação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e nascentes e de práticas de conservação de água e solo;

Art. 4º São recursos para a implementação dos programas e ações previstos no PIRH/PARHs Doce:

- I. Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água;
- II. Investimentos do governo federal com recursos do Orçamento Geral da União, emendas parlamentares, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e outros programas de governo federal e estaduais;

¹ Para fins dessa Deliberação, a área da bacia hidrográfica do rio Doce contempla a região hidrográfica do rio Barra Seca, no Espírito Santo, em conformidade com o Decreto de 25 de janeiro de 2002, alterado pelo Decreto de 1º de setembro de 2010.

² Para efeitos deste PAP Doce, os programas hidroambientais e de saneamento rural a serem efetivados nas áreas consideradas de vulnerabilidade da bacia compreendem: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12), Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica (P21), Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22), Programa Produtor de Água (P24), Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) e Programa de Saneamento Rural (P42). [\(Redação dada pela Deliberação nº 81/2019\)](#)

- III. Recursos decorrentes de ações orçamentárias nas esferas estaduais e municipais;
- IV. Recursos provenientes de financiamento junto à Caixa Econômica Federal (Caixa), ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a outras instituições financeiras;
- V. Empréstimos internacionais contraídos junto a agências multilaterais de crédito, tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD);
- VI. Recursos oriundos de fundos setoriais como os de recursos hídricos (CT-Hidro, Fhidro-MG e Fundágua-ES), de meio ambiente, entre outros;
- VII. Investimentos próprios por parte das concessionárias estaduais e dos prestadores de serviços de saneamento;
- VIII. Doações realizadas por entidades privadas e por usuários de recursos hídricos da bacia.

§ 1º. O Plano de Aplicação Plurianual disciplina a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água.

§ 2º. Os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água poderão ser complementados com recursos externos a serem identificados pelo IBIO, conforme incisos II a VIII deste artigo, para alavancar os programas previstos nesse PAP-Doce, assim como para executar ações de acordo com os demais programas do PIRH/PARHs.

§ 3º. Demais recursos, previstos e contratados, serão estruturados em um Sistema de Gerenciamento de Investimentos, a ser anualmente atualizado, de forma a monitorar o estágio dos estudos, projetos, ações e obras em andamento, bem como subsidiar a necessidade de investimentos na bacia.

CAPÍTULO II

Das Metas, Programas e Ações Prioritárias

Art. 5º É passível de investimentos para fins de execução no período de 2016 a 2020, a seguinte meta do Pacto das Águas:

I. Comunicação e Mobilização Social:

IV.1 Realizar Encontro Anual de Integração da bacia.

Parágrafo único. As demais metas do Pacto das Águas são de responsabilidade dos órgãos gestores ou integram os programas e ações do PIRH/PARHs Doce.

Art. 6º São considerados prioritários, para fins de execução no período de 2016 a 2020, os seguintes programas constantes do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs Doce:

I. Qualidade da Água/Enquadramento:

P11. Programa de Saneamento da Bacia: elaboração de projetos para sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos dos núcleos populacionais da bacia.

P12. Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos: elaboração de diagnóstico específico, com mapeamento, identificação a campo, caracterização de processos erosivos e proposta de remediação de áreas degradadas geradoras de sedimentos, especialmente os relativos às estradas vicinais e caminhos de serviço das propriedades rurais.

II. Disponibilidade de Águas/Balanco Hídrico:

P21. Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica: consiste no projeto, avaliação ambiental e de viabilidade de propostas de armazenamento, regularização e atendimento das demandas atuais e projetadas nas sub-bacias onde o balanço entre demanda atual e projetada e a oferta de água apresenta uma situação deficitária e que não pode ser corrigida com medidas não

estruturais, devendo ser implantado prioritariamente nas sub-bacias dos rios Pancas, Santa Joana, São José, Santa Maria do Doce e região hidrográfica da Barra Seca e pontualmente nas sub-bacias do Piracicaba, Caratinga e Guandu.

P22. Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura: identificação de áreas irrigadas em trechos críticos e de áreas com potencial de poluição devido ao beneficiamento de produtos agrícolas para o incentivo à adoção de práticas de conservação e uso racional de água na agricultura.

P24. Programa Produtor de Água: levantamento de áreas potenciais e identificação de parcerias para implantação do programa; elaboração de diagnóstico socioambiental das áreas com cálculo da valoração econômica do serviço ambiental a ser pago; levantamento detalhado das propriedades rurais das áreas selecionadas; elaboração dos projetos específicos das unidades rurais que aderirem ao projeto; celebração dos contratos com definição de metas; implantação das ações de investimentos previstas (tais como, cercas, barraginhas, plantio de mudas); pagamento pelos serviços ambientais após verificação do cumprimento de metas; monitoramento dos resultados atingidos pelo programa na qualidade e quantidade da água.

III. **Universalização do Saneamento:**

P41. Programa de Universalização do Saneamento: contempla o apoio à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) e a elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água. [\(Redação dada pela Deliberação nº 81/2019\)](#)

P42. Programa de Expansão do Saneamento Rural: implantação de sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto para população rural, com aproveitamento racional e disposição adequada dos resíduos coletados.

IV. **Incremento de Áreas Legalmente Protegidas:**

P52. Programa de Recomposição de APPs e Nascentes: levantamento de áreas críticas e prioritárias para recomposição ou adensamento de matas ciliares e de topos de morro, além de caracterização e recuperação de nascentes e áreas degradadas de sub-bacias piloto.

V. **Implementação dos Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos:**

P61. Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos: Subprograma Cadastramento e Manutenção do Cadastro dos Usos e dos Usuários de Recursos Hídricos da Bacia (P61.1). Subprograma que contempla o fortalecimento dos comitês da bacia segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia (P61.2).

VI. **Implementação das Ações do PIRH Doce:**

P71. Programa de Comunicação Social: efetivação de um Plano de Comunicação Social para dar visibilidade às ações e conteúdos do PIRH/PARHs de forma a facilitar a comunicação entre os diversos atores do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos com a sociedade e criar um ambiente favorável ao atendimento das metas propostas.

P72. Programa de Educação Ambiental: efetivação de um programa com produção de informações, estratégias e materiais diversos, coordenados com ações e projetos de educação ambiental em execução e voltados à preservação dos recursos hídricos da bacia.

§ 1º. Para fins de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, no período entre 2016 e 2020, foram priorizados programas do PIRH/PARHs Doce de hierarquia 1, 2 e 3, tendo em vista a relevância e a urgência na sua implementação, bem como por meio da pactuação com os comitês de bacias hidrográficas com atuação na bacia do rio Doce.

§ 2º. Os programas do PIRH/PARHs Doce podem ter abrangência territorial em toda a bacia ou estarem distribuídos pelos 12 (doze) comitês ou pelas nove unidades de gestão de recursos hídricos (UGRHs) nos estados, sendo seis em Minas Gerais (UGRH1 Piranga; UGRH2 Piracicaba; UGRH3 Santo Antônio; UGRH4 Suaçuí; UGRH5 Caratinga e UGRH6 Manhauçu), as quais correspondem às áreas de

atuação dos respectivos Comitês de Bacia e três no Espírito Santo³ (UGRH7 Guandu; UGRH8 Santa Maria do Doce e UGRH9 São José). [\(Redação dada pela Deliberação nº 81/2019\)](#)

§ 3º. Fica garantido o aporte de recursos da União e do Estado de Minas Gerais para o cumprimento dos contratos firmados durante a vigência do PAP-Doce 2012-2015 e que terão desembolso previsto para os demais anos, mantidas as mesmas regras e condições vigentes na época da contratação.

CAPÍTULO III

Da Alocação dos Recursos da União por Metas, Programas e Ações Prioritários

Art. 7º As metas dos Contratos de Gestão, bem como os programas e ações do PIRH/PARHs Doce priorizados para execução no período de 2016 a 2020 com a parcela oriunda da cobrança pelo uso da água arrecadada pela União, apresentam os seguintes montantes (em mil reais): [\(Redação dada pela Deliberação nº 81/2019\)](#)

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	ESPACIALIZAÇÃO	Recursos Totais		VALORES (R\$)							TOTAL PAP 2016-2020			
				2016	2017	2018	2019	2020			Recursos Comprometidos		Recursos Livres	
		Realizado	Realizado	Realizado	Comprometido	Comprometido			R\$	%	R\$	%		
						TOTAL	Contratado	A Contratar					TOTAL	
R\$	%													
PROGRAMAS DE SANEAMENTO		38.475.769,30	49,20%	4.391.796,60	1.798.891,60	1.400.204,65	145.871,43	622.087,24	2.500.000,00	3.122.087,24	10.858.851,52	13,89%	27.616.917,78	35,32%
P11 - Programa de Saneamento da Bacia:														
<i>Elaborar projetos para sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos (SES).</i>	Toda a bacia	13.908.039,30	17,79%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.250.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00	1,60%	12.658.039,30	16,19%
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:		19.955.730,00	25,52%	4.391.796,60	1.676.911,96	875.355,87	7.405,54	428.815,44	1.250.000,00	1.678.815,44	8.630.285,41	11,04%	11.325.444,59	14,48%
<i>Apoio na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).</i>	Para cada uma das 9 UGRHs	6.047.690,70	7,73%	4.391.796,60	1.322.363,57	326.124,99	7.405,54	0,00	0,00	0,00	6.047.690,70	7,73%	0,00	0,00%
<i>Elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água (SAA).</i>	Toda a bacia e UGRH 1	13.908.039,30	17,79%	0,00	354.548,39	549.230,88	0,00	428.815,44	1.250.000,00	1.678.815,44	2.582.594,71	3,30%	11.325.444,59	14,48%
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	Para cada uma das 9 UGRHs	4.612.000,00	5,90%	0,00	121.979,64	524.848,78	138.465,89	193.271,80	0,00	193.271,80	978.566,11	1,25%	3.633.433,89	4,65%
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS		32.909.162,16	42,08%	1.009.301,36	1.655.671,52	3.657.220,92	879.712,26	1.167.423,11	3.110.000,00	4.277.423,11	11.479.329,17	14,68%	21.429.832,99	27,40%
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	Para cada uma das 9 UGRHs	10.174.710,00	13,01%	0,00	278.065,29	1.177.310,40	316.135,41	432.540,63	660.000,00	1.092.540,63	2.864.051,73	3,66%	7.310.658,27	9,35%
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	Para as UGRHs 7 a 9	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	Para as UGRHs 1, 4 a 9	4.337.100,00	5,55%	654.492,07	225.697,98	0,00	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00	1.130.190,05	1,45%	3.206.909,95	4,10%
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	Para cada uma das 9 UGRHs	18.397.352,16	23,53%	354.809,29	1.151.908,25	2.479.910,52	563.576,85	734.882,48	2.200.000,00	2.934.882,48	7.485.087,39	9,57%	10.912.264,77	13,95%
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS		6.813.835,97	8,71%	1.705.820,77	1.283.123,25	477.374,63	397.517,32	0,00	2.950.000,00	2.950.000,00	6.813.835,97	8,71%	0,00	0,00%
Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs	Toda a bacia	50.000,00	0,06%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,06%	0,00	0,00%
Apoio às atividades relacionadas à implementação dos Programas do PIRH		1.500.000,00	1,92%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1,92%	0,00	0,00%
Contratação de serviços de assessoria técnica especializada para apoio no gerenciamento e acompanhamento técnico das ações de responsabilidade do IBIO relacionadas aos Programas relacionados às Questões Referenciais: I - Qualidade da Água/Enquadramento (P11 e P12), II - Disponibilidade de Água/Balancos Hídricos de Saneamento (P22), IV - Universalização do Saneamento (P41 e P42) e V - Incremento de Áreas Legalmente Protegidas (P52)	Toda a bacia	1.000.000,00	1,28%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1,28%	0,00	0,00%

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	ESPACIALIZAÇÃO	Recursos Totais		VALORES (R\$)							TOTAL PAP 2016-2020			
				2016	2017	2018	2019	2020			Recursos Comprometidos		Recursos Livres	
		Realizado	Realizado	Realizado	Comprometido	Comprometido			R\$	%	R\$	%		
						TOTAL	Contratado	A Contratar					TOTAL	R\$
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS		6.813.835,97	8,71%	1.705.820,77	1.283.123,25	477.374,63	397.517,32	0,00	2.950.000,00	2.950.000,00	6.813.835,97	8,71%	0,00	0,00%
Apoio às atividades relacionadas à implementação dos Programas do PIRH		1.500.000,00	1,92%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1,92%	0,00	0,00%
Serviços de acompanhamento por parte da Caixa Econômica Federal em apoio ao IBIO na elaboração de Termos de Referência para contratação de Projetos de Sistema de Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos [SES] e de Otimização de Sistemas de Abastecimento de Água [SAA] e acompanhamento, análise e validação dos serviços e produtos entregues pelas empresas projetistas, em atendimento ao Programa de Saneamento da Bacia (P11)" e ao Programa de Universalização do Saneamento (P41)	Toda a bacia	500.000,00	0,64%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	0,64%	0,00	0,00%
Contratação de serviço de apoio operacional à Secretaria Executiva	Toda a bacia	500.000,00	0,64%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	0,64%	0,00	0,00%
P61 - Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos		2.937.547,32	3,76%	1.172.968,53	841.903,01	135.092,16	387.583,62	0,00	400.000,00	400.000,00	2.937.547,32	3,76%	0,00	0,00%
<i>Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia (P61.2) (Comitê de Integração / Planejamento anual das atividades dos comitês / Encontro anual da bacia).</i>	11 Comitês	2.937.547,32	3,76%	1.172.968,53	841.903,01	135.092,16	387.583,62	0,00	400.000,00	400.000,00	2.937.547,32	3,76%	0,00	0,00%
P71 - Programa de Comunicação Social														
<i>Produção e divulgação de peças de comunicação (tais como, folders impressos e eletrônicos, notícias, audiovisuais), incluindo materiais específicos para divulgação dos programas do PAP considerando o público alvo de cada um.</i>	Toda a bacia	1.794.845,74	2,30%	508.465,06	434.164,51	342.282,47	9.933,70	0,00	500.000,00	500.000,00	1.794.845,74	2,30%	0,00	0,00%
<i>Registro e organização audiovisual dos eventos e do processo de implementação do PIRH/PARHs.</i>														
<i>Sistema de avaliação sistemática do PIRH por meio de formulário de avaliação a ser preenchido por participantes dos eventos.</i>														
P72 - Programa de Educação Ambiental		31.442,91	0,04%	24.387,18	7.055,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.442,91	0,04%	0,00	0,00%
TOTAL		78.198.767,43	100%	7.106.918,73	4.737.686,37	5.534.800,20	1.423.101,00	1.789.510,35	8.560.000,00	10.349.510,35	29.152.016,65	37,28%	49.046.750,77	62,72%

§ 1º. Os montantes a serem alocados até 2020 correspondem aos valores efetivamente arrecadados e não gastos, mas contratados ou alocados no período de 2012 a 2019, e às estimativas dos valores a serem arrecadados com a cobrança em rios de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Doce no exercício de 2020, excluindo-se a parcela de 7,5% destinada às despesas de manutenção e custeio do IBIO - AGB Doce, uma vez cumpridas as metas estabelecidas no Contrato de Gestão firmado com a ANA e desprezadas eventuais inadimplências. [\(Redação dada pela Deliberação nº 81/2019\)](#)

§ 2º. Os recursos do Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22) serão aplicados conforme critérios previstos no Art. 14, em áreas a serem selecionadas nas sete UGRHs localizadas no Alto, médio e baixo Doce, sendo as bacias afluentes mineiras correspondentes às UGRHs 1, 4, 5 e 6 (Piranga, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu), e as bacias afluentes capixabas, UGRHs 7, 8 e 9 (Guandu, Santa Maria do Doce e São José).

§ 3º. Até 2020 prevê-se a implantação do Programa Produtor de Água (P24) somente no Alto Doce, com recursos arrecadados pelo Estado de Minas Gerais na UGRH 1-Piranga e na UGRH 2-Piracicaba.

§ 4º. O componente Fortalecimento dos Comitês (P61.2), do Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (P61) prevê, por ano, no período de 2017 a 2020, a alocação de R\$ 200 (duzentos) mil e, para 2016, alocação de R\$ 240 (duzentos e quarenta) mil para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) e R\$ 100 (cem) mil para cada um dos 10 (dez) CBHs de rios afluentes do rio Doce, mediante Plano de Trabalho anual aprovado pelos comitês. Excepcionalmente, para os comitês Piranga, Santo Antônio e Suaçuí, houve antecipação de parte dos recursos de 2017 para 2016, e para o CBH-Doce, houve antecipação de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) dos recursos de 2019 para 2018, conforme quadro acima. [\(Redação dada pela Deliberação nº 74/2018\)](#)

§ 5º. Os recursos do Programa de Comunicação Social (P71) serão destinados para ações de comunicação social nos 12 (doze) comitês da bacia. [\(Redação dada pela Deliberação nº 81/2019\)](#)

CAPÍTULO IV

Dos Critérios de Alocação dos Recursos da União nas Unidades Estaduais de Gestão de Recursos Hídricos

Art. 8º Para os programas e ações, especializados por comitês ou unidades estaduais de gestão de recursos hídricos, os recursos da União serão distribuídos de acordo com os seguintes critérios:

- I. Programa de Saneamento da Bacia (P11): para elaboração de projetos para sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos dos núcleos populacionais da bacia, será previsto um montante de recursos para toda a bacia do rio Doce, sem especialização, onde serão atendidos os municípios prioritários conforme critérios de hierarquização constante no Art. 14.
- II. Programa de Universalização do Saneamento (P41): apoio na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e elaboração de projetos para otimização de sistema de abastecimento de água (SAA). Para elaboração dos PMSB, será previsto para 2016 e 2017, recursos para finalizar os contratos já em andamento e com conclusão prevista para 2016 e para atender aos municípios remanescentes que se manifestaram no último Edital de Chamamento publicado em 2015, com conclusão prevista para 2017. Para elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água (SAA), será previsto um montante de recursos para toda a bacia do rio Doce, sem especialização, onde serão atendidos os municípios prioritários conforme critérios de hierarquização constante no Art. 14. Excepcionalmente, será contemplado o município de Viçosa-MG com projeto para otimização de sistema de abastecimento de água (SAA). Os recursos para atendimento aos municípios remanescentes com o PMSB e ao município de Viçosa-MG com projeto para otimização de sistema de abastecimento de água (SAA), foram remanejados de outros programas relacionados aos respectivos comitês cujos municípios serão beneficiados. [\(Redação dada pela Deliberação nº 51/2016\)](#)

- III. Programa de Saneamento da Bacia (P11) e Programa de Universalização do Saneamento (P41): Fica garantida o atendimento de elaboração de pelo menos um projeto de saneamento básico (P41) ou (P11) para os municípios com população total acima de 50 mil habitantes (IBGE 2010), no médio e baixo Doce, atendidos os critérios obrigatórios e classificatórios constantes no Art. 14. Estes municípios não serão contemplados novamente após a hierarquização geral dos municípios prevista para os Programas de Saneamento.
- IV. Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) e Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42): Visando a otimização das ações, estes programas serão preferencialmente implementados em conjunto com o Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) e nas mesmas áreas selecionadas para este programa. Portanto, os Programas P12 e P42 não possuirão critérios de hierarquização próprios. Denomina-se Rio Vivo a implementação conjunta dos programas P12, P42 e P52 ([Redação dada pela Deliberação nº 81/2019](#))
- V. Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22): Recursos aplicados conforme critérios previstos no Art. 14, em áreas a serem selecionadas nas sete UGRHs localizadas no alto, médio e baixo Doce, sendo as bacias afluentes mineiras correspondentes às UGRHs 1, 4, 5 e 6 (Piranga, Suaçuí, Caratinga e Manhauçu), e as bacias afluentes capixabas, UGRHs 7, 8 e 9 (Guandu, Santa Maria do Doce e São José), entre 2016 e 2020.
- VI. Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52): Recursos aplicados considerando o Mapa de Vulnerabilidade (Apêndice III), previsto para as nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos, no período 2016 a 2020.
- VII. Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos no Componente Fortalecimento dos Comitês (P61.2): por ano, no período de 2017 a 2019, a alocação de R\$ 200 (duzentos) mil e, para 2016, alocação de R\$ 240 (duzentos e quarenta) mil para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) e R\$ 100 (cem) mil para cada um dos 10 (dez) CBHs de rios afluentes do rio Doce, no período de 2016 a 2019, mediante Plano de Trabalho anual aprovado pelos comitês. Excepcionalmente, para os comitês Piranga, Santo Antônio e Suaçuí, houve antecipação de parte dos recursos de 2017 para 2016, e para o CBH-Doce, houve antecipação de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) dos recursos de 2019 para 2018, conforme quadro acima. Para o exercício de 2020 não será alocado recursos União para os CBHs de rios afluentes do rio Doce. ([Redação dada pela Deliberação nº 81/2019](#))

§ 1º. Os recursos da cobrança pelo uso da água somente poderão ser aplicados na porção do território integrante da bacia.

§ 2º. Os percentuais para distribuição dos recursos dos Programas P12, P42 e P52 nas UGRHs, encontram-se especificados no Apêndice IV. Para fins desse rateio, foram computadas área total da UGRH, área total da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, área crítica da UGRH, total de áreas críticas da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e o valor da cobrança pelo uso da água mineiro da UGRH, conforme detalhado no Apêndice IV.

Art. 9º Ficam assim distribuídos os recursos da União nas unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH) para os programas hidro ambientais P12, P21, P22 e P52, para os programas de saneamento P41 e P42, e para o programa de fortalecimento dos comitês P61.2: ([Redação dada pela Deliberação nº 81/2019](#))

I. Por Meta, Programa e Ação Priorizados:

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	Recursos Totais R\$	VALORES (R\$)							TOTAL PAP 2016-2020	
		2016	2017	2018	2019	2020			Recurso Comprometido	Recursos Livres
		Realizado	Realizado	Realizado	Comprometido Total	Comprometido		Total		
						Contratado	A Contratar			
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	11.992.435,41	4.391.796,60	1.798.891,60	1.400.204,65	145.871,43	622.087,24	0,00	622.087,24	8.358.851,52	3.633.583,89
P41 - Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB.	6.047.690,70	4.391.796,60	1.322.363,57	326.124,99	7.405,54	0,00	0,00	0,00	6.047.690,70	0,00
UGRH1 Piranga	393.235,16	142.449,28	156.844,66	86.535,68	7.405,54	0,00	0,00	0,00	393.235,16	0,00
UGRH2 Piracicaba	149.995,65	31.795,22	79.059,16	39.141,27	0,00	0,00	0,00	0,00	149.995,65	0,00
UGRH3 Santo Antônio	504.327,21	107.512,33	273.846,87	122.968,01	0,00	0,00	0,00	0,00	504.327,21	0,00
UGRH4 Suaçuí	2.871.109,96	2.238.791,53	632.318,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.871.109,96	0,00
UGRH5 Caratinga	1.363.381,50	1.111.771,26	174.130,21	77.480,03	0,00	0,00	0,00	0,00	1.363.381,50	0,00
UGRH6 Manhuaçu	462.212,95	457.589,77	4.623,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	462.212,95	0,00
SUBTOTAL MG	5.744.262,43	4.089.909,39	1.320.822,51	326.124,99	7.405,54	0,00	0,00	0,00	5.744.262,43	0,00
UGRH7 Guandu	137.663,73	136.122,67	1.541,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	137.663,73	0,00
UGRH8 Santa Maria do Doce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
UGRH9 São José	165.764,54	165.764,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165.764,54	0,00
SUBTOTAL ES	303.428,27	301.887,21	1.541,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	303.428,27	0,00
P41 - Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de projetos de SAA.	1.332.594,71	0,00	354.548,39	549.230,88	0,00	428.815,44	0,00	428.815,44	1.332.594,71	0,00
UGRH1 Piranga	1.332.594,71	0,00	354.548,39	549.230,88	0,00	428.815,44	0,00	428.815,44	1.332.594,71	0,00
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	4.612.150,00	0,00	121.979,64	524.848,78	138.465,89	193.271,80	0,00	193.271,80	978.566,11	3.633.583,89
UGRH1 Piranga	498.000,00	0,00	42.773,39	155.232,54	58.446,99	58.233,84	0,00	58.233,84	314.686,76	183.313,24
UGRH2 Piracicaba	222.000,00	0,00	4.558,49	34.299,23	2.793,02	26.714,40	0,00	26.714,40	68.365,14	153.634,86
UGRH3 Santo Antônio	420.000,00	0,00	66.909,55	229.476,45	56.529,83	49.076,54	0,00	49.076,54	401.992,37	18.007,63
UGRH4 Suaçuí	1.043.000,00	0,00	7.738,21	105.840,56	20.696,05	59.247,02	0,00	59.247,02	193.521,84	849.478,16
UGRH5 Caratinga	412.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	412.000,00
UGRH6 Manhuaçu	557.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	557.500,00
SUBTOTAL MG	3.152.500,00	0,00	121.979,64	524.848,78	138.465,89	193.271,80	0,00	193.271,80	978.566,11	2.173.933,89
UGRH7 Guandu	338.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	338.500,00
UGRH8 Santa Maria do Doce	376.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	376.150,00
UGRH9 São José	745.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	745.000,00
SUBTOTAL ES	1.459.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.459.650,00

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	Recursos Totais R\$	VALORES (R\$)							TOTAL PAP 2016-2020	
		2016	2017	2018	2019	2020			Recurso Comprometido	Recursos Livres
		Realizado	Realizado	Realizado	Comprometido	Comprometido				
						Total	Contratado	A Contratar		
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	32.909.162,16	1.009.301,36	1.655.671,52	3.657.220,92	879.712,26	1.167.423,11	3.110.000,00	4.277.423,11	11.479.329,17	21.429.832,99
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	10.174.710,00	0,00	278.065,29	1.177.310,40	316.135,41	432.540,63	660.000,00	1.092.540,63	2.864.051,73	7.310.658,27
UGRH1 Piranga	826.000,00	0,00	100.232,03	361.522,37	138.500,11	134.832,76	50.000,00	184.832,76	785.087,27	40.912,73
UGRH2 Piracicaba	532.900,00	0,00	9.986,19	75.138,48	6.390,52	58.522,58	360.000,00	418.522,58	510.037,77	22.862,23
UGRH3 Santo Antônio	942.000,00	0,00	150.765,52	507.014,14	125.006,94	108.401,73	50.000,00	158.401,73	941.188,33	811,67
UGRH4 Suaçuí	2.362.800,00	0,00	17.081,55	233.635,41	46.237,84	130.783,56	200.000,00	330.783,56	627.738,36	1.735.061,64
UGRH5 Caratinga	941.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	941.000,00
UGRH6 Manhuaçu	1.263.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.263.000,00
SUBTOTAL MG	6.867.700,00	0,00	278.065,29	1.177.310,40	316.135,41	432.540,63	660.000,00	1.092.540,63	2.864.051,73	4.003.648,27
UGRH7 Guandu	767.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	767.150,00
UGRH8 Santa Maria do Doce	851.960,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	851.960,00
UGRH9 São José	1.687.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.687.900,00
SUBTOTAL ES	3.307.010,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.307.010,00
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
UGRH7 Guandu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
UGRH8 Santa Maria do Doce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
UGRH9 São José	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL ES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	Recursos Totais R\$	VALORES (R\$)							TOTAL PAP 2016-2020	
		2016	2017	2018	2019	2020			Recurso Comprometido	Recursos Livres
		Realizado	Realizado	Realizado	Comprometido	Comprometido				
						Total	Contratado	A Contratar		
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	32.909.162,16	1.009.301,36	1.655.671,52	3.657.220,92	879.712,26	1.167.423,11	3.110.000,00	4.277.423,11	11.479.329,17	21.429.832,99
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	4.337.100,00	654.492,07	225.697,98	0,00	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00	1.130.190,05	3.206.909,95
UGRH1 Piranga	243.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	243.900,00
UGRH4 Suaçuí	397.600,00	256.268,38	105.808,11	0,00	0,00	0,00	35.000,00	35.000,00	397.076,49	523,51
UGRH5 Caratinga	524.100,00	2.307,70	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	45.000,00	47.307,70	476.792,30
UGRH6 Manhuaçu	390.650,00	67.208,41	11.657,70	0,00	0,00	0,00	45.000,00	45.000,00	123.866,11	266.783,89
SUBTOTAL MG	1.556.250,00	325.784,49	117.465,81	0,00	0,00	0,00	125.000,00	125.000,00	568.250,30	987.999,70
UGRH7 Guandu	444.500,00	9.212,40	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	45.000,00	54.212,40	390.287,60
UGRH8 Santa Maria do Doce	807.350,00	63.765,15	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	45.000,00	108.765,15	698.584,85
UGRH9 São José	1.529.000,00	255.730,03	108.232,17	0,00	0,00	0,00	35.000,00	35.000,00	398.962,20	1.130.037,80
SUBTOTAL ES	2.780.850,00	328.707,58	108.232,17	0,00	0,00	0,00	125.000,00	125.000,00	561.939,75	2.218.910,25
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	18.397.352,16	354.809,29	1.151.908,25	2.479.910,52	563.576,85	734.882,48	2.200.000,00	2.934.882,48	7.485.087,39	10.912.264,77
UGRH1 Piranga	1.875.307,00	0,00	163.534,00	593.432,19	223.050,93	222.624,31	400.000,00	622.624,31	1.602.641,43	272.665,57
UGRH2 Piracicaba	1.043.207,00	0,00	17.177,64	129.248,67	10.524,85	100.667,02	600.000,00	700.667,02	857.618,18	185.588,82
UGRH3 Santo Antônio	1.957.346,16	0,00	684.181,23	871.978,97	214.750,11	186.435,85	0,00	186.435,85	1.957.346,16	0,00
UGRH4 Suaçuí	3.955.207,00	1.425,00	29.407,38	402.223,73	78.650,96	225.155,30	600.000,00	825.155,30	1.336.862,37	2.618.344,63
UGRH5 Caratinga	1.944.207,00	0,00	109.800,00	134.200,00	36.600,00	0,00	300.000,00	300.000,00	580.600,00	1.363.607,00
UGRH6 Manhuaçu	2.107.707,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	1.807.707,00
SUBTOTAL MG	12.882.981,16	1.425,00	1.004.100,25	2.131.083,56	563.576,85	734.882,48	2.200.000,00	2.934.882,48	6.635.068,14	6.247.913,02
UGRH7 Guandu	1.275.207,00	157.529,61	35.473,92	181.390,02	0,00	0,00	0,00	0,00	374.393,55	900.813,45
UGRH8 Santa Maria do Doce	1.417.457,00	82.937,84	48.481,02	83.718,47	0,00	0,00	0,00	0,00	215.137,33	1.202.319,67
UGRH9 São José	2.821.707,00	112.916,84	63.853,06	83.718,47	0,00	0,00	0,00	0,00	260.488,37	2.561.218,63
SUBTOTAL ES	5.514.371,00	353.384,29	147.808,00	348.826,96	0,00	0,00	0,00	0,00	850.019,25	4.664.351,75

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	Recursos Totais R\$	VALORES (R\$)							TOTAL PAP 2016-2020	
		2016	2017	2018	2019	2020			Recurso Comprometido	Recursos Livres
		Realizado	Realizado	Realizado	Comprometido	Comprometido				
						Total	Contratado	A Contratar		
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	1.937.299,69	943.086,05	662.708,59	87.053,35	244.451,70	0,00	0,00	0,00	1.937.299,69	0,00
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia	1.937.299,69	943.086,05	662.708,59	87.053,35	244.451,70	0,00	0,00	0,00	1.937.299,69	0,00
UGRH1 Piranga	243.130,36	117.287,80	67.133,83	14.336,42	44.372,31	0,00	0,00	0,00	243.130,36	0,00
UGRH2 Piracicaba	259.990,00	97.898,88	93.899,01	15.600,42	52.591,69	0,00	0,00	0,00	259.990,00	0,00
UGRH3 Santo Antônio	243.514,38	104.487,87	95.118,52	8.307,77	35.600,22	0,00	0,00	0,00	243.514,38	0,00
UGRH4 Suaçuí	228.311,03	107.318,32	86.755,28	12.422,19	21.815,24	0,00	0,00	0,00	228.311,03	0,00
UGRH5 Caratinga	203.184,02	99.345,12	74.574,09	3.410,62	25.854,19	0,00	0,00	0,00	203.184,02	0,00
UGRH6 Manhuaçu	185.353,26	97.527,30	56.596,68	3.046,81	28.182,47	0,00	0,00	0,00	185.353,26	0,00
SUBTOTAL MG	1.363.483,05	623.865,29	474.077,41	57.124,23	208.416,12	0,00	0,00	0,00	1.363.483,05	0,00
UGRH7 Guandu	158.649,60	99.394,09	38.883,57	13.193,07	7.178,87	0,00	0,00	0,00	158.649,60	0,00
UGRH8 Santa Maria do Doce	136.823,48	99.673,87	25.687,71	4.582,78	6.879,12	0,00	0,00	0,00	136.823,48	0,00
UGRH9 São José	278.343,56	120.152,80	124.059,90	12.153,27	21.977,59	0,00	0,00	0,00	278.343,56	0,00
SUBTOTAL ES	573.816,64	319.220,76	188.631,18	29.929,12	36.035,58	0,00	0,00	0,00	573.816,64	0,00
TOTAL	46.838.897,26	6.344.184,01	4.117.271,71	5.144.478,92	1.270.035,39	1.789.510,35	3.110.000,00	4.899.510,35	21.775.480,38	25.063.416,88

II. Nas unidades de gestão de recursos hídricos de Minas Gerais:

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	Recursos Totais Atualizados R\$	VALORES (R\$)								Recurso Comprometido	Recursos Livres
		2016	2017	2018	2019	2020					
		Realizado	Realizado	Realizado	Comprometido	Comprometido					
					Total	Contratado	A Contratar	Total			
UGRH1 Piranga											
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	2.223.829,87	142.449,28	554.166,44	790.999,10	65.852,53	487.049,28	0,00	487.049,28	2.040.516,63	183.313,24	
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.725.829,87	142.449,28	511.393,05	635.766,56	7.405,54	428.815,44	0,00	428.815,44	1.725.829,87	0,00	
Apoio na elaboração de PMSB.	393.235,16	142.449,28	156.844,66	86.535,68	7.405,54	0,00	0,00	0,00	393.235,16	0,00	
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	1.332.594,71	0,00	354.548,39	549.230,88	0,00	428.815,44	0,00	428.815,44	1.332.594,71	0,00	
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	498.000,00	0,00	42.773,39	155.232,54	58.446,99	58.233,84	0,00	58.233,84	314.686,76	183.313,24	
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	2.945.207,00	0,00	263.766,03	954.954,56	361.551,04	357.457,07	450.000,00	807.457,07	2.387.728,70	557.478,30	
P12 - Programa de Controle das Atividades	826.000,00	0,00	100.232,03	361.522,37	138.500,11	134.832,76	50.000,00	184.832,76	785.087,27	40.912,73	
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de	243.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	243.900,00	
P52 - Programa de Recomposição de APPs e	1.875.307,00	0,00	163.534,00	593.432,19	223.050,93	222.624,31	400.000,00	622.624,31	1.602.641,43	272.665,57	
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	243.130,36	117.287,80	67.133,83	14.336,42	44.372,31	0,00	0,00	0,00	243.130,36	0,00	
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a	243.130,36	117.287,80	67.133,83	14.336,42	44.372,31	0,00	0,00	0,00	243.130,36	0,00	
SUBTOTAL 1	5.412.167,23	259.737,08	885.066,30	1.760.290,08	471.775,88	844.506,35	450.000,00	1.294.506,35	4.671.375,69	740.791,54	
UGRH2 Piracicaba											
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	371.995,65	31.795,22	83.617,65	73.440,50	2.793,02	26.714,40	0,00	26.714,40	218.360,79	153.634,86	
P41 - Programa de Universalização do Saneamento	149.995,65	31.795,22	79.059,16	39.141,27	0,00	0,00	0,00	0,00	149.995,65	0,00	
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	222.000,00	0,00	4.558,49	34.299,23	2.793,02	26.714,40	0,00	26.714,40	68.365,14	153.634,86	
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	1.576.107,00	0,00	27.163,83	204.387,15	16.915,37	159.189,60	960.000,00	1.119.189,60	1.367.655,95	208.451,05	
P12 - Programa de Controle das Atividades	532.900,00	0,00	9.986,19	75.138,48	6.390,52	58.522,58	360.000,00	418.522,58	510.037,77	22.862,23	
P52 - Programa de Recomposição de APPs e	1.043.207,00	0,00	17.177,64	129.248,67	10.524,85	100.667,02	600.000,00	700.667,02	857.618,18	185.588,82	
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	259.990,00	97.898,88	93.899,01	15.600,42	52.591,69	0,00	0,00	0,00	259.990,00	0,00	
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a	259.990,00	97.898,88	93.899,01	15.600,42	52.591,69	0,00	0,00	0,00	259.990,00	0,00	
SUBTOTAL 2	2.208.092,65	129.694,10	204.680,49	293.428,07	72.300,08	185.904,00	960.000,00	1.145.904,00	1.846.006,74	362.085,91	

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	Recursos Totais Atualizados R\$	VALORES (R\$)								Recurso Comprometido	Recursos Livres
		2016	2017	2018	2019	2020					
		Realizado	Realizado	Realizado	Comprometido	Comprometido					
					Total	Contratado	A Contratar	Total			
UGRH3 Santo Antônio											
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	924.327,21	107.512,33	340.756,42	352.444,46	56.529,83	49.076,54	0,00	49.076,54	906.319,58	18.007,63	
P41 - Programa de Universalização do Saneamento	504.327,21	107.512,33	273.846,87	122.968,01	0,00	0,00	0,00	0,00	504.327,21	0,00	
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	420.000,00	0,00	66.909,55	229.476,45	56.529,83	49.076,54	0,00	49.076,54	401.992,37	18.007,63	
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	2.899.346,16	0,00	834.946,75	1.378.993,11	339.757,05	294.837,58	50.000,00	344.837,58	2.898.534,49	811,67	
P12 - Programa de Controle das Atividades	942.000,00	0,00	150.765,52	507.014,14	125.006,94	108.401,73	50.000,00	158.401,73	941.188,33	811,67	
P52 - Programa de Recomposição de APPs e	1.957.346,16	0,00	684.181,23	871.978,97	214.750,11	186.435,85	0,00	186.435,85	1.957.346,16	0,00	
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	243.514,38	104.487,87	95.118,52	8.307,77	35.600,22	0,00	0,00	0,00	243.514,38	0,00	
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a	243.514,38	104.487,87	95.118,52	8.307,77	35.600,22	0,00	0,00	0,00	243.514,38	0,00	
SUBTOTAL 3	4.067.187,75	212.000,20	1.270.821,69	1.739.745,34	431.887,10	343.914,12	50.000,00	393.914,12	4.048.368,45	18.819,30	
UGRH4 Suaçuí											
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	3.914.109,96	2.238.791,53	640.056,64	105.840,56	20.696,05	59.247,02	0,00	59.247,02	3.064.631,80	849.478,16	
P41 - Programa de Universalização do Saneamento	2.871.109,96	2.238.791,53	632.318,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.871.109,96	0,00	
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	1.043.000,00	0,00	7.738,21	105.840,56	20.696,05	59.247,02	0,00	59.247,02	193.521,84	849.478,16	
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	6.715.607,00	257.693,38	152.297,04	635.859,14	124.888,80	355.938,86	835.000,00	1.190.938,86	2.361.677,22	4.353.929,78	
P12 - Programa de Controle das Atividades	2.362.800,00	0,00	17.081,55	233.635,41	46.237,84	130.783,56	200.000,00	330.783,56	627.738,36	1.735.061,64	
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de	397.600,00	256.268,38	105.808,11	0,00	0,00	0,00	35.000,00	35.000,00	397.076,49	523,51	
P52 - Programa de Recomposição de APPs e	3.955.207,00	1.425,00	29.407,38	402.223,73	78.650,96	225.155,30	600.000,00	825.155,30	1.336.862,37	2.618.344,63	
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	228.311,03	107.318,32	86.755,28	12.422,19	21.815,24	0,00	0,00	0,00	228.311,03	0,00	
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a	228.311,03	107.318,32	86.755,28	12.422,19	21.815,24	0,00	0,00	0,00	228.311,03	0,00	
SUBTOTAL 4	10.858.027,99	2.603.803,23	879.108,96	754.121,89	167.400,09	415.185,88	835.000,00	1.250.185,88	5.654.620,05	5.203.407,94	

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	Recursos Totais Atualizados R\$	VALORES (R\$)								Recurso Comprometido	Recursos Livres
		2016	2017	2018	2019	2020					
		Realizado	Realizado	Realizado	Comprometido	Comprometido					
					Total	Contratado	A Contratar	Total			
UGRH5 Caratinga											
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	1.775.381,50	1.111.771,26	174.130,21	77.480,03	0,00	0,00	0,00	0,00	1.363.381,50	412.000,00	
P41 - Programa de Universalização do Saneamento	1.363.381,50	1.111.771,26	174.130,21	77.480,03	0,00	0,00	0,00	0,00	1.363.381,50	0,00	
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	412.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	412.000,00	
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	3.409.307,00	2.307,70	109.800,00	134.200,00	36.600,00	0,00	345.000,00	345.000,00	627.907,70	2.781.399,30	
P12 - Programa de Controle das Atividades	941.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	941.000,00	
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de	524.100,00	2.307,70	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	45.000,00	47.307,70	476.792,30	
P52 - Programa de Recomposição de APPs e	1.944.207,00	0,00	109.800,00	134.200,00	36.600,00	0,00	300.000,00	300.000,00	580.600,00	1.363.607,00	
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	203.184,02	99.345,12	74.574,09	3.410,62	25.854,19	0,00	0,00	0,00	203.184,02	0,00	
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a	203.184,02	99.345,12	74.574,09	3.410,62	25.854,19	0,00	0,00	0,00	203.184,02	0,00	
SUBTOTAL 5	5.387.872,52	1.213.424,08	358.504,30	215.090,65	62.454,19	0,00	345.000,00	345.000,00	2.194.473,22	3.193.399,30	
UGRH6 Manhuaçu											
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	1.019.712,95	457.589,77	4.623,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	462.212,95	557.500,00	
P41 - Programa de Universalização do Saneamento	462.212,95	457.589,77	4.623,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	462.212,95	0,00	
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	557.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	557.500,00	
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	3.761.357,00	67.208,41	11.657,70	0,00	0,00	0,00	345.000,00	345.000,00	423.866,11	3.337.490,89	
P12 - Programa de Controle das Atividades	1.263.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.263.000,00	
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de	390.650,00	67.208,41	11.657,70	0,00	0,00	0,00	45.000,00	45.000,00	123.866,11	266.783,89	
P52 - Programa de Recomposição de APPs e	2.107.707,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	1.807.707,00	
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	185.353,26	97.527,30	56.596,68	3.046,81	28.182,47	0,00	0,00	0,00	185.353,26	0,00	
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a	185.353,26	97.527,30	56.596,68	3.046,81	28.182,47	0,00	0,00	0,00	185.353,26	0,00	
SUBTOTAL 6	4.966.423,21	622.325,48	72.877,56	3.046,81	28.182,47	0,00	345.000,00	345.000,00	1.071.432,32	3.894.990,89	
TOTAL UNIÃO NAS UGRH MG	32.899.771,35	5.040.984,17	3.671.059,30	4.765.722,84	1.233.999,81	1.789.510,35	2.985.000,00	4.774.510,35	19.486.276,47	13.413.494,88	

III. Nas unidades de gestão de recursos hídricos do Espírito Santo:

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	Recursos Totais Atualizados R\$	VALORES (R\$)							TOTAL PAP 2016-2020	
		2016	2017	2018	2019	2020			Recurso Comprometido	Recursos Livres
		Realizado	Realizado	Realizado	Comprometido	Comprometido				
					Total	Contratado	A Contratar	Total		
UGRH7 Guandu										
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	476.163,73	136.122,67	1.541,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	137.663,73	338.500,00
P41 - Programa de Universalização do Saneamento	137.663,73	136.122,67	1.541,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	137.663,73	0,00
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	338.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	338.500,00
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	2.486.857,00	166.742,01	35.473,92	181.390,02	0,00	0,00	45.000,00	45.000,00	428.605,95	2.058.251,05
P12 - Programa de Controle das Atividades	767.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	767.150,00
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de	444.500,00	9.212,40	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	45.000,00	54.212,40	390.287,60
P52 - Programa de Recomposição de APPs e	1.275.207,00	157.529,61	35.473,92	181.390,02	0,00	0,00	0,00	0,00	374.393,55	900.813,45
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	158.649,60	99.394,09	38.883,57	13.193,07	7.178,87	0,00	0,00	0,00	158.649,60	0,00
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a	158.649,60	99.394,09	38.883,57	13.193,07	7.178,87	0,00	0,00	0,00	158.649,60	0,00
SUBTOTAL 7	3.121.670,33	402.258,77	75.898,55	194.583,09	7.178,87	0,00	45.000,00	45.000,00	724.919,28	2.396.751,05
UGRH8 Santa Maria do Rio Doce										
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	376.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	376.150,00
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	376.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	376.150,00
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	3.076.767,00	146.702,99	48.481,02	83.718,47	0,00	0,00	45.000,00	45.000,00	323.902,48	2.752.864,52
P12 - Programa de Controle das Atividades	851.960,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	851.960,00
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de	807.350,00	63.765,15	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	45.000,00	108.765,15	698.584,85
P52 - Programa de Recomposição de APPs e	1.417.457,00	82.937,84	48.481,02	83.718,47	0,00	0,00	0,00	0,00	215.137,33	1.202.319,67
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	136.823,48	99.673,87	25.687,71	4.582,78	6.879,12	0,00	0,00	0,00	136.823,48	0,00
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL 8	3.589.740,48	246.376,86	74.168,73	88.301,25	6.879,12	0,00	45.000,00	45.000,00	460.725,96	3.129.014,52

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	Recursos Totais Atualizados R\$	VALORES (R\$)							TOTAL PAP 2016-2020	
		2016	2017	2018	2019	2020			Recurso Comprometido	Recursos Livres
		Realizado	Realizado	Realizado	Comprometido	Comprometido				
					Total	Contratado	A Contratar	Total		
UGRH9 São José										
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	910.764,54	165.764,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165.764,54	745.000,00
P41 - Programa de Universalização do Saneamento	165.764,54	165.764,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165.764,54	0,00
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	745.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	745.000,00
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	6.038.607,00	368.646,87	172.085,23	83.718,47	0,00	0,00	35.000,00	35.000,00	659.450,57	5.379.156,43
P12 - Programa de Controle das Atividades	1.687.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.687.900,00
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de	1.529.000,00	255.730,03	108.232,17	0,00	0,00	0,00	35.000,00	35.000,00	398.962,20	1.130.037,80
P52 - Programa de Recomposição de APPs e	2.821.707,00	112.916,84	63.853,06	83.718,47	0,00	0,00	0,00	0,00	260.488,37	2.561.218,63
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	278.343,56	120.152,80	124.059,90	12.153,27	21.977,59	0,00	0,00	0,00	278.343,56	0,00
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a	278.343,56	120.152,80	124.059,90	12.153,27	21.977,59	0,00	0,00	0,00	278.343,56	0,00
SUBTOTAL 9	7.227.715,10	654.564,21	296.145,13	95.871,74	21.977,59	0,00	35.000,00	35.000,00	1.103.558,67	6.124.156,43
TOTAL UNIÃO NAS UGRH ES	13.939.125,91	1.303.199,84	446.212,41	378.756,08	36.035,58	0,00	125.000,00	125.000,00	2.289.203,91	11.649.922,00
TOTAL UNIÃO NAS UGRH MG E ES	46.838.897,26	6.344.184,01	4.117.271,71	5.144.478,92	1.270.035,39	1.789.510,35	3.110.000,00	4.899.510,35	21.775.480,38	25.063.416,88

CAPÍTULO V
Da Alocação dos Recursos do Estado de Minas Gerais

Art. 10 Os programas e ações do PIRH/PARHs Doce priorizados para execução no período de 2016 a 2020, com a parcela oriunda da cobrança pelo uso da água arrecadada na área de abrangência das bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do rio Doce, contarão com os seguintes valores (em mil reais):

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R\$)					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
UGRH1 Piranga						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	2.900	1.900	500	1.900	500	7.700
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	600	700	-	700	-	2.000
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	2.300	700	-	700	-	3.700
Apoio na elaboração de PMSB.	1.100		-	-	-	1.100
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	1.200	700	-	700	-	2.600
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	-	500	500	500	500	2.000
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	500	1.750	1.250	1.750	1.250	6.500
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	-	500	-	500	-	1.000
P24 - Programa Produtor de Água	-	250	250	250	250	1.000
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	500	1.000	1.000	1.000	1.000	4.500
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	600	100	100	100	100	1.000
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	500	-	-	-	-	500
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 1	4.000	3.750	1.850	3.750	1.850	15.200
UGRH2 Piracicaba						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	1.800	3.000	3.000	3.000	1.000	11.800
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	500	1.000	1.000	1.000	-	3.500
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.300	1.000	1.000	1.000	-	4.300
Apoio na elaboração de PMSB.	400	-	-	-	-	400
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	900	1.000	1.000	1.000	-	3.900
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	-	1.000	1.000	1.000	1.000	4.000
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	4.500	9.000	9.500	8.500	10.200	41.700
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	-	2.000	2.000	2.000	3.700	9.700
P24 - Programa Produtor de Água	500	500	1.000	-	-	2.000
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	4.000	6.500	6.500	6.500	6.500	30.000
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	100	600	100	100	100	1.000
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	-	500	-	-	-	500
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 2	6.400	12.600	12.600	11.600	11.300	54.500
UGRH3 Santo Antônio						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	2.210	1.310	1.310	1.310	1.310	7.450
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.250	350	350	350	350	2.650
Apoio na elaboração de PMSB.	900	-	-	-	-	900
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	350	350	350	350	350	1.750
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	960	960	960	960	960	4.800

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R\$)					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	960	960	960	960	960	4.800
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	960	960	960	960	960	4.800
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	600	100	100	100	100	1.000
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	500	-	-	-	-	500
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 3	3.770	2.370	2.370	2.370	2.370	13.250
UGRH4 Suaçuí						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	800	-	-	-	-	800
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	500	-	-	-	-	500
Apoio na elaboração de PMSB.	500	-	-	-	-	500
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	300	-	-	-	-	300
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	1.000	1.000	-	-	-	2.000
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	500	500	-	-	-	1.000
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	500	500	-	-	-	1.000
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	250	100	100	100	100	650
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	150	-	-	-	-	150
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 4	2.050	1.100	100	100	100	3.450
UGRH5 Caratinga						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	1.350	150	650	150	650	2.950
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	250	-	250	-	250	750
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	950	-	250	-	250	1.450
Apoio na elaboração de PMSB.	700	-	-	-	-	700
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	250	-	250	-	250	750
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	150	150	150	150	150	750
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	500	500	500	500	500	2.500
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	250	250	250	250	250	1.250
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	250	250	250	250	250	1.250
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	400	100	100	100	100	800
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	300	-	-	-	-	300
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 5	2.250	750	1.250	750	1.250	6.250
UGRH6 Manhuaçu						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	1.000	-	-	-	-	1.000
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.000	-	-	-	-	1.000
Apoio na elaboração de PMSB.	200	-	-	-	-	200
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	800	-	-	-	-	800
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	300	740	740	740	740	3.260
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	300	450	450	450	450	2.100
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	-	290	290	290	290	1.160

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R\$)					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	220	100	100	100	100	620
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	120	-	-	-	-	120
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 6	1.520	840	840	840	840	4.880
TOTAL MG	19.990	21.410	19.010	19.410	17.710	97.530

§ 1º. Os recursos arrecadados nas bacias afluentes de Minas Gerais serão obrigatoriamente aplicados nas respectivas bacias geradoras dos recursos.

§ 2º. Os montantes de 2016 a 2020 correspondem aos valores relativos ao saldo de 2015 e às estimativas dos valores a serem arrecadados com a cobrança na área de abrangência das bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do rio Doce no período de 2016 a 2010, excluindo-se a parcela de 7,5% destinada às despesas de manutenção e custeio da AGB-Doce, uma vez cumpridas as metas estabelecidas no Contrato de Gestão firmado com o IGAM e desprezadas eventuais inadimplências.

§ 3º. O Programa Produtor de Água (P24) irá contemplar uma área a ser selecionada na UGRH1-Piranga e a sub-bacia do ribeirão Candidópolis, em Itabira-MG, na área da UGRH2-Piracicaba, com recursos arrecadados pelo Estado de Minas Gerais nestas unidades.

CAPÍTULO VI

Dos Critérios para Hierarquização dos Estudos, Planos, Projetos e Ações

Art. 11 Os estudos, planos, projetos e ações decorrentes da implementação dos programas de saneamento P11 (Programa de Saneamento da Bacia) e P41 (Programa de Universalização do Saneamento) do PIRH/PARHs Doce deverão ser contratados por meio de edital de chamamento público.

Art. 12 O IBIO - AGB Doce é responsável pela pré-seleção das propostas apresentadas durante o chamamento público e a lista de hierarquização deverá ser submetida à homologação de Comissão Gestora de Licitação e Contratos, previamente à sua contratação.

§ 1º. A Comissão Gestora, a ser constituída por no máximo 5 (cinco) servidores da AGB-Doce, sendo presidida por um destes membros, será responsável pela condução dos processos licitatórios, hierarquização das propostas selecionadas, adjudicação, homologação da listagem com as propostas hierarquizadas e análise de recursos e pedidos de impugnação em licitações, para fins de contratação com recursos da cobrança.

§ 2º. Para os programas P12, P22, P24, P42 e P52 o IBIO - AGB Doce deverá se articular, no âmbito das unidades estaduais de gestão de recursos hídricos, com representantes dos comitês e dos órgãos gestores para fins de elaboração de edital de chamamento público, seleção das áreas a serem beneficiadas, bem como para detalhamento dos critérios dos respectivos editais de contratação. [\(Redação dada pela Deliberação nº 81/2019\)](#)

Art. 13 Para a hierarquização dos estudos, planos, projetos e ações priorizados do PIRH/PARHs Doce, com espacialização por unidade de gestão de recursos hídricos, deverão ser atendidos os seguintes critérios:

PROGRAMAS E AÇÕES PRIORITÁRIOS	CRITÉRIOS PARA HIERARQUIZAÇÃO DAS PROPOSTAS
Programa de Saneamento da Bacia (P11)	<p>Critérios obrigatórios para projetos de sistemas de coleta e tratamento de esgotos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Município com situação da outorga regularizada ou em regularização; – Município adimplente em relação à cobrança pelo uso da água; e – Plano Municipal de Saneamento Básico devidamente aprovado.

	<p>Municípios que contemplem o maior número dos seguintes critérios classificatórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Municípios com DBO remanescente superior a 5 ton./dia [Ouro Preto e Viçosa (DO1); Ipatinga, Coronel Fabriciano e Itabira (DO2); Santana do Paraíso (DO3); Governador Valadares (DO4); Caratinga (DO5); Manhuaçu (DO6); Linhares (São José); Itaguaçu (Santa Maria do Doce) e Baixo Guandu (Guandu)]; - IDH-M 2010 inferior a 0,600; - Índice de internação por doenças de veiculação hídrica no município superior à média dos estados de MG e ES; - Percentual de domicílios urbanos com saneamento adequado menor que a média da bacia nos estados de MG e ES; - Índice de cobertura de coleta de esgotos inferior à média dos estados de MG e ES; - Índice de tratamento dos esgotos coletados inferior à média dos estados de MG e ES; - Lançam esgotos a montante de captação (Atlas ANA 2010); - Não contemplados com investimentos para estudos e projetos.
Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica (P21)	<ul style="list-style-type: none"> - Áreas onde o saldo hídrico foi impactado, essencialmente, pelos usos da irrigação, prioritariamente nas sub-bacias dos rios Pancas, Santa Joana, São José, Santa Maria do Doce e região hidrográfica da Barra Seca.
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22)	<ul style="list-style-type: none"> - Áreas onde a demanda por irrigação constitui uma importante parcela da demanda total na bacia e o balanço hídrico, atual ou projetado, mostra-se desfavorável. - Áreas que apresentam potencial de poluição devido ao beneficiamento de produtos agrícolas.
Programa Produtor de Água (P24)	<ul style="list-style-type: none"> - Áreas onde há conflitos pelo uso múltiplo da água, com municípios que requerem novo manancial ou ampliação do sistema de abastecimento de água até 2015 segundo Atlas ANA, e que apresentem condições críticas de degradação (elevados processos erosivos, redução da cobertura vegetal e alto deflúvio superficial instantâneo) e inadequação do uso das terras, da cobertura vegetal e das APPs (topo de morro, declividade e faixa ciliar). - Área de drenagem inferior a 20 mil hectares e população atendida superior a 5.000 habitantes. - Áreas com suscetibilidade à erosão classificadas como Forte a Muito Forte (PIRH Doce). - Áreas com produção de sedimentos superior a 70 ton./km²/ano (SIGEL-Sistema de Informações Georreferenciadas do Setor Elétrico). - Áreas com cobertura vegetal natural inferior a 20% (PIRH Doce). - Áreas com inserção ou proximidade de arranjos institucionais favoráveis a efetivar as parcerias necessárias ao desenvolvimento do programa. - Áreas com iniciativas do programa em andamento. - Visita a campo para confirmação das condições previstas e análise da possibilidade de intervenção.
Programa de Universalização do Saneamento (P41)	<p>Critérios obrigatórios para projetos de projetos de otimização de sistemas de abastecimento de água:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Município com situação da outorga regularizada ou em regularização; - Município adimplente em relação à cobrança pelo uso da água; e - Plano Municipal de Saneamento Básico devidamente aprovado. <p>Municípios que contemplem o maior número dos seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - IDH-M 2010 inferior a 0,600; - Índice de internação por doenças de veiculação hídrica no município superior à média dos estados de MG e ES; - Percentual de domicílios urbanos com saneamento adequado menor que a média da bacia nos estados de MG e ES; - Índice de cobertura de abastecimento de água inferior à média dos estados de MG e ES; - Necessidade de ampliação do SAA (Atlas ANA 2010); - Necessidade de novo manancial até 2015 (Atlas ANA 2010); - Índice de cobertura de coleta urbana de resíduos sólidos inferior à média dos estados de MG e ES; - Disposição final inadequada de resíduos sólidos; - Potencialidade para solução da disposição final dos resíduos consorciada com

	<p>outros municípios;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ocorrência de inundações ou enchentes nos últimos 5 anos (PNSB 2008); - Não contemplados com investimentos para estudos e projetos.
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	<ul style="list-style-type: none"> - Áreas onde há intensa erosão do solo. - Áreas cujas nascentes se caracterizam como manancial de abastecimento público. - Áreas de cabeceiras de cursos d'água, no sentido da nascente para a foz. - Áreas no entorno de unidades de conservação. - Regiões com ocorrência de eventos críticos de seca com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia. - Áreas com inserção ou proximidade de arranjos institucionais favoráveis a efetivar as parcerias para desenvolvimento do programa. - Visita a campo para avaliação das condições e análise da proposta de recuperação.

Parágrafo Único – Previamente ao lançamento dos editais de chamamento públicos para os Programas de Saneamento (P11 e P41), serão discutidos em cada UGRH outros critérios de hierarquização oriundos dos Seminários de Saneamento.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais

Art. 14 Com vistas ao cumprimento das metas do Plano de Aplicação Plurianual no período 2016-2020 compete aos comitês deliberarem anualmente sobre seu Plano de Trabalho e calendário de reuniões de suas Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho e reuniões Plenárias.

Art. 15 Para fins de avaliar a eficiência e eficácia da execução do Plano de Aplicação Plurianual serão elaborados relatórios anuais de acompanhamento, conforme estabelecido nos Contratos de Gestão.

Parágrafo único. Revisões ou atualizações decorrentes da aplicação dos recursos poderão ser anualmente efetuadas, com aprovação dos Comitês.

Art. 16 Para fins do Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, a expressão Unidade de Gestão de Recursos Hídricos (UGRH) para o Estado de Minas Gerais equivale às Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH); e, para o Estado do Espírito Santo a expressão Unidade de Gestão de Recursos Hídricos (UGRH) equivale às Unidades de Análise estabelecidas no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (PIRH-Doce), aprovado no ano de 2010.

Art. 17 Para fins de implementação dos programas previstos neste PAP-Doce, o IBIO poderá contratar com recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos da União e do Estado de Minas Gerais, referentes à parcela de investimento (92,5%), consultoria (física ou jurídica) para apoio no gerenciamento e acompanhamento técnico das ações de responsabilidade do IBIO relacionadas aos programas, incluindo serviço de apoio operacional à Secretaria Executiva e a análise e validação técnica dos produtos e serviços a serem contratados para todos os programas. [\(Redação dada pela Deliberação nº 81/2019\)](#)

APÊNDICE I

UNIDADE DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	Nº TOTAL DE MUNICÍPIOS	Nº DE SEDES MUNICIPAIS	POPULAÇÃO TOTAL ESTIMADA NA BACIA (IBGE Censo 2010)	% POP TOTAL NA BACIA	ÁREA DOS MUNICÍPIOS NA UNIDADE (Km ²)	% ÁREA NA BACIA	MÉDIA FINAL (ÁREA + POP TOTAL)
UGRH1 Piranga	77	62	701.842	20,5	17.580	20,3	20,4
UGRH2 Piracicaba	21	17	754.085	22,0	5.684	6,6	14,3
UGRH3 Santo Antônio	29	23	187.488	5,5	10.759	12,4	8,9
UGRH4 Suaçuí	48	41	604.250	17,6	21.549	24,8	21,2
UGRH5 Caratinga	29	25	284.347	8,3	6.684	7,7	8,0
UGRH6 Manhuaçu	28	23	321.094	9,4	9.191	10,6	10,0
UGRH7 Guandu	7	4	81.155	2,4	2.474	2,9	2,6
UGRH8 Santa Maria do Doce	9	3	109.243	3,2	3.066	3,5	3,4
UGRH9 São José	17	13	387.169	11,3	9.750	11,2	11,3
TOTAL	228	211	3.430.673	100,0	86.736	100,0	100,0

APENDICE II

Nº	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	UF	UGRH	SEDE NA UGRH	ÁREA (Km²)	% da área do município na UGRH	Área do município na UGRH (Km²)	População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010)		
									Urbana na sede	Rural	Total
TOTAL UGRH 1 PIRANGA					62			17.580	404.820	297.022	701.842
1	310030	Abre Campo	MG	UGRH 1	SIM	471	100,00	471	6.677	6.634	13.311
2	310040	Acaiaca	MG	UGRH 1	SIM	102	100,00	102	2.553	1.367	3.920
3	310210	Alto Rio Doce	MG	UGRH 1	SIM	518	100,00	518	3.813	8.346	12.159
4	310230	Alvinópolis	MG	UGRH 1	SIM	599	44,43	266	8.403	3.047	11.450
5	310250	Amparo do Serra	MG	UGRH 1	SIM	146	100,00	146	2.518	2.535	5.053
6	310370	Araponga	MG	UGRH 1	SIM	304	100,00	304	2.116	6.036	8.152
7	310570	Barra Longa	MG	UGRH 1	SIM	384	100,00	384	2.254	3.889	6.143
8	310780	Bom Jesus do Galho	MG	UGRH 1	SIM	592	84,69	502	5.884	8.029	13.913
9	310870	Brás Pires	MG	UGRH 1	SIM	223	100,00	223	2.223	2.414	4.637
10	311020	Cajuri	MG	UGRH 1	SIM	83	100,00	83	2.096	1.951	4.047
11	311170	Canaã	MG	UGRH 1	SIM	175	100,00	175	1.859	2.769	4.628
12	311220	Capela Nova	MG	UGRH 1	SIM	111	100,00	111	2.132	2.623	4.755
13	311290	Caputira	MG	UGRH 1	SIM	188	100,00	188	3.779	5.251	9.030
14	311310	Caranaíba	MG	UGRH 1	SIM	160	100,00	160	1.176	2.112	3.288
15	311540	Carandaí	MG	UGRH 1		486	8,50	41		622	622
16	311630	Caratinga	MG	UGRH 1		1.259	14,29	180		3.407	3.407
17	311670	Catas Altas da Noruega	MG	UGRH 1	SIM	142	100,00	142	1.429	2.033	3.462
18	312000	Cipotânea	MG	UGRH 1	SIM	154	100,00	153	3.014	3.533	6.547
19	312150	Coimbra	MG	UGRH 1	SIM	107	100,00	107	5.156	1.898	7.054
20	312170	Conselheiro Lafaiete	MG	UGRH 1		370	2,83	10		168	168
21	312180	Córrego Novo	MG	UGRH 1	SIM	205	100,00	205	2.038	1.089	3.127
22	312190	Cristiano Ottoni	MG	UGRH 1		133	7,06	9		63	63
23	312270	Desterro do Melo	MG	UGRH 1	SIM	142	80,05	114	1.390	1.301	2.691
24	312330	Diogo de Vasconcelos	MG	UGRH 1	SIM	165	100,00	165	1.099	2.749	3.848
25	312400	Dionísio	MG	UGRH 1	SIM	344	100,00	344	4.210	4.529	8.739
26	312820	Divinésia	MG	UGRH 1	SIM	117	66,95	78	2.175	749	2.924
27	313390	Dom Silvério	MG	UGRH 1	SIM	195	100,00	195	4.058	1.138	5.196
28	312330	Dores do Turvo	MG	UGRH 1	SIM	231	100,00	231	2.030	2.432	4.462

Nº	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	UF	UGRH	SEDE NA UGRH	ÁREA (Km²)	% da área do município na UGRH	Área do município na UGRH (Km²)	População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010)		
									Urbana na sede	Rural	Total
29	312385	Entre Folhas	MG	UGRH 1		85	48,95	42		629	629
30	312400	Ervália	MG	UGRH 1	SIM	358	84,71	303	9.470	7.180	16.650
31	312820	Guaraciaba	MG	UGRH 1	SIM	349	100,00	349	3.218	7.005	10.223
32	313390	Itaverava	MG	UGRH 1	SIM	284	93,98	267	1.607	3.940	5.547
33	313500	Jaguaraçu	MG	UGRH 1		164	34,38	56		540	540
34	313550	Jequeri	MG	UGRH 1	SIM	548	100,00	548	4.717	8.131	12.848
35	313790	Lamim	MG	UGRH 1	SIM	119	100,00	119	1.511	1.941	3.452
36	313940	Manhuaçu	MG	UGRH 1		628	31,22	196		9.016	9.016
37	314000	Mariana	MG	UGRH 1	SIM	1.194	89,11	1.064	37.706	14.715	52.421
38	314030	Mariéira	MG	UGRH 1		546	85,20	465		2.636	2.636
39	314090	Matipó	MG	UGRH 1	SIM	267	100,00	267	12.042	5.597	17.639
40	314160	Mercês	MG	UGRH 1		348	13,11	46		408	408
41	314585	Oratórios	MG	UGRH 1	SIM	89	100,00	89	3.241	1.252	4.493
42	314590	Ouro Branco	MG	UGRH 1		259	41,25	107		1.509	1.509
43	314610	Ouro Preto	MG	UGRH 1	SIM	1.246	40,86	509	40.214	12.285	52.499
44	314830	Paula Cândido	MG	UGRH 1	SIM	268	100,00	268	4.261	5.010	9.271
45	314875	Pedra Bonita	MG	UGRH 1	SIM	174	100,00	174	1.807	4.866	6.673
46	314880	Pedra do Anta	MG	UGRH 1	SIM	163	100,00	163	2.192	1.173	3.365
47	315020	Piedade de Ponte Nova	MG	UGRH 1	SIM	84	100,00	84	3.178	884	4.062
48	315053	Pingo-d'Água	MG	UGRH 1	SIM	67	100,00	67	4.035	385	4.420
49	315080	Piranga	MG	UGRH 1	SIM	659	100,00	659	5.384	11.848	17.232
50	315210	Ponte Nova	MG	UGRH 1	SIM	471	100,00	471	49.668	7.722	57.390
51	315230	Porto Firme	MG	UGRH 1	SIM	285	100,00	285	4.831	5.586	10.417
52	315310	Presidente Bernardes	MG	UGRH 1	SIM	237	100,00	237	1.642	3.895	5.537
53	315400	Raul Soares	MG	UGRH 1	SIM	763	100,00	763	13.070	10.748	23.818
54	315440	Ressaquinha	MG	UGRH 1		185	24,00	44		531	531
55	315490	Rio Casca	MG	UGRH 1	SIM	384	100,00	384	10.871	3.330	14.201
56	315500	Rio Doce	MG	UGRH 1	SIM	112	100,00	112	1.653	812	2.465
57	315520	Rio Espera	MG	UGRH 1	SIM	239	100,00	239	1.760	4.310	6.070
58	315740	Santa Cruz do Escalvado	MG	UGRH 1	SIM	259	100,00	259	1.177	3.815	4.992
59	315790	Santa Margarida	MG	UGRH 1	SIM	256	100,00	256	6.034	8.977	15.011

Nº	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	UF	UGRH	SEDE NA UGRH	ÁREA (Km²)	% da área do município na UGRH	Área do município na UGRH (Km²)	População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010)		
									Urbana na sede	Rural	Total
60	315910	Santana dos Montes	MG	UGRH 1	SIM	197	100,00	197	1.941	1.881	3.822
61	316010	Santo Antônio do Gramma	MG	UGRH 1	SIM	130	100,00	130	3.365	720	4.085
62	316100	São Domingos do Prata	MG	UGRH 1		744	26,91	200		2.274	2.274
63	316150	São Geraldo	MG	UGRH 1		186	23,25	43		840	840
64	316340	São José do Goiabal	MG	UGRH 1	SIM	185	100,00	185	3.689	1.947	5.636
65	316380	São Miguel do Anta	MG	UGRH 1	SIM	152	100,00	152	3.746	3.014	6.760
66	316400	São Pedro dos Ferros	MG	UGRH 1	SIM	403	100,00	403	5.777	2.579	8.356
67	316556	Sem-Peixe	MG	UGRH 1	SIM	177	100,00	177	1.329	1.518	2.847
68	316570	Senador Firmino	MG	UGRH 1	SIM	167	100,00	167	4.683	2.547	7.230
69	316600	Senhora de Oliveira	MG	UGRH 1	SIM	171	100,00	171	3.256	2.427	5.683
70	316620	Senhora dos Remédios	MG	UGRH 1	SIM	238	100,00	238	2.792	7.404	10.196
71	316630	Sericita	MG	UGRH 1	SIM	166	100,00	166	3.193	3.935	7.128
72	316850	Teixeiras	MG	UGRH 1	SIM	167	100,00	167	7.623	3.732	11.355
73	316870	Timóteo	MG	UGRH 1		144	34,75	50		3.735	3.735
74	316990	Ubá	MG	UGRH 1		408	20,53	84		1.935	1.935
75	317050	Urucânia	MG	UGRH 1	SIM	139	100,00	139	5.748	4.543	10.291
76	317115	Vermelho Novo	MG	UGRH 1	SIM	115	100,00	115	1.852	2.837	4.689
77	317130	Viçosa	MG	UGRH 1	SIM	299	100,00	299	56.455	15.765	72.220
TOTAL UGRH 2 PIRACICABA					17			5.684	541.746	212.339	754.085
1	310230	Alvinópolis	MG	UGRH 2		599	55,57	333		3.811	3.811
2	310300	Antônio Dias	MG	UGRH 2	SIM	787	85,69	675	3.448	5.242	8.690
3	310540	Barão de Cocais	MG	UGRH 2	SIM	341	100,00	341	24.007	4.435	28.442
4	310600	Bela Vista de Minas	MG	UGRH 2	SIM	109	100,00	109	9.378	626	10.004
5	310770	Bom Jesus do Amparo	MG	UGRH 2	SIM	196	100,00	196	2.516	2.975	5.491
6	311535	Catas Altas	MG	UGRH 2	SIM	240	100,00	240	3.531	1.315	4.846
7	311940	Coronel Fabriciano	MG	UGRH 2	SIM	221	100,00	221	47.382	56.312	103.694
8	313130	Ipatinga	MG	UGRH 2	SIM	165	100,00	165	148.687	90.781	239.468
9	313170	Itabira	MG	UGRH 2	SIM	1.254	36,02	452	98.554	4.045	102.599
10	313500	Jaguaraçu	MG	UGRH 2	SIM	164	65,62	108	1.419	1.031	2.450
11	313620	João Monlevade	MG	UGRH 2	SIM	99	100,00	99	73.277	333	73.610
12	314000	Mariana	MG	UGRH 2		1.194	10,89	130		1.798	1.798

Nº	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	UF	UGRH	SEDE NA UGRH	ÁREA (Km²)	% da área do município na UGRH	Área do município na UGRH (Km²)	População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010)		
									Urbana na sede	Rural	Total
13	314030	Marliéria	MG	UGRH 2	SIM	546	14,80	81	918	458	1.376
14	314470	Nova Era	MG	UGRH 2	SIM	362	100,00	362	13.203	4.325	17.528
15	314610	Ouro Preto	MG	UGRH 2		1.246	3,33	42		1.001	1.001
16	315570	Rio Piracicaba	MG	UGRH 2	SIM	373	100,00	373	9.567	4.582	14.149
17	315720	Santa Bárbara	MG	UGRH 2	SIM	684	100,00	684	21.809	6.067	27.876
18	315895	Santana do Paraíso	MG	UGRH 2		276	26,81	74		4.883	4.883
19	316100	São Domingos do Prata	MG	UGRH 2	SIM	744	73,09	544	8.905	6.178	15.083
20	316190	São Gonçalo do Rio Abaixo	MG	UGRH 2	SIM	364	100,00	364	4.649	5.128	9.777
21	316870	Timóteo	MG	UGRH 2	SIM	144	65,26	94	70.496	7.013	77.509
TOTAL UGRH 3 SANTO ANTÔNIO					23			10.759	85.387	102.101	187.488
1	310050	Açucena	MG	UGRH 3	SIM	815	43,17	352	2.535	3.342	5.877
2	310240	Alvorada de Minas	MG	UGRH 3	SIM	374	100,00	374	947	2.599	3.546
3	310300	Antônio Dias	MG	UGRH 3		787	14,31	113		875	875
4	310630	Belo Oriente	MG	UGRH 3	SIM	335	100,00	335	6.809	16.588	23.397
5	310880	Braúnas	MG	UGRH 3	SIM	378	100,00	378	1.593	3.437	5.030
6	311380	Carmésia	MG	UGRH 3	SIM	259	100,00	259	1.311	1.135	2.446
7	311750	Conceição do Mato Dentro	MG	UGRH 3	SIM	1.727	76,82	1.327	10.172	5.943	16.115
8	311810	Congonhas do Norte	MG	UGRH 3		399	10,87	43		255	255
9	312260	Dom Joaquim	MG	UGRH 3	SIM	399	100,00	399	2.620	1.915	4.535
10	312310	Dores de Guanhães	MG	UGRH 3	SIM	382	100,00	382	1.622	3.601	5.223
11	312590	Ferros	MG	UGRH 3	SIM	1.089	100,00	1.089	3.141	7.696	10.837
12	312800	Guanhães	MG	UGRH 3		1.075	33,45	360		2.808	2.808
13	313170	Itabira	MG	UGRH 3		1.254	63,98	802		7.184	7.184
14	313280	Itambé do Mato Dentro	MG	UGRH 3	SIM	380	100,00	380	908	1.375	2.283
15	313610	Joanésia	MG	UGRH 3	SIM	233	100,00	233	2.062	3.363	5.425
16	314060	Materlândia	MG	UGRH 3		281	18,93	53		489	489
17	314170	Mesquita	MG	UGRH 3	SIM	275	100,00	275	3.401	2.668	6.069
18	314370	Morro do Pilar	MG	UGRH 3	SIM	478	100,00	478	2.581	818	3.399
19	314435	Naque	MG	UGRH 3	SIM	127	34,94	44	5.961	133	6.094
20	314750	Passabém	MG	UGRH 3	SIM	94	100,00	94	1.012	754	1.766
21	315680	Sabinópolis	MG	UGRH 3	SIM	920	58,95	542	9.227	3.818	13.045

Nº	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	UF	UGRH	SEDE NA UGRH	ÁREA (Km²)	% da área do município na UGRH	Área do município na UGRH (Km²)	População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010)		
									Urbana na sede	Rural	Total
22	315800	Santa Maria de Itabira	MG	UGRH 3	SIM	597	100,00	597	6.088	4.464	10.552
23	315895	Santana do Paraíso	MG	UGRH 3	SIM	276	73,19	202	9.051	13.331	22.382
24	316020	Santo Antônio do Itambé	MG	UGRH 3	SIM	306	100,00	306	1.230	2.905	4.135
25	316050	Santo Antônio do Rio Abaixo	MG	UGRH 3	SIM	107	100,00	107	888	889	1.777
26	316480	São Sebastião do Rio Preto	MG	UGRH 3	SIM	128	100,00	128	876	737	1.613
27	316610	Senhora do Porto	MG	UGRH 3	SIM	381	100,00	381	856	2.641	3.497
28	316650	Serra Azul de Minas	MG	UGRH 3		219	28,50	62		715	715
29	316710	Serro	MG	UGRH 3	SIM	1.218	54,38	662	10.496	5.622	16.118
TOTAL UGRH 4 SUAÇUI					41			21.549	422.039	182.211	604.250
1	310050	Açucena	MG	UGRH 4		815	56,83	463		4.399	4.399
2	310060	Água Boa	MG	UGRH 4	SIM	1.320	100,00	1.320	4.951	10.244	15.195
3	310110	Aimorés	MG	UGRH 4		1.349	11,64	157		1.224	1.224
4	311080	Campanário	MG	UGRH 4	SIM	442	100,00	442	2.651	913	3.564
5	311205	Cantagalo	MG	UGRH 4	SIM	142	100,00	142	2.479	1.716	4.195
6	311680	Coluna	MG	UGRH 4	SIM	348	100,00	348	3.814	5.210	9.024
7	311840	Conselheiro Pena	MG	UGRH 4		1.484	42,72	634		3.568	3.568
8	311920	Coroaci	MG	UGRH 4	SIM	576	100,00	576	3.690	6.580	10.270
9	312083	Cuparaque	MG	UGRH 4	SIM	227	100,00	227	2.989	1.691	4.680
10	312210	Divino das Laranjeiras	MG	UGRH 4	SIM	342	100,00	342	2.231	2.706	4.937
11	312220	Divinolândia de Minas	MG	UGRH 4	SIM	133	100,00	133	5.760	1.264	7.024
12	312675	Franciscópolis	MG	UGRH 4	SIM	717	100,00	717	2.060	3.740	5.800
13	312690	Frei Inocêncio	MG	UGRH 4	SIM	470	100,00	470	6.764	2.156	8.920
14	312695	Frei Lagonegro	MG	UGRH 4	SIM	168	100,00	167	618	2.711	3.329
15	312730	Galiléia	MG	UGRH 4	SIM	720	100,00	720	5.071	1.880	6.951
16	312737	Goiabeira	MG	UGRH 4	SIM	112	100,00	112	2.473	580	3.053
17	312750	Gonzaga	MG	UGRH 4	SIM	209	100,00	209	2.842	3.079	5.921
18	312770	Governador Valadares	MG	UGRH 4	SIM	2.342	92,35	2.163	244.716	17.522	262.238
19	312800	Guanhães	MG	UGRH 4	SIM	1.075	66,55	716	22.866	5.588	28.454
20	313270	Itambacuri	MG	UGRH 4	SIM	1.419	91,27	1.295	14.490	7.593	22.083
21	313410	Itueta	MG	UGRH 4		453	63,96	290		2.956	2.956
22	313507	Jampruca	MG	UGRH 4	SIM	517	100,00	517	2.938	2.129	5.067

Nº	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	UF	UGRH	SEDE NA UGRH	ÁREA (Km²)	% da área do município na UGRH	Área do município na UGRH (Km²)	População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010)		
									Urbana na sede	Rural	Total
23	313655	José Raydan	MG	UGRH 4	SIM	181	100,00	181	1.568	2.808	4.376
24	313920	Malacacheta	MG	UGRH 4	SIM	728	73,71	536	10.300	6.248	16.548
25	314010	Marilac	MG	UGRH 4	SIM	159	100,00	159	3.423	796	4.219
26	314060	Materlândia	MG	UGRH 4	SIM	281	81,07	227	2.011	2.095	4.106
27	317150	Mathias Lobato	MG	UGRH 4	SIM	172	100,00	172	3.060	310	3.370
28	314420	Nacip Raydan	MG	UGRH 4	SIM	233	100,00	233	1.979	1.175	3.154
29	314435	Naque	MG	UGRH 4		127	65,06	83		247	247
30	314840	Paulistas	MG	UGRH 4	SIM	221	100,00	221	2.303	2.615	4.918
31	314860	Peçanha	MG	UGRH 4	SIM	997	100,00	997	8.901	8.359	17.260
32	314995	Periquito	MG	UGRH 4	SIM	229	100,00	229	3.504	3.532	7.036
33	315430	Resplendor	MG	UGRH 4		1.082	88,51	958		5.665	5.665
34	315600	Rio Vermelho	MG	UGRH 4	SIM	987	95,42	941	4.912	8.333	13.245
35	315680	Sabinópolis	MG	UGRH 4		920	41,05	378		2.659	2.659
36	315750	Santa Efigênia de Minas	MG	UGRH 4	SIM	132	100,00	132	3.053	1.547	4.600
37	315820	Santa Maria do Suaçuí	MG	UGRH 4	SIM	624	100,00	624	8.776	5.619	14.395
38	316160	São Geraldo da Piedade	MG	UGRH 4	SIM	152	100,00	152	1.054	3.335	4.389
39	316165	São Geraldo do Baixo	MG	UGRH 4	SIM	281	100,00	281	2.288	1.198	3.486
40	316280	São João Evangelista	MG	UGRH 4	SIM	478	100,00	478	8.934	6.619	15.553
41	316300	São José da Safira	MG	UGRH 4	SIM	214	100,00	214	2.945	1.130	4.075
42	316350	São José do Jacuri	MG	UGRH 4	SIM	345	100,00	345	2.006	4.547	6.553
43	316410	São Pedro do Suaçuí	MG	UGRH 4	SIM	308	100,00	308	2.302	3.268	5.570
44	316450	São Sebastião do Maranhão	MG	UGRH 4	SIM	518	100,00	518	2.577	8.070	10.647
45	316550	Sardoá	MG	UGRH 4	SIM	142	100,00	142	1.997	3.597	5.594
46	316650	Serra Azul de Minas	MG	UGRH 4	SIM	219	71,50	156	1.710	1.795	3.505
47	317180	Virginópolis	MG	UGRH 4	SIM	440	100,00	440	6.208	4.364	10.572
48	317190	Virgolândia	MG	UGRH 4	SIM	281	100,00	281	2.825	2.833	5.658
TOTAL UGRH 5 CARATINGA					25			6.684	189.780	94.567	284.347
1	310180	Alpercata	MG	UGRH 5	SIM	167	100,00	167	3.882	3.290	7.172
2	310220	Alvarenga	MG	UGRH 5		278	3,82	11		89	89
3	310780	Bom Jesus do Galho	MG	UGRH 5		592	15,31	91		1.451	1.451
4	310925	Bugre	MG	UGRH 5	SIM	162	100,00	162	1.531	2.461	3.992

Nº	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	UF	UGRH	SEDE NA UGRH	ÁREA (Km²)	% da área do município na UGRH	Área do município na UGRH (Km²)	População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010)		
									Urbana na sede	Rural	Total
5	311265	Capitão Andrade	MG	UGRH 5	SIM	279	100,00	279	3.573	1.352	4.925
6	311340	Caratinga	MG	UGRH 5	SIM	1.259	46,39	584	61.397	11.060	72.457
7	311840	Conselheiro Pena	MG	UGRH 5	SIM	1.484	42,81	635	13.890	3.575	17.465
8	312250	Dom Cavati	MG	UGRH 5	SIM	60	100,00	60	4.607	602	5.209
9	312370	Engenheiro Caldas	MG	UGRH 5	SIM	187	100,00	187	6.530	3.750	10.280
10	312385	Entre Folhas	MG	UGRH 5	SIM	85	51,05	44	3.889	657	4.546
11	312580	Fernandes Tourinho	MG	UGRH 5	SIM	152	100,00	152	1.791	1.239	3.030
12	312770	Governador Valadares	MG	UGRH 5		2.342	7,65	179		1.451	1.451
13	312930	Iapu	MG	UGRH 5	SIM	341	100,00	341	6.490	3.825	10.315
14	313055	Imbé de Minas	MG	UGRH 5	SIM	197	100,00	197	2.046	4.378	6.424
15	313090	Inhapim	MG	UGRH 5	SIM	858	80,33	689	10.644	10.965	21.609
16	313115	Ipaba	MG	UGRH 5	SIM	113	100,00	113	13.568	3.140	16.708
17	313320	Itanhomi	MG	UGRH 5	SIM	489	100,00	489	7.926	3.930	11.856
18	315015	Piedade de Caratinga	MG	UGRH 5	SIM	109	100,00	109	4.602	2.508	7.110
19	315430	Resplendor	MG	UGRH 5		1.082	1,41	15		90	90
20	315725	Santa Bárbara do Leste	MG	UGRH 5	SIM	107	100,00	107	3.974	3.708	7.682
21	315935	Santa Rita de Minas	MG	UGRH 5	SIM	68	100,00	68	4.774	1.773	6.547
22	316095	São Domingos das Dores	MG	UGRH 5	SIM	61	100,00	61	2.578	2.830	5.408
23	316260	São João do Oriente	MG	UGRH 5	SIM	120	100,00	120	5.581	2.293	7.874
24	316447	São Sebastião do Anta	MG	UGRH 5	SIM	81	100,00	81	4.210	1.529	5.739
25	316770	Sobralia	MG	UGRH 5	SIM	207	100,00	207	3.507	2.323	5.830
26	316840	Tarumirim	MG	UGRH 5	SIM	732	100,00	732	5.345	8.948	14.293
27	316950	Tumiritinga	MG	UGRH 5	SIM	500	100,00	500	3.238	3.055	6.293
28	317005	Ubaporanga	MG	UGRH 5	SIM	189	100,00	189	5.436	6.604	12.040
29	317057	Vargem Alegre	MG	UGRH 5	SIM	117	100,00	117	4.771	1.690	6.461
TOTAL UGRH 6 MANHUAÇU					23			9.191	171.983	149.111	321.094
1	310110	Aimorés	MG	UGRH 6	SIM	1.349	88,36	1.192	14.447	9.288	23.735
2	315350	Alto Jequitibá	MG	UGRH 6	SIM	152	100,00	152	3.887	4.431	8.318
3	310220	Alvarenga	MG	UGRH 6	SIM	278	96,18	268	2.119	2.236	4.355
4	311340	Caratinga	MG	UGRH 6		1.259	39,31	495		9.372	9.372
5	311600	Chalé	MG	UGRH 6	SIM	213	100,00	213	2.421	3.224	5.645

Nº	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	UF	UGRH	SEDE NA UGRH	ÁREA (Km²)	% da área do município na UGRH	Área do município na UGRH (Km²)	População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010)		
									Urbana na sede	Rural	Total
6	311740	Conceição de Ipanema	MG	UGRH 6	SIM	254	100,00	254	1.523	2.933	4.456
7	311840	Conselheiro Pena	MG	UGRH 6		1.484	14,47	215		1.209	1.209
8	312352	Durandé	MG	UGRH 6	SIM	217	100,00	217	2.481	4.942	7.423
9	313090	Inhapim	MG	UGRH 6		858	19,67	169		2.685	2.685
10	313120	Ipanema	MG	UGRH 6	SIM	457	100,00	457	14.200	3.970	18.170
11	313410	Itueta	MG	UGRH 6	SIM	453	36,04	163	1.208	1.666	2.874
12	313770	Lajinha	MG	UGRH 6	SIM	432	92,38	399	10.394	8.513	18.907
13	313867	Luisburgo	MG	UGRH 6	SIM	145	100,00	145	1.836	4.398	6.234
14	313940	Manhuaçu	MG	UGRH 6	SIM	628	68,78	432	50.694	19.864	70.558
15	313950	Manhumirim	MG	UGRH 6	SIM	183	100,00	183	17.043	4.339	21.382
16	314053	Martins Soares	MG	UGRH 6	SIM	113	100,00	113	1.993	5.180	7.173
17	314400	Mutum	MG	UGRH 6	SIM	1.251	100,00	1.251	10.575	16.086	26.661
18	315190	Pocrane	MG	UGRH 6	SIM	691	100,00	691	4.283	4.703	8.986
19	315415	Reduto	MG	UGRH 6	SIM	152	100,00	152	3.648	2.921	6.569
20	315430	Resplendor	MG	UGRH 6	SIM	1.082	10,08	109	10.689	645	11.334
21	315950	Santa Rita do Itueto	MG	UGRH 6	SIM	485	100,00	485	1.383	4.314	5.697
22	315890	Santana do Manhuaçu	MG	UGRH 6	SIM	347	100,00	347	3.766	4.816	8.582
23	316255	São João do Manhuaçu	MG	UGRH 6	SIM	143	100,00	143	4.806	5.439	10.245
24	316360	São José do Mantimento	MG	UGRH 6	SIM	55	100,00	55	1.449	1.143	2.592
25	316760	Simonésia	MG	UGRH 6	SIM	487	100,00	487	5.733	12.565	18.298
26	316805	Taparuba	MG	UGRH 6	SIM	193	100,00	193	1.405	1.732	3.137
27	320245	Ibatiba	ES	UGRH 6		241	12,04	29		1.082	1.082
28	320300	Iúna	ES	UGRH 6		461	39,61	183		5.415	5.415
TOTAL UGRH 7 GUANDU					4			2.473	37.723	43.432	81.155
1	320010	Afonso Cláudio	ES	UGRH 7	SIM	955	94,87	906	13.128	17.041	30.169
2	320080	Baixo Guandu	ES	UGRH 7	SIM	918	71,70	658	20.972	5.814	26.786
3	320115	Brejetuba	ES	UGRH 7	SIM	343	100,00	343	1.989	9.926	11.915
4	320150	Colatina	ES	UGRH 7		1.423	2,09	30		328	328
5	320270	Itaguaçu	ES	UGRH 7		530	14,90	79		1.090	1.090
6	320290	Itarana	ES	UGRH 7		299	0,59	2		40	40
7	320316	Laranja da Terra	ES	UGRH 7	SIM	457	100,00	457	1.634	9.192	10.826

Nº	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	UF	UGRH	SEDE NA UGRH	ÁREA (Km²)	% da área do município na UGRH	Área do município na UGRH (Km²)	População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010)		
									Urbana na sede	Rural	Total
TOTAL UGRH 8 SANTA MARIA DO DOCE					3			3.066	63.953	45.290	109.243
1	320010	Afonso Cláudio	ES	UGRH 8		955	5,13	49		922	922
2	320150	Colatina	ES	UGRH 8		1.423	43,61	621	48.037	6.853	54.890
3	320250	Ibiraçu	ES	UGRH 8		200	3,65	7		104	104
4	320270	Itaguaçu	ES	UGRH 8	SIM	530	85,10	451	6.818	6.226	13.044
5	320290	Itarana	ES	UGRH 8	SIM	299	99,41	297	4.095	6.746	10.841
6	320313	João Neiva	ES	UGRH 8		273	64,95	177		3.170	3.170
7	320320	Linhares	ES	UGRH 8		3.502	18,35	643		5.899	5.899
8	320460	Santa Teresa	ES	UGRH 8		695	68,81	478		9.101	9.101
9	320495	São Roque do Canaã	ES	UGRH 8	SIM	342	100,00	342	5.003	6.270	11.273
TOTAL UGRH 9 SÃO JOSÉ					13			9.750	246.644	140.525	387.169
1	320013	Águia Branca	ES	UGRH 9	SIM	450	100,00	450	2.812	6.707	9.519
2	320035	Alto Rio Novo	ES	UGRH 9	SIM	228	100,00	228	3.503	3.814	7.317
3	320080	Baixo Guandu	ES	UGRH 9		918	28,30	260		2.295	2.295
4	320150	Colatina	ES	UGRH 9	SIM	1.423	54,29	773	48.037	8.531	56.568
5	320225	Governador Lindenberg	ES	UGRH 9	SIM	360	100,00	360	2.406	8.463	10.869
6	320305	Jaguaré	ES	UGRH 9	SIM	656	96,74	635	13.255	11.051	24.306
7	320320	Linhares	ES	UGRH 9	SIM	3.502	72,52	2.539	109.157	23.314	132.471
8	320330	Mantenópolis	ES	UGRH 9		321	42,44	136		3.180	3.180
9	320335	Marilândia	ES	UGRH 9	SIM	309	100,00	309	5.316	5.791	11.107
10	320390	Nova Venécia	ES	UGRH 9		1.448	11,02	160		1.763	1.763
11	320400	Pancas	ES	UGRH 9	SIM	823	100,00	824	7.390	14.158	21.548
12	320435	Rio Bananal	ES	UGRH 9	SIM	646	100,00	646	5.906	11.624	17.530
13	320465	São Domingos do Norte	ES	UGRH 9	SIM	300	100,00	300	3.437	4.564	8.001
14	320470	São Gabriel da Palha	ES	UGRH 9	SIM	433	100,00	433	24.012	7.847	31.859
15	320490	São Mateus	ES	UGRH 9		2343	27,40	642		11.162	11.162
16	320501	Sooretama	ES	UGRH 9	SIM	593	100,00	593	16.873	6.970	23.843
17	320517	Vila Valério	ES	UGRH 9	SIM	464	100,00	464	4.540	9.290	13.830
TOTAL BACIA DO DOCE					211			86.736	2.164.075	1.266.598	3.430.673

FONTE: Dados espaciais do PIRH Doce adaptados pela ANA/Gegeo a partir dos limites municipais do último Censo 2010 do IBGE.

NOTAS:

- 1) Para o contorno da integralidade da bacia do rio Doce bem como para os limites internos das Unidades de Gestão de Recursos Hídricos (UGRHs) foram adotados os polígonos constantes do PIRH, cuja escala foi considerada de compatibilidade adequada a esse trabalho.
- 2) Em relação aos contornos municipais foi feita atualização para os limites definidos pelo IBGE no último Censo 2010.
- 3) Foram considerados integrantes da bacia os municípios cujo percentual corresponde ao valor mínimo de 2% da área de seu território. Internamente na bacia foram mantidos todos os valores dos percentuais por UGRH.
- 4) Para fins da aplicação dos recursos da cobrança, a bacia hidrográfica do rio Doce contempla 9 unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRHs), sendo 6 em MG correspondentes respectivamente às UGRH1 Piranga; UGRH2 Piracicaba; UGRH3 Santo Antônio; UGRH4 Suaçuí; UGRH5 Caratinga e UGRH6 Manhuaçu; e 3 no ES correspondentes respectivamente às UGRH7 Guandu; UGRH8 Santa Maria do Doce e UGRH9 São José.
- 5) Para fins de cálculo, foi contabilizada para a UGRH a população urbana da sede do município e a população rural, computada proporcionalmente à área do município em cada unidade.
- 6) Quando localizada em mais de uma UGRH, a sede municipal foi posicionada de acordo com a informação geográfica disponibilizada pelo IBGE.
- 7) No caso de Resplendor, cuja sede municipal é cortada em partes praticamente iguais pelo rio Doce, a população urbana foi igualmente dividida entre as UGRHs 4 Suaçuí e 6 Manhuaçu, sendo a sede locada na UGRH 6 de acordo com a posição geográfica do IBGE.
- 8) No caso de Colatina, cuja sede municipal é cortada em partes praticamente iguais pelo rio Doce, a população urbana foi igualmente dividida entre as UGRHs 8 Santa Maria do Doce e 9 São José, sendo a sede locada na UGRH 8 de acordo com a posição geográfica do IBGE.

APÊNDICE III

ANÁLISE DA VULNERABILIDADE DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE

Na bacia do Rio Doce, a modelagem de vulnerabilidade indicou áreas com alta e média vulnerabilidade, as quais totalizam 15 mil km² (17% da área total), representadas na Figura 1.

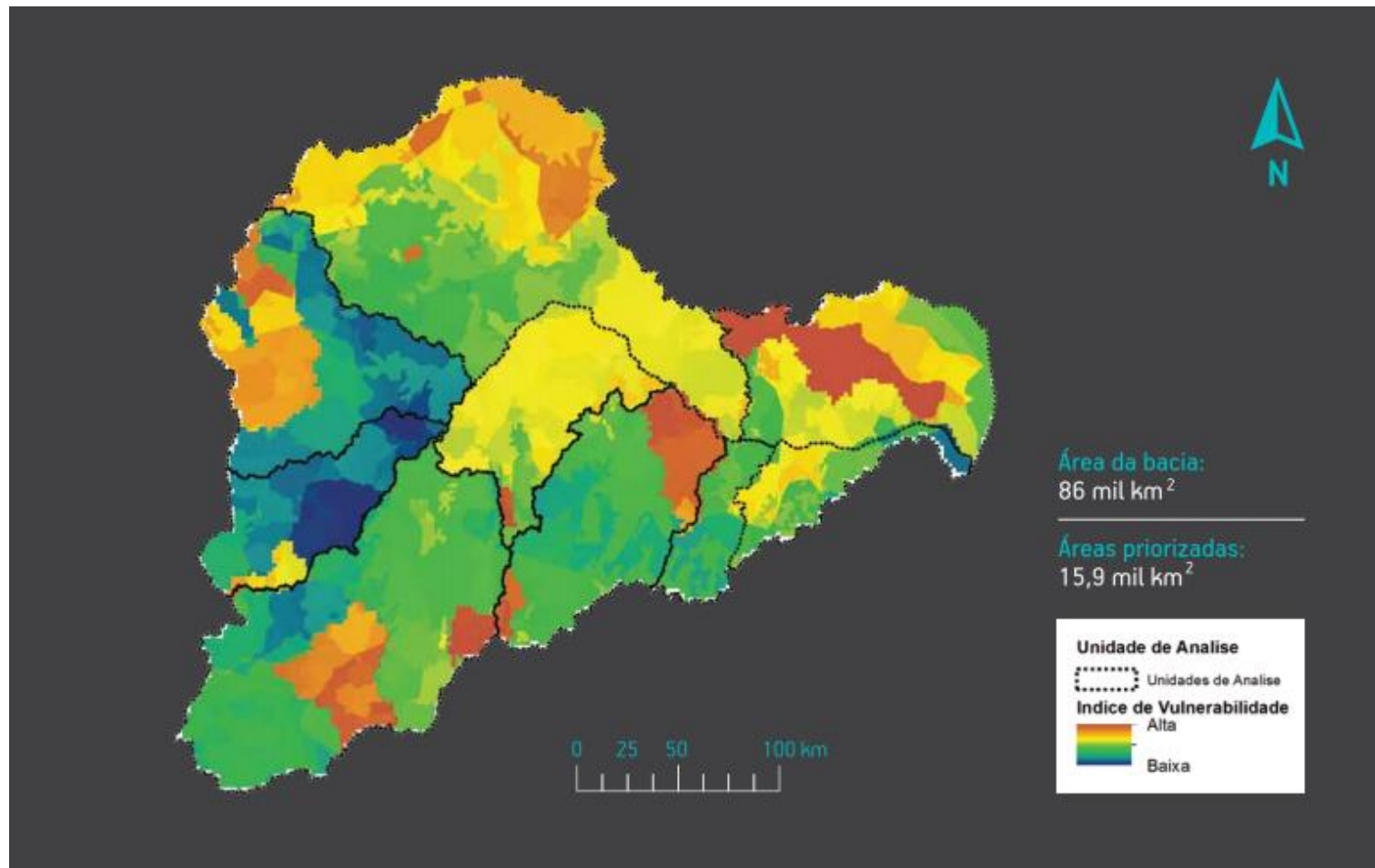
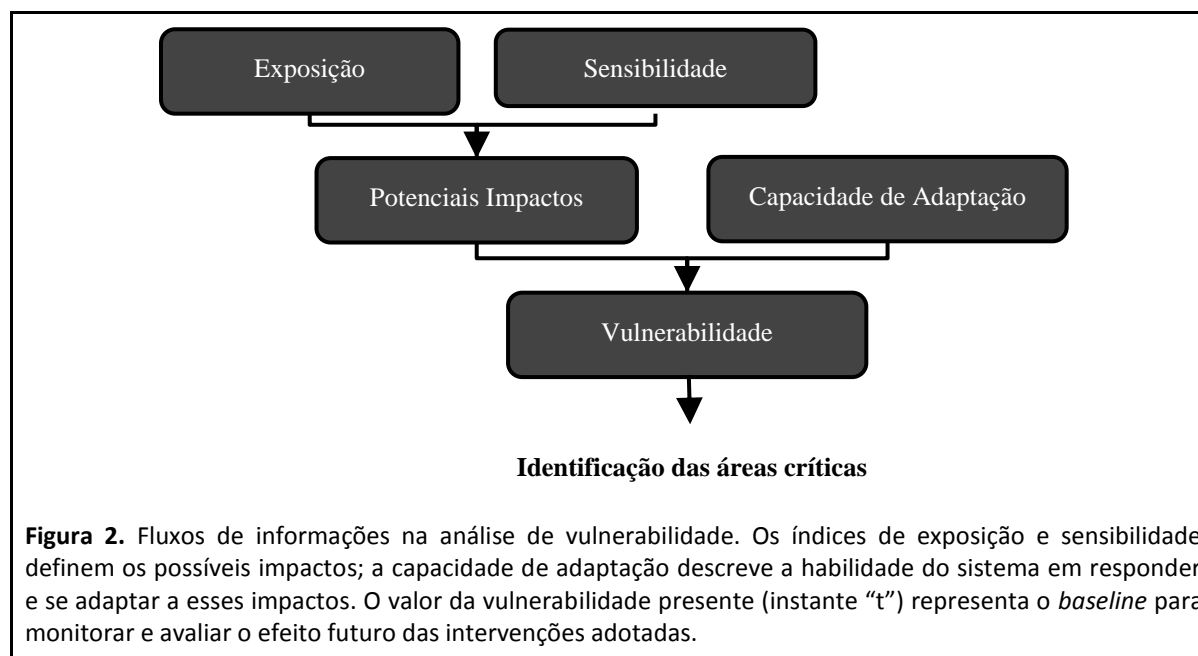


Figura 1. Mapa de vulnerabilidade da Bacia Hidrográfica do Rio Doce

A análise de vulnerabilidade para a Bacia do Rio Doce considerou a metodologia adotada pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas – IPCC. Nesta metodologia, o índice de vulnerabilidade de um sistema integra todas as informações contidas nos índices de exposição, sensibilidade e capacidade de adaptação (Figura 2).



Aplicando-se a metodologia do IPCC no contexto de uma bacia hidrográfica, busca-se compreender o efeito das variações climáticas, do uso e ocupação do solo e das dinâmicas socioeconômicas na disponibilidade de água da Bacia, permitindo assim a identificação de áreas prioritárias.

Uma vez definidas as áreas prioritárias, as políticas públicas e os investimentos do setor privado podem ser estabelecidos e dimensionados, com base em parâmetros técnicos monitoráveis, com o objetivo de aumentar a resiliência destas áreas.

A tabela abaixo apresenta os componentes utilizados na análise de vulnerabilidade da bacia do Rio Doce.

Tabela 1 - Componentes da Análise de Vulnerabilidade da Bacia do Rio Doce

Componente	Indicador	Unidade	Fonte
Exposição	Precipitação	mm/ano	INMET, INPE-CPTEC
Sensibilidade	Uso e cobertura do solo	ha	PIRH Doce
	Demanda hídrica (outorgas)	m ³ /s	ANA, IGAM (MG), AGERH (ES)
	Vazão de referência (Q _{7,10} em MG e Q ₉₀ em ES)	m ³ /s	IGAM (MG), AGERH (ES)
	Biodiversidade (unidades de conservação)	ha	MMA
Impactos	Déficit hídrico	m ³ /s	Calculado por IBIO ⁴
	Índice de secas	meses por ano	INMET
	Suscetibilidade à erosão	ha	PIRH Doce
	Desertificação	ha	Programa PAN BRASIL
Capacidade Adaptativa	IDH - Índice de Desenvolvimento Humano	-	IBGE
	Cobrança pelo Uso da Água	% total da bacia	ANA, IGAM

Importante ressaltar que as componentes da análise de vulnerabilidade estão alinhadas com os critérios de priorização de áreas do PAP, conforme indicado na tabela abaixo:

⁴ Balanço considerado negativo quando valor outorgado supera 50% da vazão de referência do trecho do qual se capta água.

Critérios de priorização do PAP	Componentes da Análise de Vulnerabilidade
Áreas onde há intensa erosão do solo.	Suscetibilidade à erosão Desertificação
Áreas cujas nascentes se caracterizam como manancial de abastecimento público.	Déficit Hídrico
Áreas de cabeceiras de cursos d'água, no sentido da nascente para a foz.	Déficit Hídrico
Áreas no entorno de unidades de conservação.	Unidades de Conservação
Regiões com ocorrência de eventos críticos de seca com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia.	Déficit Hídrico Índice de Secas
Áreas com inserção ou proximidade de arranjos institucionais favoráveis a efetivar as parcerias para desenvolvimento do programa.	IDH Recursos da Cobrança do Uso da Água
Visita a campo para avaliação das condições e análise da proposta de recuperação.	-

Assim como o PIRH-Doce, o resultado da análise de vulnerabilidade não apresenta uma escala apropriada para o planejamento de ações e programas específicos. Deve-se complementar a análise de vulnerabilidade com outras avaliações territoriais mais finas, como as que o IBIO já vem realizando para algumas das áreas priorizadas.

Entretanto, o mapa de vulnerabilidade da Bacia do Rio Doce se apresenta como um documento de grande potencial para construção de arranjos institucionais capazes de mobilizar os principais atores da bacia e canalizar a aplicação de instrumentos financeiros e técnicos para as áreas priorizadas.

APÊNDICE IV

DISTRIBUIÇÃO DO RECURSO DA COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA (UNIÃO) PARA OS PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS P12 E P52 E PARA O PROGRAMA DE SANEAMENTO P42, POR UGRH

UGRH	Opções de Distribuição do Recurso da Cobrança pelo Uso da Água (Federal)					
	equitativa (eq)	latu	lacu	lm	lcn	50% eq + 50% lcn
1. Piranga	11,11%	20,27%	15,60%	17,93%	13,79%	12,45%
2. Piracicaba	11,11%	6,55%	0,81%	3,68%	0,00%	5,56%
3. Sto Antônio	11,11%	12,40%	9,44%	10,92%	9,86%	10,49%
4. Suaçuí	11,11%	24,84%	29,90%	27,37%	30,61%	20,86%
5. Caratinga	11,11%	7,71%	10,26%	8,98%	9,47%	10,29%
6. Manhuaçu	11,11%	10,60%	10,21%	10,40%	11,19%	11,15%
7. Guandu	11,11%	2,85%	1,17%	2,01%	2,44%	6,77%
8. Sta Maria do Do	11,11%	3,53%	2,97%	3,25%	3,93%	7,52%
9. São José	11,11%	11,24%	19,65%	15,45%	18,70%	14,90%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

latu = Índice área total da UGRH = (área da UGRH / área da Bacia Rio Doce)

lacu = Índice área crítica da UGRH = (área crítica ponderada da UGRH / área crítica ponderada da Bacia do Rio Doce)

lm = Índice média áreas e crítica = (latu + lacu) / 2

Ves = valor da cobrança pelo uso da água Estadual da UGRH

Vemax = valor da cobrança pelo uso da água Estadual Máximo entre as UGRHs

Icobest = Índice cobrança estadual = 1 - (Ves / Vemax)

lc = Índice composto = lm * Icobest

lcn = Índice composto normalizado = lc * (1 / (Somatório de todos lc))

PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES DO CBH-CARATINGA - JANEIRO A DEZEMBRO/2018													
	2018												Observações
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
DIRETORIA DO CBH-CARATINGA													
Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias).	x		x		x		x		x		x		Previsão de 6 reuniões no período, uma a cada dois meses. As reuniões ordinárias serão sempre nas últimas quintas-feiras.
Participação nas Reuniões do Fórum Mineiro de CBH.													As reuniões geralmente ocorrem a cada dois meses, conforme calendário a ser definido pelo IGAM
Participação no Fórum Mundial da Água			X										O Fórum será realizado em Brasília/DF, no mês de março
Participação no ENCOB.							X						O ENCOB será realizado em Florianópolis/SC, em agosto de 2018.
Viabilização da participação dos membros na CTI.													As reuniões da CTI geralmente são realizadas trimestralmente. O calendário de 2018 ainda não foi definido.
Participação na articulação junto aos Governos Federal e de Minas Gerais para tratar de temas relacionados à gestão de recursos hídricos e captação de recursos adicionais à cobrança para implementação dos Programas do PAP-Doce.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Ação contínua da Diretoria.
Acompanhamento e discussão do Programa de Comunicação, com ênfase na implementação do plano de comunicação.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Ação entre CBH, IBIO - AGB Doce, IGAM
Realização de Eventos/Seminários.													Eventos realizados, conforme demanda, em datas estratégicas.
Estruturação Física, Administrativa e Técnica do Comitê e Normatização de suas Atividades;	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Ação contínua e articulação com instituições da bacia com vistas ao apoio na estruturação do Comitê
Treinamento dos membros do Comitê, junto ao IBIO, sobre os procedimentos administrativos da entidade, em especial relacionados à concessão de diárias conforme DN 46 e capacitação para os conselheiros sobre gestão de recursos hídricos.													Ação entre CBH, IGAM e IBIO - AGB Doce.
Ações de mobilização e articulação da Diretoria relacionadas às competências do CBH.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Ação contínua da Diretoria.
Acompanhamento da implementação dos programas previstos no Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Ação contínua
CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL - CTIL													
Reuniões		x				x				x			Reunião conforme demanda ou antes de cada Plenária.
Eleição Presidente e Relator													O mandato da presidência e relatoria das CTs é de 1 ano. Verificar calendário.
Acompanhamento da implementação dos programas prioritários do PIRH no Plano de Aplicação Plurianual.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Ação contínua.
CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS - CTOC													
Reuniões		x				x				x			Reunião conforme demanda ou antes de cada Plenária.
Análise de procedimento para análise de pedidos de outorga encaminhados aos CBHs													Ação que será realizada junto ao IBIO.
Eleição Presidente e Relator		x											O mandato da presidência e relatoria das CTs é de 1 ano. Verificar calendário.
Acompanhamento da implementação dos programas prioritários do PIRH no Plano de Aplicação Plurianual.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Ação contínua.
CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO - CTPLANO													
Reuniões		x		x		x		x		x		x	Reunião conforme demanda ou antes de cada Plenária.
Análise de editais de chamamento e termos de referência para contratação dos serviços para atendimento aos programas do PAP.		x		x		x		x		x		x	Discussão de critérios de hierarquização, seleção de áreas e especificações técnicas.
Eleição Presidente e Relator		x											O mandato da presidência e relatoria das CTs é de 1 ano. Verificar calendário.
Acompanhamento da implementação dos programas prioritários do PIRH no Plano de Aplicação Plurianual.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Ação contínua.
CÂMARA TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO, NIVELAMENTO E INFORMAÇÃO - CTCNI													
Reuniões		x				x				x			Reunião conforme demanda ou antes de cada Plenária.
Eleição Presidente e Relator		x											O mandato da presidência e relatoria das CTs é de 1 ano. Verificar calendário.
Acompanhamento da implementação dos programas prioritários do PIRH no Plano de Aplicação Plurianual.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Ação contínua. Programas prioritários do PIRH.

**RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES
EXECUTADAS COM OS RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO
DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO
CARATINGA**

01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019

CONTRATO DE GESTÃO 001/IGAM/2017

FEVEREIRO DE 2020

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
LISTA DE FIGURAS	4
LISTA DE TABELAS	5
1. APRESENTAÇÃO	6
2. QUALIDADE DA ÁGUA	7
2.1. (P11) - PROGRAMA DE SANEAMENTO DA BACIA	7
2.2. <i>Descrição</i>	7
2.3. <i>Contratações e Resultados</i>	7
2.4. <i>Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP</i>	7
2.5. <i>Principais Deficiências e Dificuldades</i>	8
3. QUALIDADE DA ÁGUA	10
3.1. (P12) - PROGRAMA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES GERADORAS DE SEDIMENTOS.....	10
3.2. <i>Descrição</i>	10
3.3. <i>Contratações e Resultados</i>	11
3.4. <i>Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP</i>	16
<i>Principais Deficiências e Dificuldades</i>	18
3.5.....	18
4. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO	19
4.1. (P41) - PROGRAMA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO.....	19
4.2. <i>Descrição</i>	19
4.3. <i>Contratações e Resultados</i>	20
4.4. <i>Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP</i>	21
4.5. <i>Principais Deficiências e Dificuldades</i>	23
5. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO	25
5.1. (P42) - PROGRAMA DE EXPANSÃO DE SANEAMENTO RURAL.....	25
5.2. <i>Descrição</i>	25
5.3. <i>Contratações e Resultados</i>	26
5.4. <i>Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP</i>	26
5.5. <i>Principais Deficiências e Dificuldades</i>	27
6. INCREMENTO DE ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS	28
6.1. (P52) - PROGRAMA DE RECOMPOSIÇÃO DE APPS E NASCENTES	28
6.2. <i>Descrição</i>	28
6.3. <i>Contratações e Resultados</i>	29
6.4. <i>Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP</i>	30
6.5. <i>Principais Deficiências e Dificuldades</i>	32
7. IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	33
7.1. (P61.2) FORTALECIMENTO DOS COMITÊS	33
7.2. <i>Descrição</i>	33

7.3.	<i>Contratações e Resultados</i>	33
7.4.	<i>Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP</i>	33
7.5.	<i>Principais Deficiências e Dificuldades</i>	34
7.6.	(P61.1) – SUBPROGRAMA DE CADASTRAMENTO E MANUTENÇÃO DO CADASTRO DOS USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA35	
7.7.	<i>Descrição</i>	35
7.8.	<i>Contratações e Resultados</i>	35
7.9.	<i>Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP</i>	37
7.10.	<i>Principais Deficiências e Dificuldades</i>	39
8.	AÇÃO TRANSVERSAL	40
8.1.	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (COM E SEM MOTORISTA)	40
8.1.1.	<i>Descrição</i>	40
8.1.2.	<i>Contratações e Resultados</i>	40
8.1.3.	<i>Principais Deficiências e Dificuldades</i>	42
8.2.	EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS	43
8.2.1.	<i>Descrição</i>	43
8.2.2.	<i>Contratações e Resultados</i>	44
8.2.3.	<i>Principais Deficiências e Dificuldades</i>	46
9.	RECOMENDAÇÕES PARA ACELERAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PIRH-DOCE	47
9.1.	ARRANJO INSTITUCIONAL	47
9.2.	UNIFICAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO	48

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos municípios contemplados com o Rio Vivo.....	12
Figura 2 – Municípios atendidos pelo Programa P41.....	21
Figura 3 – 39ª Reunião Ordinária do CBH-Manhuaçu.....	42
Figura 4 – 20ª Reunião Extraordinária do CBH-Piracicaba.....	43
Figura 5 - Encontro Nacional de Comitês em Foz do Iguaçu/PR – outubro/2019.....	45
Figura 6 - Encontro Nacional de Comitês em Foz do Iguaçu/PR – outubro/2019.....	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 com recursos de MG para serem alocados ao Programa P11	8
Tabela 2 – Listagem dos municípios a serem contemplados com o Rio Vivo.	12
Tabela 3 – Lotes, Número de Municípios e Cota de Imóveis Rurais Contemplados com as Ações do Rio Vivo.....	13
Tabela 4 – Produtos Componentes do Escopo do Rio Vivo.	14
Tabela 5 – Atos Convocatórios para contratação de Empresas de Diagnósticos e Projetos nas UGRHs 1, 2, 3 e 4.	15
Tabela 6 – Atos Convocatórios para contratação de Empresas Fiscalizadoras nas UGRHs 1, 2, 3 e 4..	15
Tabela 7 – Situação dos Contratos das empresas de Diagnósticos e Projetos nas UGRHs 1, 2, 3 e 4. .	15
Tabela 8 – Situação dos Contratos das empresas Fiscalizadoras nas UGRHs 1, 2, 3 e 4.....	16
Tabela 9 – Valor Previstos no PAP 2016/2010 com recursos de MG a serem alocados ao Programa P12.....	16
Tabela 10 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 com recursos de MG a serem alocados ao Programa P41.....	22
Tabela 11 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 com recursos de MG a serem alocado no Programa P41 (SAA).....	23
Tabela 12 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 com recursos de MG para serem alocados ao Programa P42.....	26
Tabela 13 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 com recursos de MG para serem alocado ao Programa P52.....	31
Tabela 14 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pelo IGAM para serem alocados ao Programa P61.2	34
Tabela 15 – Contribuição (Rateio) de cada Comitê Afluente Mineiro para a execução do PROURGAS36	
Tabela 16 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 com recursos de MG para serem alocados ao Programa P61.1.....	38

1. APRESENTAÇÃO

Neste relatório são apresentadas informações sobre cada um dos programas de investimentos previsto para a Bacia Hidrográfica do **Rio Caratinga** a serem realizados com os recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia.

Estes programas estão previstos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - PIRH e foram priorizados pelos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Doce no documento chamado Plano de Aplicação Plurianual - PAP.

Os programas estão agrupados por temas, assim como proposto no PIRH. Para cada programa é apresentada uma breve descrição sobre os objetivos de cada um, assim como a motivação para incluir este programa como um dos principais a serem executados na bacia. Também são apresentadas as contratações realizadas em cada um destes programas, os resultados gerados por estas contratações, uma análise sobre os recursos financeiro inicialmente previstos para cada um dos programas do PAP e os investimentos realizados pelo IBIO. Esta análise faz um comparativo entre os investimentos previsto e realizados em 2019.

Apresentamos as principais dificuldades encontradas para executar cada programa, objetivando a melhoria na atuação da Entidade Equiparada. Também estão sendo apresentadas as deficiências que foram identificadas na forma como inicialmente se pensou que cada programa poderia ser executado.

2. QUALIDADE DA ÁGUA

2.1. (P11) - Programa de Saneamento da Bacia

2.2. Descrição

Um fator bastante importante na queda da qualidade da água da Bacia do Rio Doce diz respeito aos lançamentos de esgotos, nesse sentido, o Programa de Saneamento envolve ações de coleta e tratamento de esgotos domésticos dos núcleos populacionais que causam impacto mais significativo sobre a qualidade das águas dos principais cursos d'água da bacia, considerando a população atingida e, principalmente, a vazão de diluição da carga orgânica lançada.

As UGRHs 1 e 2 representam metade da DBO produzida na bacia, seguidas em importância da UGRH4. As UGRHs com menor participação são as do Espírito Santo e, na parte mineira da bacia, a UGRH3. Além disso, em determinados trechos, a bacia apresenta altos índices de coliformes termotolerantes, indicando a contaminação por efluentes não tratados. Quanto à cobertura com sistemas de esgotamento sanitário, várias bacias apresentam índices inferiores à média estadual.

De maneira geral, o Programa é composto por projetos e implantação de estruturas de coleta e tratamento do esgoto doméstico nos núcleos urbanos, com o objetivo de melhoria gradativa da qualidade da água na bacia, com redução de índices de DBO e de coliformes fecais e totais.

2.3. Contratações e Resultados

No exercício de 2019 não houveram contratações para o Programa de Saneamento da Bacia – P11.

2.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Em outubro de 2015 o CBH-Caratinga aprovou a Deliberação Normativa nº 02 e em dezembro do mesmo ano o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 48, que instituiu o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020. Conforme as referidas Deliberações e as que as alteram¹, os recursos foram distribuídos da seguinte maneira:

- **Recursos Federais** nas nove Unidades Estaduais de Gestão de Recursos Hídricos (UGRH), dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, para os Programas Hidroambientais, Programas de Saneamento e para Programas Transversais.
- **Recursos Estaduais** nas seis UGRH de MG – Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu.

¹ Em 10 de dezembro de 2019 o CBH-Doce através da Deliberação Normativa nº 81 alterou a Deliberação nº 48/2015 que instituiu o Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Doce para o período de 2016 a 2020. Porém as alterações foram relacionadas aos recursos federais, não havendo desta forma, nenhuma alteração no PAP 2016/2020 com recursos estaduais, relacionado ao Contrato de Gestão IGAM nº 001/2017.

Na tabela abaixo apresentamos os valores previstos no PAP 2016/2020 para o Programa de Saneamento na Bacia (P11) com recursos estaduais.

Tabela 1 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 com recursos de MG para serem alocados ao Programa P11

Recursos Repassados pelo IGAM	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Saneamento da Bacia (P11) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	600,00	700,00	0,00	700,00	0,00	2000,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Programa de Saneamento da Bacia (P11) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	500,00	1000,00	1000,00	1000,00	0,00	3500,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Programa de Saneamento da Bacia (P11) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	250,00	0,00	250,00	0,00	250,00	750,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Total de Investimentos Previstos	1350,00	1700,00	1250,00	1700,00	250,00	6250,00
Total de Investimentos Realizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Conforme apresentado na tabela acima, ainda não foi realizado nenhum investimento no âmbito do Programa P11. A implementação do referido programa, por meio da contratação da elaboração de Projetos de Esgotamento Sanitário, estava prevista para ocorrer de forma conjunta com a contratação dos Projetos de Otimização de Sistemas de Abastecimento de Água, previstos no P41. Essa implementação conjunta estava sendo planejada para ocorrer tanto com os recursos federais quanto com os recursos estaduais. Entretanto, cabe ressaltar que nem todo CBH mineiro alocou recursos estaduais para esses programas, desse modo, seriam contemplados exclusivamente com recursos federais.

2.5. Principais Deficiências e Dificuldades

Em 2018, o IBIO passou por um complexo processo de reestruturação da equipe e de insegurança financeira, fatos que reduziram drasticamente a capacidade operacional da entidade, surgindo, assim, as dificuldades para sequência da implementação das ações de contratação das empresas especializadas para a elaboração dos projetos de Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES).

A incerteza quando aos repasses do estado de Minas Gerais e a suspensão dos recursos adicionais da ANA para os próximos anos obrigaram a entidade a adotar medidas severas, culminando com a desmobilização de 08 (oito) funcionários. Ademais, ao final do ano de 2018, houve o encerramento

das atividades do IBIO Matriz, cuja sede era localizada no Rio de Janeiro e as atividades, alheias ao Contrato de Gestão, eram financiadas com recursos de natureza privada.

Diante dessa situação, tornou-se necessário reorganizar a estrutura da instituição, sobretudo no que se refere à recomposição dos conselhos (administrativo e fiscal), considerando que os mantenedores manifestaram desinteresse na continuidade dos trabalhos como Entidade Equiparada. No entanto, **as perspectivas de reestruturação não obtiveram êxito, inviabilizando novas contratações.**

3. QUALIDADE DA ÁGUA

3.1. (P12) - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos

3.2. Descrição

Um fator bastante importante na queda da qualidade da água da Bacia do Rio Doce diz respeito aos sedimentos carregados para os corpos hídricos da Bacia, relacionado ao tipo de uso do solo dominante na região. A bacia apresenta altos índices de sólidos suspensos ou depositados nos cursos d'água, além de processos importantes de erosão laminar e em sulcos. O arraste de solos para o leito dos rios reduz a capacidade de transporte, potencializando os riscos e os efeitos de cheias.

O transporte de sedimentos para os cursos de água inicia uma das primeiras formas de degradação do meio ambiente. Os sedimentos em suspensão tornam as águas lamacentas, afetando a penetração da luz e conseqüentemente, reduzem o crescimento de plantas aquáticas e organismos microscópicos dos quais peixes e insetos se alimentam. A entrada de nutrientes e resíduos de agrotóxicos junto com os sedimentos altera o equilíbrio do sistema, resultando, por exemplo, em altas taxas de desenvolvimento de algas, aumento do processo de eutrofização e morte ou má formação de peixes e outros organismos vinculados ao meio hídrico.

Os principais agentes causadores da erosão do solo são as chuvas e os ventos, sendo que esses fatores exercem maior ou menor ação erosiva, dependendo de uma série de fatores, além de ser em função da sua intensidade. Os fatores influenciadores do processo erosivo são:

- Condições topográficas ou de relevo (comprimento da encosta; grau de declividade e área do terreno);
- Característica do solo (textura; estrutura; profundidade do solo e subsolo; permeabilidade); e
- Tipo de exploração ou uso do solo (mata; lavoura; pastagem, solo exposto).

A cobertura vegetal é fator muito importante no controle do desgaste do solo. A ausência da cobertura vegetal propicia o aumento do escoamento superficial, maior desagregação das partículas do solo e conseqüente acréscimo da erosão. Também ocorre uma redução substancial na taxa de infiltração da água que deveria realimentar o aquífero e promover a regularização da vazão dos cursos d'água, uma vez que o fluxo subterrâneo é bem mais lento que o superficial.

Na Bacia do Rio Doce, a dinâmica histórica de ocupação e as condições naturais da região são fatores importantes a considerar quando se pretende julgar sobre a adequabilidade de uso das terras. A alta declividade, associada à presença de solos altamente intemperizados (latossolos e argissolos) e usos inadequado do solo, acima de sua capacidade de uso, conduz ao surgimento de processos de erosão bastante intensos.

Foi estudada a susceptibilidade à erosão na Bacia do Rio Doce. Este estudo conclui que a maior parte da Bacia se encontra na classe de susceptibilidade erosiva forte – 58% da área, ocupando principalmente a Depressão do Rio Doce e várias sub-bacias – e 7% na classe de susceptibilidade

muito forte. As bacias mais críticas quanto à susceptibilidade à erosão são a do Rio Piracicaba, mais precisamente nas cabeceiras do afluente Rio Santa Bárbara, e a do Rio Suaçuí Grande. Esta susceptibilidade está associada a diversos fatores: estiagens prolongadas, chuvas torrenciais, solos susceptíveis ou extensos depósitos superficiais friáveis que ocorrem em terraços fluviais e nas baixas vertentes. Outras áreas de menor dimensão ocorrem ao longo da Bacia, conforme apresentado no mapa de susceptibilidade erosiva previsto no PIRH.

O Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) contempla ações de diagnóstico específico, com mapeamento, identificação a campo, caracterização de processos erosivos e proposta de remediação de áreas degradadas geradoras de sedimentos, especialmente os relativos às estradas vicinais e caminhos de serviço das propriedades rurais. As propostas de remediação consideradas são a correção de greide, a implantação de estruturas de drenagem, como bueiros e pontilhões, a proteção de taludes de corte e de aterro, com enlívamento, enrocamento ou plantio de vegetação em degraus, e de redução de velocidade de escoamento, como bacias de amortecimento, quedas, degraus, entre outros. No âmbito do PIRH, a implantação de tais estruturas será no nível de parcela demonstrativa e projeto-piloto.

3.3. Contratações e Resultados

De acordo com o art. 8º, inciso IV, do ANEXO da Deliberação CBH-Doce nº 48 de dezembro de 2015, e art. 1º da Deliberação Normativa do CBH-Caratinga nº 02 de 28 de outubro de 2015 que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020, visando a otimização das ações, os programas P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos, P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes e P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural deveriam ser implementados, preferencialmente, em conjunto.

À implementação conjunta dos programas P12, P52 e P42 se atribuiu o nome de **Rio Vivo**.

A primeira etapa do Rio Vivo consiste na contratação de empresas para realização de diagnósticos e projetos em imóveis rurais, para detectarem, no âmbito dos programas P12, P52 e P42, os pontos que necessitam de intervenção. As intervenções previstas estão citadas abaixo:

- P12: barraginhas e caixas-secas;
- P52: ações de recuperação de nascentes, como cercamento e/ou plantio;
- P42: sistema de tratamento de esgoto e, em específico para a UGRH 2 – Piracicaba, sistema de tratamento de água.

A segunda etapa do Rio Vivo consiste na execução dos projetos elaborados pelas empresas da primeira etapa.

Inicialmente, a primeira etapa do Rio Vivo está sendo implementada na UGRH 1 – Piranga, UGRH 2 – Piracicaba, UGRH 3 – Santo Antônio e UGRH 4 – Suaçuí.

A Figura 1 apresenta a localização dos municípios que estão sendo contemplados com o Rio Vivo e que já passaram por processo de seleção ocorrido em 2016. A Tabela 2 apresenta a listagem destes municípios.

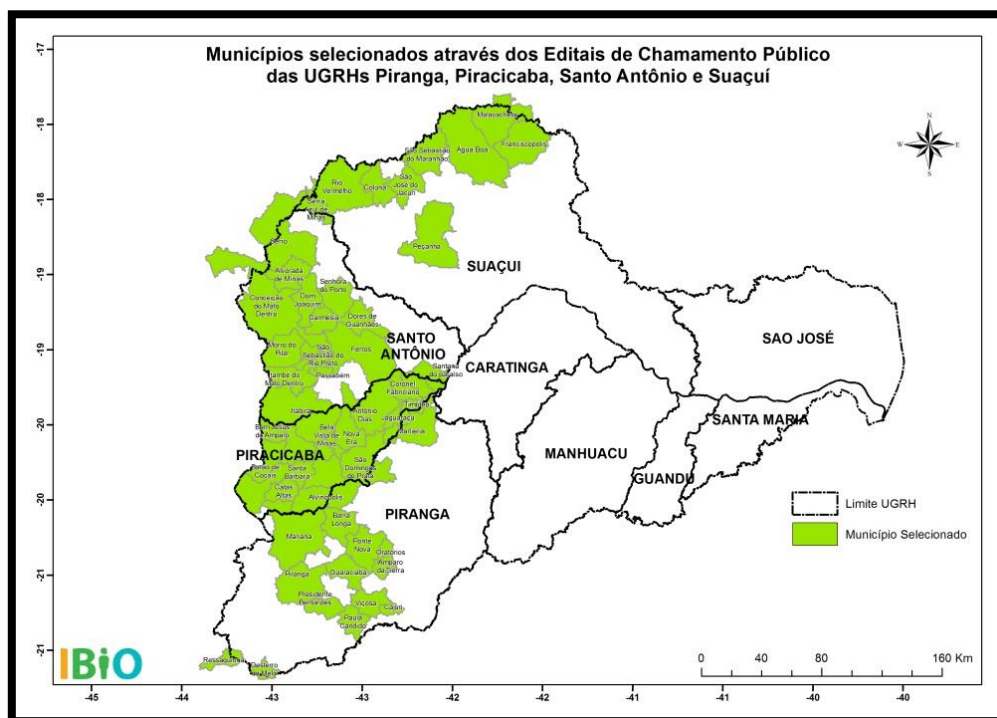


Figura 1 – Mapa dos municípios contemplados com o Rio Vivo.

Tabela 2 – Listagem dos municípios a serem contemplados com o Rio Vivo.

UGRH 1 – Piranga	UGRH 2 – Piracicaba	UGRH 3 – Santo Antônio	UGRH 4 - Suaçuí
Ressaquinha	Mariana	Serro	Água Boa
Desterro do Melo	Catas Altas	Alvorada de Minas	Rio Vermelho
Mariana	Santa Bárbara	Conceição do Mato Dentro	São José do Jacuri
Barra Longa	Barão de Cocais	Itambé do Mato Dentro	Peçanha
Ponte Nova	São Gonçalo do Rio Abaixo	Passabém	Malacacheta
Oratórios	Rio Piracicaba	Senhora do Porto	Franciscópolis
Viçosa	João Monlevade	Dom Joaquim	Coluna
Amparo do Serra	São Domingos do Prata	Carmésia	Serra Azul de Minas
Guaraciaba	Bela Vista de Minas	Dores de Guanhões	São Sebastião do Maranhão
Piranga	Nova Era	Ferros	
Presidente Bernardes	Itabira	Santo Antônio do Rio Abaixo	
Paula Cândido	Alvinópolis	Morro do Pilar	
Cajuri	Antônio Dias	São Sebastião do Rio Preto	
	Jaguaraçu		
	Marliéria		
	Timóteo		
	Coronel Fabriciano		
	Ipatinga		
	Santana do Paraíso		
	Bom Jesus do Amparo		

Foi estabelecido por cada um dos Comitês dos Rios Piranga, Piracicaba, Santo Antônio e Suaçuí a cota de imóveis rurais a serem contemplados com as ações do Rio Vivo. O número de municípios de cada UGRH foi dividido em lotes, quando assim foi necessário, de modo a garantir a contratação de uma ou mais empresas com capacidade comprovada para assumir os serviços. A Tabela 3 apresenta como foram divididos os municípios por lote e qual a cota estabelecida por cada comitê.

Tabela 3 – Lotes, Número de Municípios e Cota de Imóveis Rurais Contemplados com as Ações do Rio Vivo.

UGRH	Lote	Nº de municípios a serem contemplados no lote	Cota de imóveis rurais por município	Nº de imóveis rurais por Lote
UGRH 1 - Piranga	Lote 1	8	120	960
	Lote 2	5		600
UGRH 2 - Piracicaba	Lote 1	7	150	1050
	Lote 2	6		900
	Lote 3	7		1050
UGRH 3 - Santo Antônio	Lote 1	6	100	600
	Lote 2	7		700
UGRH 4 - Suaçuí	-	9	60	540
Total de cota de imóveis rurais				6400

O escopo do trabalho do Rio Vivo prevê a elaboração de produtos em quantitativos relacionados à abrangência espacial destes, conforme pode ser observado na Tabela 4, a qual se relaciona ao número de lotes, número de municípios e cota de número de imóveis rurais, já apresentados anteriormente na Tabela 3.

Tabela 4 – Produtos Componentes do Escopo do Rio Vivo.

Produtos	Conteúdos gerais	Abrangência
Produto 1 - Plano de Trabalho	Reuniões iniciais; mobilização; equipe; calendário de reuniões; cronograma; metodologia do trabalho; definição de conceitos.	Por lote
Produto 2 - Validação das microbacias de atuação	Coleta e conferência de coordenadas geográficas dos pontos de captação de água para abastecimento público do município; formação da Unidade Gestora de Projetos (UGP); ordem de prioridade das microbacias, quando mais de uma no município; situação das outorgas dos pontos de captação de água para abastecimento público.	Por município
Produto 3 - Plano de Mobilização Social e Educação Ambiental	Reuniões iniciais; mobilização; equipe de mobilização e educação ambiental; calendário de eventos; cronograma; metodologia do trabalho; definição de conceitos.	Por município
Produto 4.1 - Diagnóstico Ambiental do Imóvel Rural	Diagnósticos ambientais dos imóveis rurais no âmbito dos programas P12, P52 e P42; Fichas de Diagnóstico; Termos de Adesão.	Por imóvel
Produto 4.2 - Diagnósticos Ambientais Compilados	Dados compilados; planilhas de dados brutos; gráficos; mapas.	Por município
Produto 5 - Cadastro Ambiental Rural (CAR) do imóvel rural	Elaboração dos Cadastros Ambientais Rurais (CAR) dos imóveis rurais de até 4 módulos fiscais.	Por imóvel
Produto 6.1 - Projeto de Adequação Ambiental do Imóvel Rural	Projetos de intervenção ambiental no âmbito dos programas P12, P52 e P42, conforme diagnóstico realizado; Termos de Anuência.	Por imóvel
Produto 6.2 - Projetos Ambientais Compilados	Dados compilados; planilhas de dados brutos; gráficos; mapas.	Por município
Produto 7 - Termos de Referência Temáticos para Execução de Projetos, Capacitação Técnica e Análise Inicial dos Parâmetros de Monitoramento	Termos de Referência para contratação de empresa(s) para execução de projetos, capacitação técnica e análise inicial dos parâmetros de monitoramento.	Por município
Produto 8 - Termo de Referência Temático para Monitoramento	Termo de Referência para contratação de empresa(s) para monitoramento posterior de parâmetros de quantidade e qualidade de água e do meio ambiente.	Por município

Para garantir a qualidade dos produtos e serviços prestados pelas empresas contratadas nesta primeira etapa do Rio Vivo, realizou-se também processo de contratação de empresa fiscalizadora. O

processo de contratação das empresas de diagnósticos e projetos, e das empresas de fiscalização ocorreu, em 2017 e em 2018, da maneira apresentada nas Tabela 5 e Tabela 6.

Tabela 5 – Atos Convocatórios para contratação de Empresas de Diagnósticos e Projetos nas UGRHs 1, 2, 3 e 4.

Ato Convocatório	Publicação	Sessão pública	Adjudicação	Assinatura contrato
Ato Convocatório nº 04/2017 da UGRH 1 - Piranga	15/05/2017	21/06/2017	06/09/2017	15/09/2017
Ato Convocatório nº 05/2017 da UGRH 2 - Santo Antônio	15/05/2017	22/06/2017	06/09/2017	15/09/2017
Ato Convocatório nº 03/2017 da UGRH 3 - Piracicaba	24/05/2017	23/06/2017	31/08/2017	15/09/2017
Ato Convocatório nº 06/2017 da UGRH 4 - Suaçuí	21/09/2017	17/10/2017	20/11/2017	20/11/2017

Tabela 6 – Atos Convocatórios para contratação de Empresas Fiscalizadoras nas UGRHs 1, 2, 3 e 4.

Ato Convocatório	Publicação	Sessão pública	Adjudicação	Assinatura contrato
Ato Convocatório nº 08/2017 das UGRHs 1 - Piranga, 2 - Piracicaba e 3 - Santo Antônio	04/10/2017	24/10/2017	22/11/2017	27/11/2017
Ato Convocatório nº 09/2017 da UGRH 4 – Suaçuí	24/11/2017	12/12/2017	08/03/2018	20/03/2018

Em 2019, na fase de análise da documentação da empresa, para se proceder ao aditamento para prorrogação do prazo contratual dos **Contratos nº 29/2017 (Ato Convocatório nº 03/2017)**, 31/2017 (Lote 02; Ato Convocatório nº 04/2017) e 32/2017 (Lote 01; Ato Convocatório nº 05/2017), foi constatado que a mesma se encontrava irregular para com a Fazenda Federal, uma vez que não apresentou, dentro do prazo de vigência do contrato, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, o que impediu a celebração de novo termo aditivo.

Nas Tabela 7 e Tabela 8 são apresentadas as situações dos contratos que foram firmados com as empresas de Diagnósticos e Projetos e as empresas Fiscalizadoras, respectivamente.

Tabela 7 – Situação dos Contratos das empresas de Diagnósticos e Projetos nas UGRHs 1, 2, 3 e 4.

Contrato	Ato Convocatório (AC)	Fonte de Recursos	Lote do AC	Situação Contrato
29/2017	Ato Convocatório nº 03/2017 da UGRH 3 – Piracicaba	IGAM	Lotes 1, 2 e 3	Encerrado
30/2017	Ato Convocatório nº 04/2017 da UGRH 1 – Piranga	ANA	Lote 1	Em andamento; 3º Termo aditivo
31/2017	Ato Convocatório nº 04/2017 da UGRH 1 – Piranga	IGAM	Lote 2	Encerrado
32/2017	Ato Convocatório nº 05/2017 da UGRH 2 - Santo Antônio	ANA	Lote 1	Encerrado

33/2017	Ato Convocatório nº 05/2017 da UGRH 2 - Santo Antônio	ANA	Lote 2	Em andamento; 3º Termo aditivo
38/2017	Ato Convocatório nº 06/2017 da UGRH 4 - Suaçuí	ANA (75%) e IGAM (25%)	-	Em andamento; 2º Termo aditivo

Tabela 8 – Situação dos Contratos das empresas Fiscalizadoras nas UGRHs 1, 2, 3 e 4.

Contrato	Ato Convocatório (AC)	Fonte de Recursos	UGRH	Situação Contrato
40/2017	Ato Convocatório nº 08/2017	ANA	1 - Piranga	Em andamento; 4º Termo Aditivo
41/2017	Ato Convocatório nº 08/2017	ANA	2 - Piracicaba	Em andamento; 4º Termo Aditivo
42/2017	Ato Convocatório nº 08/2017	ANA	3 - Santo Antônio	Em andamento; 4º Termo Aditivo
04/2018	Ato Convocatório nº 09/2017	ANA	4 - Suaçuí	Em andamento; 2º Termo Aditivo

3.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Em outubro de 2015 o CBH-Caratinga aprovou a Deliberação Normativa nº 2 e em dezembro do mesmo ano o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 48, que instituiu o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020.

Conforme as referidas Deliberações e as que as alteram, os recursos foram distribuídos da seguinte maneira:

- **Recursos Federais** nas nove Unidades Estaduais de Gestão de Recursos Hídricos (UGRH), dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, para os Programas Hidroambientais, Programas de Saneamento e para Programas Transversais.
- **Recursos Estaduais** em cinco das seis UGRHs de MG, a saber: Piranga, Piracicaba, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu.

Na Tabela 9 encontram-se as previsões do PAP 2016-2020 para o Programa P12 com **Recursos Estaduais**, bem como os valores desembolsados nos anos de 2016 até 2019.

Tabela 9 – Valor Previstos no PAP 2016/2010 com recursos de MG a serem alocados ao Programa P12

Recursos Repassados pela IGAM	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	1000,00
Investimento Realizado	0,00	19,84	38,92	2,42		61,18
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	0,00	2000,00	2000,00	2000,00	3700,00	9700,00

Investimento Realizado	0,00	193,24	143,33	62,56		399,12
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	1000,00
Investimento Realizado	0,00	7,86	17,69	11,12		36,67
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	1250,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00			0,00
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	300,00	450,00	450,00	450,00	450,00	2100,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00			0,00
Total de Investimentos Previstos	1050,00	3700,00	2700,00	3200,00	4400,00	15050,00
Total de Investimentos Realizados	0,00	220,93	199,94	76,10	0,00	496,97

Em 2019, os contratos nº 29/2017, 31/2017 (Recurso IGAM) e 32/2017 (Recurso ANA) foram encerrados em 16/03/2019, devido a não apresentação de regularidade federal dentro do prazo de vigência do contrato pela empresa que havia sido contratada. O encerramento desses contratos impactou os respectivos contratos de fiscalização, ocasionando a diminuição de ritmo dos Contratos nº 40/2017 e 42/2017, devido a fiscalização das atividades desenvolvida por apenas uma das duas empresas inicialmente contratadas, e a interrupção do Contrato nº 41/2017, devido ao encerramento do único contrato que era fiscalizado.

Atualmente, o Rio Vivo contempla áreas de 54 municípios localizadas nas porções das UGRHs 1, 2, 3 e 4. Não há previsão para contratação de empresas para a elaboração dos produtos remanescentes, não entregues durante a vigência dos contratos que foram encerrados, e não há previsão para a retomada das atividades de fiscalização referente aos municípios pertencentes às UGRHs 1 – Piranga (Lote 2), 2 – Piracicaba (Lote 1, 2 e 3) e 3 – Santo Antônio (Lote 1), considerando o exposto no Item 2.5.

Discussões sobre o andamento do Rio Vivo nas demais UGRHs mineiras e capixabas foram iniciadas, entretanto, a reestruturação do IBIO, ocorrida em 2018, afetou todo o planejamento para a continuidade dessa iniciativa pelas demais sub-bacias do Rio Doce, uma vez que, vários profissionais, inclusive fiscais de contratos que se encontravam em andamento, foram desligados da instituição. Também, após o desligamento de profissionais devido à necessidade de reestruturação do IBIO, ocorreu o desligamento voluntário de outros profissionais da equipe técnica, que buscaram novas oportunidades de trabalho em outras instituições, o que veio a interferir ainda mais no planejamento da entidade.

Com a redução da equipe do IBIO, não foi possível prosseguir com as discussões sobre o Rio Vivo junto aos Comitês de Bacia nas UGRHs onde o mesmo ainda não foi implementado e consequentemente com novas contratações. As discussões com os comitês mineiros das UGRHs 5 e 6 ainda necessitam de sequência para maiores definições. No geral, os desembolsos de 2019 se tratam dos pagamentos dos produtos referentes aos contratos para Elaboração de Diagnósticos e Projetos do Rio Vivo, nas UGRHs 1, 2 e 4.

3.5. Principais Deficiências e Dificuldades

Em 2018 e 2019, a Área Técnica do IBIO sofreu reduções em sua equipe, reduzindo sua capacidade operacional, sendo que em 2018, devido à insegurança financeira da instituição, 04 funcionários foram desmobilizados e 01 funcionária buscou nova oportunidade de trabalho em outra instituição. Esse último fato, ocorreu também em 2019, quando uma analista foi trabalhar em outra instituição, deixando a equipe técnica em abril de 2019. A contratação de analista não foi realizada, em substituição à funcionária que saiu em 2019, devido ao IBIO estar aguardando decisão judicial referente a processo trabalhista de um ex-funcionário da Área Técnica. Atualmente o IBIO conta com apenas uma analista da área técnica.

Assim, algumas ações previstas para já terem ocorrido, desde 2018, não foram possíveis de serem realizadas. Dentre as ações, cabe mencionar que as atividades previstas para os CBHs mineiros Caratinga e Manhuaçu não ocorreram conforme previsto pois os analistas responsáveis pela gestão de seus programas foram desmobilizados, em 2018, e por atualmente a área técnica estar com sua capacidade operacional bastante reduzida, contando com apenas 01 analista, que é fiscal de todos os contratos vigentes da iniciativa Rio Vivo.

Além disso, em 2019, ocorreu também o encerramento de 03 contratos do Rio Vivo que estavam em andamento, devido a não manutenção de regularidade por parte da empresa. Considerando a capacidade operacional do IBIO e o exposto no Item 2.5, não foi possível realizar processo licitatório para contratação de empresas para elaborar os produtos remanescentes dos contratos que foram encerrados.

Por fim, referente aos contratos vigentes, cabe mencionar a dificuldade encontrada pelas empresas durante a fase de elaboração dos projetos, no ano de 2019. Durante esta etapa, que ainda não foi finalizada, houveram alterações nas orientações técnicas anteriormente repassadas por parte das contratadas e a aprovação de produtos elaborados com inconformidades, ocasionando em notificações para as empresas.

4. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

4.1. (P41) - Programa Universalização do Saneamento

4.2. Descrição

Segundo o Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH-Doce), a Bacia do Rio Doce encontra-se em situação muito precária quanto aos serviços de esgotamento sanitário e de resíduos sólidos. Mesmo quanto aos serviços de abastecimento de água que embora disponham de índices de atendimento elevados, o cumprimento de questões elementares de gestão fica abaixo dos padrões considerados satisfatórios, como o controle de perdas e o cumprimento da Portaria nº 2.914/2011 dos padrões de portabilidade.

O PIRH-Doce indica ainda altos índices de DBO, com prejuízo para a qualidade da água e restrição ao enquadramento, além da existência de doenças de veiculação hídrica. Quanto à drenagem urbana, a deficiência das estruturas e projetos é frequente nas cidades brasileiras. A universalização do acesso ao saneamento básico, com quantidade, igualdade, continuidade e controle social é um desafio que o poder público municipal, como titular destes serviços, deve encarar como um dos mais significativos.

Nesse sentido, o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) se constitui importante Ferramenta de Planejamento e Gestão para alcançar a melhoria das condições sanitárias e ambientais do município e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população. A Lei Federal nº 11.445/2007 dispõe sobre a necessidade da elaboração dos PMSB de forma a garantir à população o acesso global ao saneamento básico, através da constituição de diretrizes e propostas para abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas superficiais e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

O PMSB é assim o instrumento da Política de Saneamento Básico do município, onde são definidos os objetivos e metas, as prioridades de investimentos, a forma de regulação da prestação dos serviços, os aspectos econômicos, sociais e técnicos e a forma de participação e controle social, de modo a orientar a atuação dos prestadores de serviços, dos titulares e da sociedade.

O Programa de Universalização do Saneamento contempla o apoio à:

- Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB);
- Elaboração de projetos para otimização de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA);
- Elaboração de projetos para sistemas de destinação final adequada de resíduos sólidos (aterros/unidades de triagem e compostagem); e
- Elaboração de estudos de alternativas de drenagem urbana para cidades com mais de 5 mil habitantes.

4.3. Contratações e Resultados

No exercício de 2019 não houveram nem contratações, nem desembolsos com o Programa P41 especificamente com Recursos Estaduais.

O CBH-Doce, em articulação com os CBH's estaduais, considerando o fato de que poucos municípios possuíam PMSB ou recursos para sua elaboração e que o Decreto nº 7.217/2010, que regulamenta a Lei nº 11.445/2010, condicionou à existência de PMSB para o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico, entendeu como necessária a previsão no PAP do apoio na elaboração dos PMSB.

Conforme detalhado no Relatório de Gestão de 2016, ao longo do PAP 2012-2015 foram abertos Editais de Chamamento Público e elaborados os PMSB de diversos municípios ao longo da Bacia. Nesse período do PAP, nem todos os municípios haviam sido contemplados ainda com os PMSBs e outros manifestaram interesse após a licitação das empresas de apoio à elaboração dos PMSBs, então o PAP 2016-2020 também alocou recursos para tal fim, de forma a contemplar o maior número possível de municípios.

No ano de 2016, 156 PMSBs já haviam sido concluídos e foi iniciada a elaboração dos PMSBs de mais 9 municípios, intitulados como “remanescentes”. A contratação dos PMSBs remanescentes se encerrou em maio de 2018 e todo o desembolso desta contratação foi feito com **Recurso Federal**.

Cabe ressaltar que a Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, determina a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) pelos municípios brasileiros. Uma vez atendidas às solicitações da referida Lei e do Decreto nº 7.404/2010 que a regulamenta, o PGIRS pode ser incorporado ao PMSB. Dessa forma, esclarecemos que o conteúdo da Infraestrutura de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos dos PMSB contratados pelo IBIO na Bacia Hidrográfica do Rio Doce contempla o conteúdo mínimo do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, de acordo com as determinações legais.

Ainda no que se refere ao Programa de Universalização do Saneamento (P41), o PAP 2016-2020 prevê investimentos em projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água. Nesse sentido, estão sendo elaborados dois projetos para o município de Viçosa-MG, com **Recurso Federal**, e, em 2017, foi aberto Edital de Chamamento Público para a contratação de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água em outros municípios. Na Figura 2 estão ilustrados os municípios onde houveram ações relacionadas ao Programa de Universalização do Saneamento – P41.

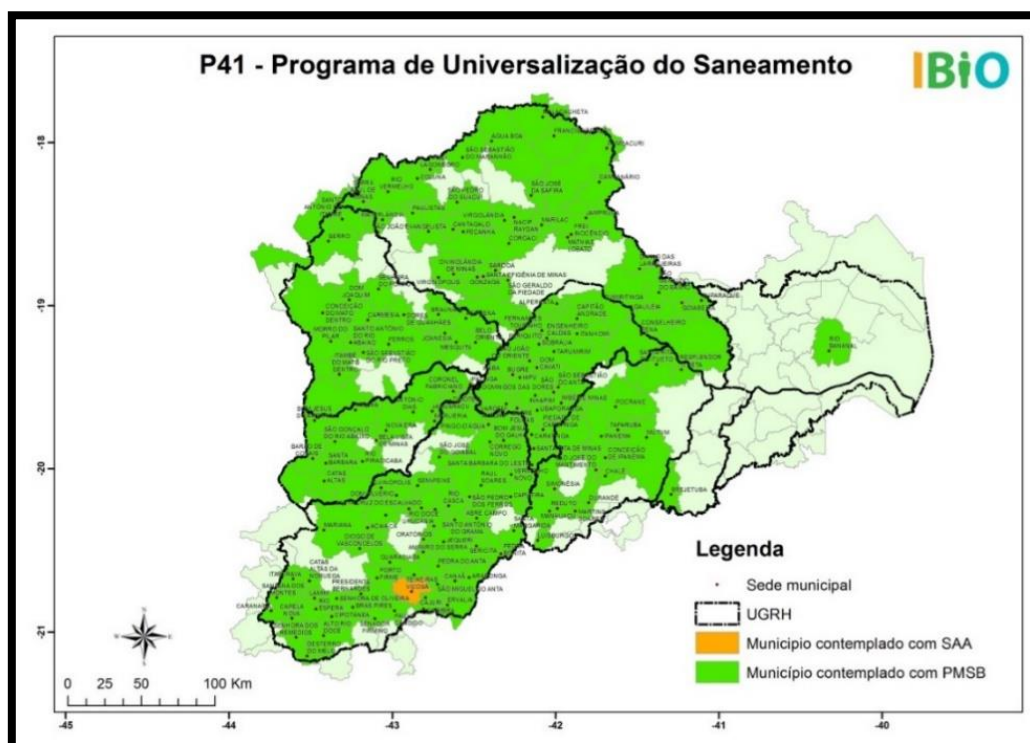


Figura 2 – Municípios atendidos pelo Programa P41.

Principais Resultados: As contratações deste programa estão relacionadas à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico e elaboração de Projetos para Otimização de Sistemas de Abastecimento de Água para os municípios contemplados. Para a contratação das empresas para elaboração dos PMSB, o IBIO agrupou os municípios contemplados em lotes, com a finalidade de diminuir os custos por município, tornar as contratações mais atrativas para os interessados e alcançar maior eficiência no processo de gerenciamento. Até o momento, 165 municípios foram contemplados com PMSB e 1 município com Projetos para Otimização de Sistemas de Abastecimento de Água.

Em 2018, totalizou-se 165 municípios com PMSBs finalizados, aprovados e quitados, tendo seus Contratos já encerrados.

4.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Em outubro de 2015 o CBH-Caratinga aprovou a Deliberação Normativa nº 02 e em dezembro do mesmo ano o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 48, que institui o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020.

Na Tabela 10 está a comparação entre o previsto no PAP e o realizado pelo IBIO alocados ao Programa de Universalização do Saneamento (P41), no que se refere aos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) entre os exercícios de 2016 até 2019.

Tabela 10 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 com recursos de MG a serem alocados ao Programa P41

Recursos Repassados pelo IGAM	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00
Investimento Realizado	1.349,94	0,00	0,00	0,00		1.349,94
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00
Investimento Realizado	933,34	0,00	0,00	0,00		933,34
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900,00
Investimento Realizado	1126,18	166,25	0,00	0,00		1.292,44
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Investimento Realizado	274,87	231,35	0,00	0,00		506,22
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700,00
Investimento Realizado	749,79	0,00	0,00	0,00		749,79
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
Investimento Realizado	377,77	0,00	0,00	0,00		377,77
Total de Investimentos Previstos	3800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3800,00
Total de Investimentos Realizados	4811,90	397,60	0,00	0,00	0,00	5209,50

Como pode ser observado na Tabela 10, apresentada acima, em 2016 e 2017, os investimentos realizados superaram o investimento previsto no PAP para estes anos. Isso ocorreu em função de parte dos pagamentos realizados serem ainda referentes aos valores alocados no PAP 2012-2015, considerando atrasos nos contratos de elaboração de PMSB celebrados nos anos de 2014 e 2015.

Cabe mencionar que em 2018 ainda ocorreram encerramentos de contratos referentes aos PMSBs, entretanto, estes foram custeados com **Recurso Federal**. Em 2018, totalizou-se 165 PMSBs finalizados, aprovados e quitados. Com essa ação, atualmente, 100% dos municípios da Bacia do Rio Doce apresentam PMSBs.

Na Tabela 11 apresentamos os recursos de MG alocados para elaboração de projetos de otimização de sistemas de abastecimento de água (SAA).

Tabela 11 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 com recursos de MG a serem alocado no Programa P41 (SAA)

Recursos Repassados pelo IGAM	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	1.200,00	700,00	0,00	700,00	0,00	2.600,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00			0,00
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	900,00	1000,00	1000,00	1000,00	0,00	3.900,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00			0,00
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	350,00	350,00	350,00	350,00	350,00	1.750,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00			0,00
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	250,00	0,00	250,00	0,00	250,00	750,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00			0,00
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00			0,00
Total de Investimentos Previstos	3500,00	2050,00	1600,00	2050,00	600,00	9800,00
Total de Investimentos Realizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Como pode ser observado na Tabela 9, não ocorreram desembolsos dos recursos estaduais alocados para SAA no ano de 2019. Havia sido prevista a contratação de projetos de SAA (P41) juntamente com projetos de SES (P11) para toda a Bacia do Rio Doce, tendo ocorrido, inclusive, publicação do Edital de Chamamento Público em 2017 e divulgação do resultado da classificação dos municípios da bacia em 2018, entretanto, não foi possível dar continuidade à essa ação, como melhor relatado nos itens 2.4 e 2.5. Tanto Recursos Federais quanto Recursos Estaduais estavam previstos para essa contratação.

4.5. Principais Deficiências e Dificuldades

Com o desenvolvimento das atividades relacionadas ao Programa de Universalização de Saneamento (P41) foi possível elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico para 165 municípios, do total de 211 municípios com sede na Bacia do Rio Doce.

Além disso, houve ao lançamento do Edital de Chamamento Público Nº 01/2017 para contemplar mais municípios com a elaboração de projetos de SAA e de SES.

Em atendimento ao Edital de Chamamento Público Nº 01/2017, para contratação de novos projetos de Sistema de Abastecimento de Água (SAA), e também de Sistema de Esgotamento Sanitário (SES), em 2019 o IBIO, considerando sua limitação de pessoal devido à reestruturação ocorrida em 2018, envidou esforços para contratação da Caixa Econômica Federal (CEF) objetivando a prestação de

serviços para elaboração de termo de referência e análise de projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme demanda levantada nos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), de cada município selecionado por meio do Edital de Chamamento nº 01/2017.

Esta iniciativa foi aceita pelo CBH-Doce, que alocou recursos no PAP para execução desta ação em 2020, o que beneficiaria também os CBHs mineiros, já que ajudaria a viabilizar a elaboração dos projetos com recursos da cobrança estadual. Contudo, apesar de avançadas as tratativas junto à CEF, as mesmas não foram concretizadas, conforme explicações constantes no Item 2.5.

5. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

5.1. (P42) - Programa de Expansão de Saneamento Rural

5.2. Descrição

O saneamento deve ser estendido às populações rurais, tanto como forma de elevação da qualidade de vida e prevenção de doenças, como na redução da contaminação das águas superficiais e subterrâneas. Enquanto o atendimento domiciliar com abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos na zona rural pode contar com a participação das concessionárias destes serviços, nos municípios da Bacia, o saneamento rural deve envolver principalmente os órgãos de extensão rural e as prefeituras municipais.

Para o presente programa, considerou-se o atendimento aos domicílios para fins de determinação dos investimentos, uma vez que a informação a respeito da cobertura da extensão rural não permite a proposição de um objetivo minimamente possível de ser alcançado. A sensibilização para este tema deve ser inserida no Programa de Educação Ambiental.

Pelo prognóstico do PIRH, a Bacia do Rio Doce apresenta vários trechos com águas de classe 4, em parte devido aos altos índices de DBO, sendo uma Bacia com extensa área rural, a preocupação com os resíduos gerados por esta população é coerente, pois também contribuem para a alteração da qualidade da água e na incidência de doenças de veiculação hídrica. Além disto, a disposição inadequada de resíduos sólidos pode favorecer a processos erosivos.

O Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) visa à definição da viabilidade da implantação de sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto para população rural, com aproveitamento racional e disposição adequada dos resíduos coletados. Seu objetivo versa sobre a:

- Melhoria gradativa da qualidade de vida no meio rural;
- Redução de material contaminante ou redutor da qualidade da água arrastado para os rios;
- Redução da incidência de doenças de veiculação hídrica.

O escopo deste programa consiste na análise de critérios de viabilidade de implantação de estruturas de saneamento no meio rural (abastecimento de água potável, tratamento de efluentes e coleta e destinação de resíduos sólidos), mapeamento e identificação de núcleos rurais compatíveis com os critérios adotados, seleção de situações críticas para proposição e análise de viabilidade de atendimento das necessidades, abertura de um canal de comunicação institucional entre os Comitês e a população rural via serviços públicos e privados de assistência técnica e extensão rural para apresentação de demandas não identificadas, implantação de unidades demonstrativas de técnicas e processos de tratamento de resíduos e efluentes para pequenas comunidades, inclusive de resíduos das atividades de suinocultura, avicultura e fruticultura.

5.3. Contratações e Resultados

De acordo com o art. 8º, inciso IV, do ANEXO da Deliberação CBH-Doce nº 48 de dezembro de 2015, e art. 1º da Deliberação Normativa do CBH-Caratinga nº 02 de 28 de outubro de 2015 que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020, visando a otimização das ações, os programas P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos, P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes e P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural deverão ser implementados, preferencialmente, em conjunto.

Atendendo está recomendação os Programas P12, P42 e P52 estão sendo implementados em conjunto e todo o detalhamento e informações sobre o mesmo podem ser observadas no item 3.3 (Contratações e Resultados – P12) deste Relatório.

5.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Em outubro de 2015 o CBH-Caratinga aprovou a Deliberação Normativa nº 02 e em dezembro do mesmo ano o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 48, que instituiu o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020. Na Tabela 12 encontram-se as previsões do PAP 2016-2020 para o Programa P42 com **Recursos Estaduais**, bem como os valores desembolsados nos anos de 2016 até 2019.

Tabela 12 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 com recursos de MG para serem alocados ao Programa P42

Recursos Repassados pelo IGAM	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	0,00	500,00	500,00	500,00	500,00	2000,00
Investimento Realizado	0,00	34,40	77,82	4,85		117,07
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	0,00	1000,00	1000,00	1000,00	1000,00	4000,00
Investimento Realizado	0,00	96,66	71,70	31,29		199,65
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	960,00	960,00	960,00	960,00	960,00	4800,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
Investimento Realizado	0,00	2,36	5,31	3,30		10,96
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	750,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Total de Investimentos Previstos	1410,00	2610,00	2610,00	2610,00	2610,00	11850,00
Total de Investimentos Realizados	0,00	133,42	154,82	39,44	0,00	327,68

Considerando a implementação conjunta dos Programas P12, P42 e P52, as informações pertinentes aos desembolsos, realizados até o ano de 2019, podem ser observadas no item 3.4 (Previsão no PAP – P12) deste Relatório.

5.5. Principais Deficiências e Dificuldades

Quanto às deficiências e dificuldades encontradas na implementação do P42 em conjunto com os programas P12 e P52, ver item 3.5 (Principais Deficiências e Dificuldades – P12) deste Relatório.

6. INCREMENTO DE ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS

6.1. (P52) - Programa de Recomposição de APPS e Nascentes

6.2. Descrição

A Bacia apresenta trechos em que há elevados índices de sólidos suspensos e áreas de intensa erosão do solo. Os efeitos da mata ciliar sobre a retenção de sólidos e manutenção de margens são conhecidos, e a instalação de uma unidade de demonstração favorece a multiplicação de iniciativas semelhantes. A utilização inadequada da Bacia favorece a destruição de nascentes, o que eleva a importância dos eventos críticos de seca, com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia.

Em função de questões legais e mesmo ambientais, a restauração de áreas degradadas hoje tem se concentrado principalmente no ambiente ciliar. Apesar das matas ciliares estarem protegidas, na legislação, há quase meio século não foram poupadas da desenfreada degradação das formações naturais. Com o cumprimento da exigência legal dos órgãos fiscalizadores nas últimas décadas, as cobranças judiciais obrigando a conservação e restauração das formações ciliares, passaram a ser cada vez mais frequentes e exigentes na qualidade das ações propostas. Há um consenso de que a questão da degradação das matas ciliares é um dos problemas mais comuns quando se pretende a recuperação da condição dos cursos d'água, tendo sido identificado um alto déficit de matas ciliares ao longo da bacia do rio Doce.

O programa de Recomposição de Nascentes e APPs (P52) tem como objetivo levantamento de áreas críticas e prioritárias para recomposição ou adensamento de matas ciliares e de topos de morro, além de caracterização e recuperação de nascentes e áreas degradadas de sub-bacias piloto contemplando as seguintes ações:

- Mapear e definir trechos críticos e sub-bacias piloto com baixa cobertura de vegetação ciliar e de topo de morro para a recuperação de APPs, nascentes e áreas degradadas;
- Visitas a campo para avaliação das condições e da proposta de recuperação;
- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos por um período mínimo de 5 anos.

Para o programa de Recomposição de Nascentes e APPs (P52) a hierarquização dos estudos, planos, projetos e ações prioritizados do PIRH/PARHs Doce, com espacialização por unidade de gestão de recursos hídricos, serão atendidos com os seguintes critérios:

- Áreas onde há intensa erosão do solo;
- Áreas cujas nascentes se caracterizam como manancial de abastecimento público;
- Áreas de cabeceiras de cursos d'água, no sentido da nascente para a foz;
- Áreas no entorno de unidades de conservação;
- Regiões com ocorrência de eventos críticos de seca com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia;
- Áreas com inserção ou proximidade de arranjos institucionais favoráveis a efetivar as parcerias para desenvolvimento do programa;

- Visita a campo para avaliação das condições e análise da proposta de recuperação.

6.3. Contratações e Resultados

O Programa de Recomposição de APPs e Nascentes - P52 vem sendo implementado na Bacia do Rio Doce de duas maneiras.

Primeira - Implementação do P52 de acordo com o art. 8º, inciso IV, do ANEXO da Deliberação Normativa CBH-Piracicaba nº 29 de 21 de outubro de 2015 e da Deliberação CBH-Doce nº 48 de dezembro de 2015, Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020, onde consta que, visando a otimização das ações, os programas P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos, P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes e P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural serão preferencialmente implementados em conjunto. Essa iniciativa de implementação conjunta dos três programas mencionados recebeu o nome de Rio Vivo e, atualmente, está ocorrendo por meio dos Contratos nº , 30/2017, 33/2017, 38/2017, 40/2017, 41/2017, 42/2017 e 04/2018. Maiores detalhes podem ser observados no item 3.3 (Contratações e Resultados - P12) deste Relatório.

Segunda - Implementação do P52 de forma isolada tendo já ocorrido nas UGRHs 3, 5, 7, 8 e 9. No exercício de 2019 não houveram contratações do Programa P52 de forma isolada com Recursos Estaduais do Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2017. Desta forma, as informações descritas abaixo se referem a ações ou contratos cuja fonte de recurso prevista é federal, através do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011.

Na UGRH 5, o P52 foi finalizado com o encerramento do Contrato nº 34/2017, referente à execução do projeto de recomposição (plantios de espécies florestais e frutíferas) e proteção (construção de cercas) de nascentes, no município de Santa Bárbara do Leste/MG, que se iniciou em outubro de 2017 e terminou em abril de 2019. Apresentamos abaixo andamentos e resultados gerados dos contratos celebrados pelo IBIO relacionados à implementação do P52 de forma isolada.

➤ Contrato nº 34/2017

Contrato 34/2017		Programa	P52 / /	Recursos	ANA /
Alocação		CBH Caratinga / /			
Objeto					
Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de execução de projeto de recomposição (plantios de espécies florestais e frutíferas) e proteção (construção de cercas) de nascentes, no município de Santa Bárbara do Leste/MG, pertencente à UGRH 5 Caratinga, em atendimento ao Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52).					
Valor	R\$ 244.000,00	Contratado	GOS FLORESTAL Ltda		
Pago	R\$ 244.000,00	Data	26/10/2017	Prazo	26/04/2019
Saldo	R\$ 0,00	Gestor	Gabriela		Aditivos 0

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso

Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Caratinga

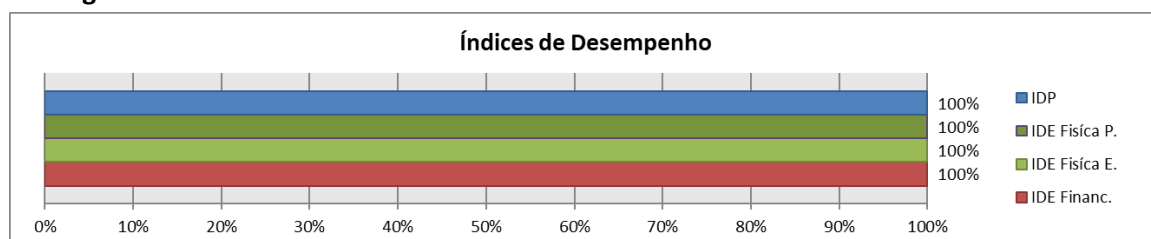
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P52 – CBH Caratinga

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	3-4 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	2 semanas
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	18 meses	18 meses (finalizado)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas:

Durante a vigência do contrato, não houveram atrasos no andamento do mesmo. Este contrato foi encerrado em abril de 2019.

6.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Em outubro de 2015 o CBH-Caratinga aprovou a Deliberação Normativa nº 02 e em dezembro do mesmo ano o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 48, que instituiu o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020.

Conforme as referidas Deliberações e as que as alteram, adicionalmente aos recursos alocados pelo CBH-Caratinga, foram distribuídos os recursos da União nas nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, para os programas hidroambientais, programas de saneamento e para programas transversais. Recursos Estaduais nas seis UGRH – Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu.

Na Tabela 13, temos a comparação entre o previsto no PAP e o realizado pelo IBIO alocados ao Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52), **com a fonte de recurso estadual.**

Tabela 13 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 com recursos de MG para serem alocado ao Programa P52

Recursos Repassados pelo IGAM (Minas Gerais)	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	500,00	1000,00	1000,00	1000,00	1000,00	4500,00
Investimento Realizado	0,00	68,80	155,63	9,70	0,00	234,13
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	4000,00	6500,00	6500,00	6500,00	6500,00	30000,00
Investimento Realizado	0,00	628,08	465,86	203,33	0,00	1297,28
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	960,00	960,00	960,00	960,00	960,00	4800,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	1000,00
Investimento Realizado	0,00	7,86	17,69	11,04	0,00	36,59
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	1250,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	0,00	290,00	290,00	290,00	290,00	1160,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Investimentos Previstos	6210,00	9500,00	9000,00	9000,00	9000,00	42710,00
Total de Investimentos Realizados	0,00	704,75	639,19	224,06	0,00	1568,00

Em 2019, os contratos nº 29/2017, 31/2017 (Recurso IGAM) e 32/2017 (Recurso ANA) foram encerrados em 16/03/2019, devido a não apresentação de regularidade federal dentro do prazo de vigência do contrato pela empresa que havia sido contratada.

Atualmente, o Rio Vivo contempla áreas de 54 municípios localizadas nas porções das UGRHs 1, 2, 3 e 4. Não há previsão para contratação de empresas para a elaboração dos produtos remanescentes, não entregues durante a vigência dos contratos que foram encerrados, referente aos municípios pertencentes às UGRHs 1 – Piranga (Lote 2), 2 – Piracicaba (Lote 1, 2 e 3) e 3 – Santo Antônio (Lote 1), considerando o exposto no Item 2.5.

Discussões sobre o andamento do Rio Vivo nas demais UGRHs mineiras e capixabas foram iniciadas, entretanto, a reestruturação do IBIO, ocorrida em 2018, afetou todo o planejamento para a continuidade dessa iniciativa pelas demais sub-bacias do Rio Doce, uma vez que, vários profissionais, inclusive fiscais de contratos que se encontravam em andamento, foram desligados da instituição. Também, após o desligamento de profissionais devido à necessidade de reestruturação do IBIO, ocorreu o desligamento voluntário de outros profissionais da equipe técnica, que buscaram novas oportunidades em outras instituições, o que veio a interferir ainda mais no planejamento da entidade.

Desta forma, não foi possível prosseguir com as discussões sobre o Rio Vivo junto aos Comitês de Bacia nas UGRHs onde o mesmo ainda não foi implementado e conseqüentemente com novas contratações. As discussões com os comitês mineiros das UGRHs 5 e 6 ainda necessitam de seqüência para maiores definições. No geral, os desembolsos de 2019 se tratam dos pagamentos dos produtos referentes aos contratos para Elaboração de Diagnósticos e Projetos do Rio Vivo, nas UGRHs 1, 2 e 4.

6.5. Principais Deficiências e Dificuldades

Quanto às deficiências e dificuldades encontradas na implementação do P52 em conjunto com os programas P12 e P42 (Rio Vivo), ver item 3.5 (Principais Deficiências e Dificuldades - P12) deste Relatório.

7. IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

7.1. (P61.2) Fortalecimento dos Comitês

7.2. Descrição

A lógica descentralizada do sistema de gerenciamento de recursos hídricos necessita de uma participação consciente, efetiva e representativa da população e das instituições nos Comitês de Bacia, o que não ocorre na maioria das vezes. O papel institucional dos comitês assume cada vez mais importância à medida que o sistema vai sendo consolidado e pelo aumento da exigência da observância das leis referentes. No entanto, se a participação da população e das instituições não for efetiva ou representativa, as decisões do sistema poderão não ser compreendidas ou aceitas pelos usuários, dificultando a consolidação do sistema.

O objetivo do programa é promover ações institucionais para ampliar a visibilidade e alcance dos Comitês de Bacia Hidrográfica que compõe da Bacia do Rio Doce, além de viabilizar a realização de reuniões plenárias, de câmaras técnicas e eventos de interesse dos Comitês. O IBIO, atuando como Secretaria Executiva dos Comitês da bacia, tem como papel a efetivação de tais objetivos.

Entre 2012 e 2019 foram realizadas atividades, planejamento e contratações para atender aos objetivos do sistema. O objetivo é promover a divulgação, o fortalecimento e ampliação da visibilidade da ação dos Comitês de Bacia Hidrográfica, objetivando uma maior participação da sociedade e das instituições no sistema e uma melhor identificação do papel institucional dos Comitês, favorecendo o diálogo e as articulações institucionais.

7.3. Contratações e Resultados

Todas as contratações realizadas para atendimentos às demandas dos Comitês estão relacionadas a dois tipos de serviços específicos. Um deles relacionados a serviços considerados transversais, que são aqueles que atendem a mais de um programa do PAP ao mesmo tempo, assim como às demandas administrativas do IBIO. São contratos relacionados à aquisição de passagens aéreas, locação de veículos, serviços de motorista, realização de eventos, etc.

7.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

A execução das ações deste programa está diretamente relacionada ao plano de trabalho dos Comitês, elaborado com apoio do IBIO e das demandas que surgem ao longo do ano. Desta forma, todo o recurso desembolsado em 2019 foi fruto de demandas geradas pelos Comitês, que estão relacionadas a viagens, promoção de eventos, realização de Reuniões Plenárias e Câmaras Técnicas, entre outras atividades ligadas à gestão de recursos hídricos, etc.

Essas ações estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento dos demais programas do PAP, tendo em vista que custeiam as reuniões em que os comitês deliberam sobre as atividades que serão

realizadas em prol da revitalização da Bacia. Apresentamos a comparação entre o previsto no PAP 2016/2020 e o realizado pelo IBIO com Recursos Estaduais

Tabela 14 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 pelo IGAM para serem alocados ao Programa P61.2

Recursos Repassados pelo IGAM	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Piranga						
Investimento Previsto no PAP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	500,00
Investimento Realizado	19,41	49,84	30,35	6,66	0,00	106,26
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	500,00
Investimento Realizado	0,69	26,56	45,55	16,98	0,00	89,77
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	500,00
Investimento Realizado	5,97	17,42	32,85	3,45	0,00	59,69
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	500,00
Investimento Realizado	15,65	40,25	15,14	6,83	0,00	77,87
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	500,00
Investimento Realizado	6,85	41,53	23,74	12,51	0,00	84,63
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	500,00
Investimento Realizado	9,93	29,90	12,29	5,76	0,00	57,88
Total de Investimentos Previstos	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	3000,00
Total de Investimentos Realizados	58,50	205,51	159,92	52,17	0,00	476,11

7.5. Principais Deficiências e Dificuldades

O ano de 2018 foi um período marcado por dificuldades no atendimento aos comitês. Uma série de novas atividades foi incorporada ao escopo de trabalho dos CBHs, porém, ao mesmo tempo, a entidade passou por um período de reestruturação, que limitou a sua capacidade operacional. O recurso destinado ao custeio (7,5%) é escasso e, portanto, insuficiente para o atendimento pleno a todas as demandas dos comitês. Além disso, a incerteza quanto aos repasses estaduais e o fim do repasse adicional, que era feito pela ANA, limitaram ainda mais a capacidade de atendimento.

Diante do cenário acima mencionado, a Entidade Delegatária, junto ao CBH-Doce e aos Comitês de rios afluentes mineiros e capixabas, iniciaram os trabalhos para o desenvolvimento de um planejamento estratégico, cujo objetivo principal é estabelecer prioridades em consonância com a capacidade de atendimento da agência. A ideia é focar em macroações e trabalhar com um

cronograma bem definido, a fim de otimizar o atendimento e garantir o bom funcionamento dos colegiados, sem prejuízo à implementação dos programas.

7.6. (P61.1) – Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia

7.7. Descrição

A identificação dos usuários de água, sua localização em relação à bacia e à fonte de água e de lançamento de efluentes, a identificação de outros usuários a montante e a jusante, a realização do monitoramento do funcionamento do sistema, a observância dos volumes já outorgados são exemplos de ações de gestão que dependem da realização e manutenção do cadastro de usuários de água. No caso da bacia de um rio federal, como a do rio Doce, com a participação de dois estados, o banco de dados deve considerar os usuários com outorga emitida por cada um dos três atores envolvidos (ANA, IGAM e AGERH) dentro de uma mesma base.

O objetivo deste programa é montar a base operacional para a aplicação dos instrumentos de gestão integrada dos recursos hídricos.

Contudo, as bacias mineiras afluentes do rio Doce apresentam passivo de outorgas junto ao IGAM. Portanto, o conhecimento do universo de usuários de recursos hídricos é fundamental para a implementação e aperfeiçoamento de todos os instrumentos de gestão. Para promover a atualização das informações contidas no Sistema de Cadastro de Usuários de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais (SISCAD) é essencial que as bacias estejam com seus usos e volumes outorgados devidamente consistidos.

Faz-se necessária a cooperação entre os atores da gestão de recursos hídricos, particularmente no âmbito das bacias mineiras afluentes do rio Doce para promover a agilização da análise e a conclusão dos processos de outorgas, que resultará no atendimento dos objetivos comuns dos atores participantes, o que permitirá um grande ganho ambiental, econômico e social para toda a bacia do rio Doce.

7.8. Contratações e Resultados

Todas as contratações realizadas para atendimento a este Programa visaram atender ao Projeto PROURGAS proposto pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, no sentido de se buscar parcerias visando à prestação de apoio técnico administrativo, tratamento de dados e instrução de aproximadamente 1.800 (hum mil e oitocentos) processos de outorgas que se encontram em análise na Unidade Regional de Gestão das Águas – Leste de Minas.

Adicionalmente, estas contratações atendem às premissas operacionais e institucionais da Entidade Equiparada, em sua função de apoio executivo e técnico para a gestão da bacia do rio Doce.

Os CBHs mineiros afluentes do rio Doce e o IBIO são os responsáveis pelo custeio das ações de estruturação física do espaço destinado à instalação da URGA – Leste de Minas, além do apoio com estagiários, através de recursos de investimento previstos para o P61.1.

A tabela abaixo apresenta o rateio do custeio com a contratação de 06 (seis) estagiários para atendimento ao projeto PROURGAS, identificando o percentual de contribuição de cada comitê afluyente mineiro da Bacia do Rio Doce, sendo que o cálculo para definição do aporte de cada comitê foi elaborado considerando a disponibilidade de recursos previstos no Plano de Aplicação Plurianual (PAP-Doce), alocados no subprograma de Cadastramento e Manutenção do Cadastro dos Usuários de Recursos Hídricos da Bacia (P61.1).

Tabela 15 – Contribuição (Rateio) de cada Comitê Afluyente Mineiro para a execução do PROURGAS

CBHs Mineiros da Bacia do Rio Doce	%	Valor máximo de Custeio
CBH-Piranga	24%	R\$ 20.891,52
CBH-Piracicaba	24%	R\$ 20.891,52
CBH-Santo Antônio	24%	R\$ 20.891,52
CBH-Suaçuí	7%	R\$ 6.093,36
CBH-Caratinga	15%	R\$ 13.057,20
CBH-Manhuaçu	6%	R\$ 5.222,88
Total	100%	R\$ 87.048,00

➤ Contrato nº 11/2019

Contrato 11/2019	Programa	P61.1 /	Recursos	IGAM /
Alocação	Transversal / /			
Objeto	Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços contínuo de Agência de Integração para programas de estágio obrigatório e não-obrigatório de estudantes para a CONTRATANTE, nos termos da Lei Federal nº 11.788/2008. Valor da Taxa de Administração Mensal por Estagiários - R\$ 71,50.			
Valor	R\$ 5.148,00	Contratado Centro de Integração Empresa Escola de Minas Gerais - C		
Pago	R\$ 1.716,00	Data	16/09/2019	Prazo 16/09/2020
Saldo	R\$ 3.432,00	Gestor	Marisa	Aditivos 0

Identificação no PIRH-Doce:

- **Programa:** Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos
Subprograma: Subprograma Cadastramento e Manutenção do Cadastros dos Usos e Usuários de Recursos Hídricos – P61.1 – Comitê Piranga
Porcentagem de desembolso: 24% (Percentual de rateio com previsão do PAP 2016/2020).
- **Programa:** Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos
Subprograma: Subprograma Cadastramento e Manutenção do Cadastros dos Usos e Usuários de Recursos Hídricos – P61.1 – Comitê Piracicaba
Porcentagem de desembolso: 24% (Percentual de rateio com previsão do PAP 2016/2020).
- **Programa:** Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos
Subprograma: Subprograma Cadastramento e Manutenção do Cadastros dos Usos e Usuários de Recursos Hídricos – P61.1 – Comitê Santo Antônio

Porcentagem de desembolso: 24% (Percentual de rateio com previsão do PAP 2016/2020).

- Programa: Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos
Subprograma: Subprograma Cadastramento e Manutenção do Cadastros dos Usos e Usuários de Recursos Hídricos – P61.1 – Comitê Suaçuí
Porcentagem de desembolso: 7% (Percentual de rateio com previsão do PAP 2016/2020).
- Programa: Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos
Subprograma: Subprograma Cadastramento e Manutenção do Cadastros dos Usos e Usuários de Recursos Hídricos – P61.1 – Comitê Caratinga
Porcentagem de desembolso: 15% (Percentual de rateio com previsão do PAP 2016/2020).
- Programa: Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos
Subprograma: Subprograma Cadastramento e Manutenção do Cadastros dos Usos e Usuários de Recursos Hídricos – P61.1 – Comitê Manhuaçu
Porcentagem de desembolso: 6% (Percentual de rateio com previsão do PAP 2016/2020).

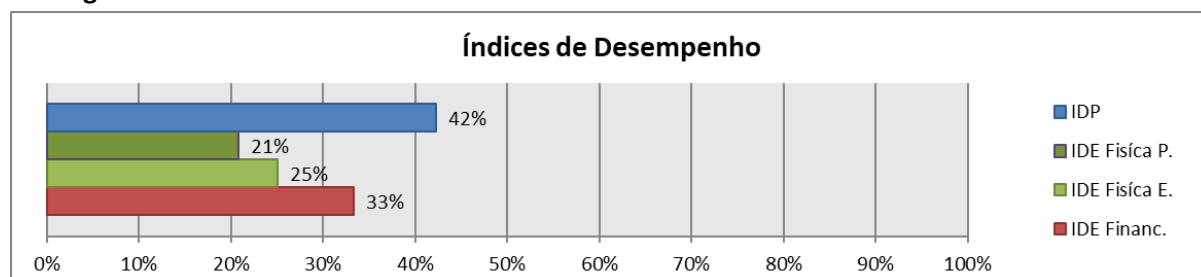
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P61.1 – Comitês Piranga/ Piracicaba/ Santo Antônio/ Suaçuí/ Caratinga/ Manhuaçu

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	12 meses	03 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houveram atrasos na execução

7.9. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

A execução das ações deste programa está diretamente relacionada ao plano de trabalho elaborado pelo IBIO para atendimento ao Projeto PROURGAS proposto pelo Instituto Mineiro de Gestão das

Águas - IGAM. Apresentamos na tabela abaixo os valores executados de 2016 até 2019, e os valores comprometidos para o exercício de 2020, Programa P61.1.

Tabela 16 – Valores Previstos no PAP 2016/2020 com recursos de MG para serem alocados ao Programa P61.1

Recursos Repassados pelo IGAM	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro de usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1) - CBH Piranga						
Investimento Previsto no PAP	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00	1,72	0,00	1,72
Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro de usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1) - CBH Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00	1,72	0,00	1,72
Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro de usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1) - CBH Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00	1,72	0,00	1,72
Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro de usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1) - CBH Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00	1,72	0,00	1,72
Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro de usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1) - CBH Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00	1,72	0,00	1,72
Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro de usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1) - CBH Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00
Investimento Realizado	0,00	0,00	0,00	3,01	0,00	3,01
Total de Investimentos Previstos	1570,00	500,00	0,00	0,00	0,00	2070,00
Total de Investimentos Realizados	0,00	0,00	0,00	11,62	0,00	11,62

O desembolso no exercício de 2019 com o Contrato nº 11/2019 foi de R\$ 1.287,00 (um mil duzentos e oitenta e sete reais), o qual tem como objetivo a manutenção/gestão do estágio com a empresa Centro de Integração Empresa Escola (CIEE).

Com relação ao pagamento da bolsa de estágio dos 6 (seis) estagiários é feito através do próprio IBIO. No exercício de 2019 o valor desembolsado com pagamento de bolsa estágio foi de R\$ 10.340,22 (dez mil trezentos e quarenta reais e vinte e dois centavos).

Totalizando o desembolso de R\$ 11.627,22 (onze mil seiscentos e vinte e sete reais e vinte e dois centavos) com o Programa P61.1 no exercício de 2019.

7.10. Principais Deficiências e Dificuldades

Para a contratação dos 06 (seis) estagiários para atendimento ao Projeto PROURGAS, fez-se necessária a contratação de Agência de Integração para programas de estágio obrigatório e não obrigatório, nos termos da Lei Federal nº 11.788/2008.

Considerando que apesar de o valor da contratação não exceder o limite de R\$16.000,00, mas que em razão da Resolução Conjunta SEMAD/IGAM 1044 não apresentar a figura da Dispensa de Coleta de Preços nos moldes da Resolução ANA 552/2011, foi necessária a realização de um Ato Convocatório, conforme consultado e confirmado pelo IGAM.

Desta forma, considerando todas as etapas e prazos para a realização de um Ato Convocatório, que inclui o levantamento dos orçamentos para balizamento do valor global máximo estimado da contratação, bem como a elaboração do Edital do referido Processo Licitatório, foi necessário um prazo de 03 (três) meses para contratação da Agência de Integração. Esse prazo poderia ser consideravelmente reduzido caso houvesse a figura da Dispensa de Coleta de Preços.

Outra dificuldade foi em relação ao processo para a contratação dos estagiários, que teve duração de 05 (cinco) meses, considerando a grande divulgação e adesão ao processo seletivo, com a participação de 140 (cento e quarenta) candidatos da área de direito e 60 (sessenta) da área de engenharia, o que acarretou em maior tempo para análise dos currículos e realização dos trâmites previstos no Processo Seletivo. Desta forma, a seleção dos estagiários não foi concluída dentro do prazo estipulado no Plano de Trabalho, ou seja, quatro meses após formalização do Termo de Cooperação Técnica.

8. AÇÃO TRANSVERSAL

8.1. Locação de Veículos (com e sem motorista)

8.1.1. Descrição

A Bacia Hidrográfica do Rio Doce é um território amplo e diversificado, que abrange 228 municípios e onde há a atuação de 12 (doze) Comitês de Bacia Hidrográfica, sendo 01 (um) Comitê Federal, 06 (seis) Comitês Estaduais em Minas Gerais e 05 (cinco) Comitês Estaduais no Espírito Santo, todos atendidos pelo IBIO, no exercício das funções de Agência de Água. Considerando a necessidade expressa pelos membros desses Comitês em realizar deslocamentos frequentes para participar de reuniões, eventos, plenárias, reuniões de câmaras técnicas, etc. e a necessidade do IBIO em se deslocar para acompanhar a execução dos diversos contratos realizados, bem como as ações que envolvem os Comitês de Bacia, optamos por realizar a contratação de empresa especializada em locação de veículos pequenos e vans, assim como serviço de motorista, quando necessário.

8.1.2. Contratações e Resultados

➤ Contrato nº 24/2016

Contrato 24/2016	Programa	Transversal /	Recursos	ANA / ANA RA / IGAM	
Alocação	Transversal / /				
Objeto	Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, destinados ao Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce), entidade delegatária e equiparada de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, bem como à sua equipe e convidados, membros e convidados dos Comitês com atuação na bacia do Rio Doce e prestadores de serviço.				
Valor	R\$ 2.100.519,38	Contratado	Locadora de veículos Locavip Ltda		
Pago	R\$ 966.669,32	Data	01/08/2016	Prazo	03/08/2019
Saldo	R\$ 0,00	Gestor	Juliana	Aditivos	3

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Ação Transversal

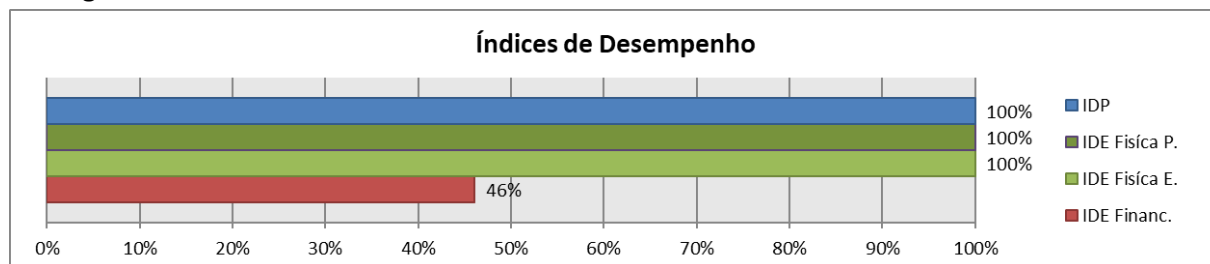
Subprograma: Ação Transversal

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: Ação Transversal

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	36 meses	36 meses (finalizado)

Cronograma Físico-Financeiro:

Em 27 de julho de 2016 foi celebrado Contrato nº 24/2016 entre o Instituto BioAtlântica (IBIO) e a empresa Locavip Locadora de Veículos LTDA, contratada através do Ato Convocatório nº 04/2016 para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, destinados ao Instituto BioAtlântica, bem como à equipe e convidados do IBIO, membros e convidados dos Comitês de Bacia Hidrográfica com atuação na bacia do Rio Doce e prestadores de serviço.

Até o dia 03 de agosto de 2019, encontrava-se vigente o Contrato nº 24/2016, ao qual abrangia todos os serviços acima listados, visando atender à atual demanda dos comitês e da agência. A fim de garantir a viabilidade financeira e a vantajosidade da prorrogação contratual foi realizada uma nova coleta de preços com diversas empresas da região no mês de julho de 2019, no qual foi constatado orçamentos com valores inferiores aos valores praticados no Contrato nº 24/2016, demonstrando como desvantajosa economicamente a sua prorrogação, tendo o contrato encerrado em 03 de agosto de 2019.

Tendo em vista a necessidade da manutenção dos serviços e a necessidade da prestação de natureza contínua dos trabalhos realizados, sob a pena de comprometer a execução dos serviços prestados pelo IBIO e os trabalhos dos comitês de bacia, durante o mês de agosto de 2019 foi iniciado o processo para a abertura de um novo processo de licitação para contratação da prestação de serviços de locação de veículos para atendimento às demandas do Instituto BioAtlântica (IBIO) e dos Comitês com atuação na bacia do Rio Doce.

Considerando que durante a fase de solicitação de orçamento para balizamento de preço para o certame, as empresas consultadas informaram através de e-mail a impossibilidade de participar do processo de seleção por não possuírem os serviços de locação de Van, caminhonete e mão de obra de motorista, o novo ato convocatório nº 04/2019 não contemplou tais serviços. Sendo assim, os serviços disponibilizados no ato convocatório nº04/2019 foram:

- Locação de veículos Popular (Motor 1.0).
- Locação de veículo Intermediário (Motor – acima de 1.0 a 1.6).

Após dada publicidade do Ato Convocatório nº 04/2019 nos sites Instituto BioAtlântica (IBIO), dos Comitês com atuação na bacia do Rio Doce e jornal oficial de Minas Gerais, ocorreu no dia 13 de novembro de 2019 a sessão pública do referido ato, com objetivo da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, destinados ao Instituto BioAtlântica e aos comitês da bacia hidrográfica do rio doce.

Durante a sessão pública somente uma empresa compareceu para concorrer ao certame, sendo esta a empresa Reta Automóveis de veículos Ltda, a qual, após análise dos documentos expressos nos

tramites do ato convocatório nº 04/2019 a mesma, foi proclamada vencedora do certame. Foi assinado e publicado o Contrato nº 13/2019 em 17 de dezembro de 2019. A execução do contrato iniciou em janeiro de 2020.

8.1.3. Principais Deficiências e Dificuldades

As dificuldades ligadas à locação de veículos começam desde a contratação da empresa para a prestação do serviço até o atendimento das demandas dos CBHs. Tendo em vista a extensão territorial da bacia e o número elevado de veículos que precisam estar à disposição, foi difícil conseguir empresas interessadas em participar do certame. Após a contratação, existe a dificuldade de gerenciamento do contrato, pois há grande volume de demanda e, muitas vezes, devido à urgência de realizar as atividades, os pedidos são recebidos com pouca antecedência. Soma-se isso à dificuldade de sublocação de veículos nas cidades de pequeno porte, o que torna a logística de atendimento ainda mais complexa e, ainda, a morosidade dos conselheiros em reunir os documentos comprobatórios e preencher corretamente os comprovantes de viagem. O processo de conferência após cada locação, visando dar transparência e garantir o bom uso do recurso público, é feito de forma detalhada, juntando toda a documentação necessária à correta prestação de contas.

Abaixo, seguem fotos de conselheiros e convidados em eventos no qual ocorreram a utilização de veículos locados.



Figura 3 – 39ª Reunião Ordinária do CBH-Manhuaçu



Figura 4 – 20ª Reunião Extraordinária do CBH-Piracicaba

8.2. Emissão de Passagens Aéreas

8.2.1. Descrição

Eventualmente, os conselheiros que compõem os Comitês de Bacias Hidrográficas, assim como os funcionários da agência e convidados, precisam realizar viagens de longa distância, sendo, em muitos casos, necessária a aquisição de passagens aéreas.

Essas viagens ocorrem para a participação em eventos como:

- Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), realizado anualmente;
- Reuniões com órgãos gestores (ANA, IGAM e AGERH);
- Eventos do Comitê Interfederativo – instância criada após o rompimento da Barragem de Fundão;
- Entre outras atividades inerentes à gestão de recursos hídricos.

Diante desta necessidade, foi realizado Ato Convocatório para contratação de empresa especializada, cujo objeto consiste em serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação, revalidação, cancelamento e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, em voos regulares e não regulares, destinados à equipe e convidados do IBIO, membros e convidados dos comitês com atuação na bacia do rio Doce e prestadores de serviço.

8.2.2. Contratações e Resultados

➤ Contrato nº 25/2016

Contrato 25/2016	Programa	Transversal /	Recursos	ANA / ANA RA / IGAM	
Alocação	Transversal / /				
Objeto	Este Contrato tem por objeto a prestação dos serviços de aquisição e remarcação de passagens aéreas nacionais e internacionais, em voos regulares e não regulares, por meio de atendimento presencial ou por atendimento remoto (e-mail, sistema e telefone), destinados à equipe e convidados do IBIO – AGB Doce, membros e convidados dos comitês com atuação na bacia do Rio Doce.				
Valor	R\$ 1.295.749,60	Contratado	Leste Turismo Ltda		
Pago	R\$ 644.328,52	Data	02/09/2016	Prazo	05/09/2020
Saldo	R\$ 651.421,08	Gestor	Elaine	Aditivo	3

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Ação Transversal

Subprograma: Ação Transversal

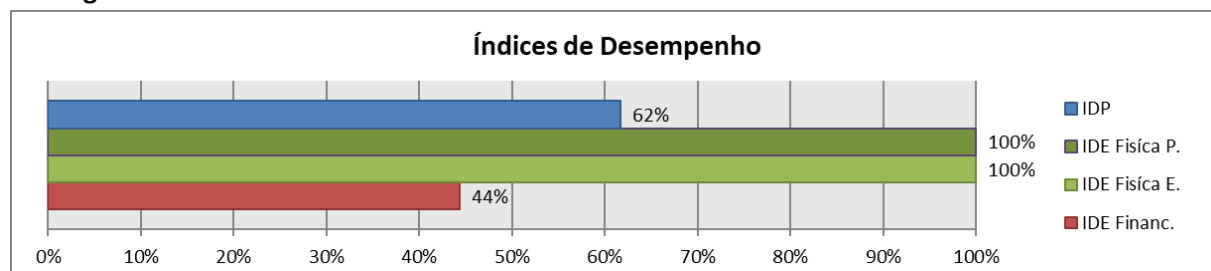
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: Ação Transversal

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	48 meses	40 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



A aquisição de passagens possibilita o deslocamento dos membros de comitê, convidados e funcionários do IBIO para eventos importantes ligados às questões ambientais e hídricas, realizados em cidades mais distantes.

Em 02 de setembro de 2016, foi celebrado Contrato nº 25/2016 entre o INSTITUTO BIOATLÂNTICA (IBIO) e a empresa LESTE TURISMO LTDA-ME, contratada através do Ato Convocatório nº 05/2016,

para prestar serviços de aquisição e remarcação de passagens aéreas nacionais e internacionais, em voos regulares e não regulares, por meio de atendimento remoto (e-mail, sistema e telefone), destinados à equipe e convidados do IBIO, membros e convidados dos Comitês de Bacia Hidrográfica com atuação na Bacia do Rio Doce. Conforme previsto no Parágrafo Terceiro, da Cláusula Segunda do referido Contato nº 25/2016:

“o prazo estimado de duração do presente Contrato é de 12 (doze) meses com vigência a partir da data de sua assinatura e publicação no endereço eletrônico do IBIO, podendo ser prorrogado pelas partes, por igual período em até 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, sempre mediante Termo Aditivo, não sendo admitida em hipótese alguma a forma tácita.”

Considerando a previsão contratual acima, o bom atendimento do fornecedor, além de ter o contrato “RAV 0” (Remuneração do Agente de Viagem). O IBIO realizou aditivo ao contrato para manutenção da prestação dos serviços. Atualmente o Contrato nº 25/2016 está em seu 3º Termo Aditivo o qual tem a vigente inicial em 05/09/2019 e término em 05/09/2020.

Abaixo, segue foto de conselheiros e convidados em eventos cuja compra das passagens aéreas foi feita pela Leste Turismo.



Figura 5 - Encontro Nacional de Comitês em Foz do Iguaçu/PR – outubro/2019



Figura 6 - Encontro Nacional de Comitês em Foz do Iguaçu/PR – outubro/2019

8.2.3. Principais Deficiências e Dificuldades

Entre os principais entraves encontrados na gestão deste contrato está a disponibilidade de voos, tendo em vista que muitas das cidades não possuem aeroporto e, aquelas que possuem, não dispõem de muitos horários. Desta forma, é necessária uma complexa logística para viabilizar o deslocamento da cidade de origem até o aeroporto mais próximo, compatibilizando os horários dos voos e eventos, de forma a garantir, ainda, o melhor custo benefício. Outro problema que dificulta o atendimento são as reuniões agendadas com pouco prazo, que demandam a aquisição de passagens imediatas, nem sempre disponíveis.

9. RECOMENDAÇÕES PARA ACELERAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PIRH-DOCE

9.1. Arranjo Institucional

O arranjo institucional atual, composto pelos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGERH previsto na Lei Federal nº 9.433/1997, poderia ser melhorado tanto com relação às competências previstas na Lei quanto da implementação de tais competências na prática. Por vezes os integrantes do SINGREH encontram dificuldades em tornar realidade tais competências e não conseguem atingir um nível de integração e inter-relacionamento favorável à implementação do PIRH. Ocorrência também verificada no nível político e administrativo.

A adequada implementação do PIRH requer não apenas uma Entidade Delegatária estruturada e eficiente, mas também um Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos integrado em todos os níveis. A implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos em bacias hidrográficas, assim como toda a legislação sobre o assunto incluído legislações específicas para Entidades Delegatárias e Contratos de Gestão celebrados com os órgãos gestores, são relativamente recentes no país. E como todo novo desafio, a implementação do PIRH é uma ação que depende e necessita de integração e comprometimento de todos os integrantes do SINGERH. É necessário que todos ajam em sinergia quanto aos objetivos a serem alcançados e quais as formas de alcança-los. Na medida em que cada ente do sistema torne suas competências em realidade e façam isso de forma integrada e com cumplicidade, a transformação dos programas descritos no PIRH em realidade se torna uma ação mais viável e possível.

Com o advento da atualização do PIRH, que será contratada pela ANA em 2020 e com conclusão prevista para 2021, espera-se que o arranjo institucional seja rediscutido e aperfeiçoado pelos integrantes do SINGERH.

Um dos objetivos da atualização do PIRH é avaliar o arranjo institucional existente e propor aperfeiçoamentos para implementação das ações do PIRH Doce/PARHs, assegurando a efetiva execução das ações nos prazos previstos, a celebração de parcerias para obtenção de recursos e a otimização da aplicação dos recursos arrecadados na cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia do rio Doce. Esse aperfeiçoamento deverá considerar distintos cenários de custeio da Entidade Delegatária/Equiparada, compatibilizando sua força de trabalho para as ações prioritizadas.

Sobre as ações prioritizadas pelos CBHs, o CBH-Doce deu um importante encaminhamento para o aperfeiçoamento da implementação das ações do PIRH Doce/PARHs, promovendo a revisão do Plano de Aplicação Plurianual (PAP Doce), com o objetivo de reduzir o número de programas prioritizados, compatibilizando os mesmos com a força de trabalho do IBIO, conforme citado acima. Tal revisão do PAP foi considerada pelo CBH-Doce como imprescindível para a atuação da ED e dos CBHs, concentrando esforços para obtenção de melhores resultados.

9.2. Unificação dos Contratos de Gestão

Das leis distintas que temos no país sobre a Política de Recursos Hídricos como a Lei Federal nº 9.433/1997, a Lei do Estado de Minas Gerais nº 13.199/1999 e a Lei do Estado do Espírito Santo nº 5.818/1998 originaram leis específicas que regulamentam a celebração de contratos de gestão entre os órgãos gestores de recursos hídricos e as entidades delegatárias/equiparadas das funções de Agências de Águas. Como resultado, temos Contratos de Gestão celebrados entre órgãos gestores e entidades delegatárias/equiparadas distintos. No caso específico do IBIO, temos dois contratos de gestão distintos celebrados com a ANA e com o IGAM para implementação de um mesmo PIRH. Contratos distintos quanto às competências, obrigações e metas a serem alcançadas representam ainda mais complexidade na implementação do PIRH.

Entendemos que um contrato de gestão unificado entre os órgãos gestores federal e estadual seria uma forma de reforçar a integração entre os entes participantes do SINGERH em prol do bem comum na recuperação das bacias hidrográficas. Contratos de Gestão distintos torna a rotina administrativa, jurídica, gerencial e estratégica das entidades delegatárias/equiparadas sobrecarregada e burocrática. Considerando que tal rotina é o papel principal de tais entidades, a distinção entre contratos de gestão tem um impacto significativo na produtividade e eficiência destas entidades.

Ademais, a discussão e o aperfeiçoamento do arranjo institucional pelos integrantes do SINGERH, através da atualização do PIRH, trará subsídios para reflexão dos atores atuantes na bacia sobre essa gestão unificada.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO PIRH E PARH – CBH-CARATINGA

01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019

CONTRATO DE GESTÃO 001/IGAM/2017

FEVEREIRO DE 2020

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
LISTA DE FIGURAS	3
LISTA DE TABELAS	4
1. APRESENTAÇÃO	5
2. QUALIDADE DA ÁGUA	6
2.1. (P11) PROGRAMA DE SANEAMENTO DA BACIA	6
2.2. <i>Ações do IBIO</i>	6
2.3. <i>Identificação no PIRH/PARH</i>	8
3. QUALIDADE DA ÁGUA	9
3.1. (P12) PROGRAMA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES GERADORAS DE SEDIMENTOS.....	9
3.2. <i>Ações do IBIO</i>	9
3.3. <i>Identificação no PIRH/PARH</i>	12
4. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO	14
4.1. (P41) PROGRAMA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO.....	14
4.2. <i>Ações do IBIO</i>	14
4.3. <i>Identificação no PIRH/PARH</i>	15
5. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO	16
5.1. (P42) PROGRAMA DE EXPANSÃO DE SANEAMENTO RURAL	16
5.2. <i>Ações do IBIO</i>	16
5.3. <i>Identificação no PIRH/PARH</i>	16
6. INCREMENTO DE ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS	17
6.1. (P52) PROGRAMA DE RECOMPOSIÇÃO DE APPS E NASCENTES	17
6.2. <i>Ações do IBIO</i>	17
6.3. <i>Identificação no PIRH/PARH</i>	20
7. IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	21
4.1. (P61.2) FORTALECIMENTO DOS COMITÊS	21
4.2. <i>Ações do IBIO</i>	21
4.3. <i>Identificação no PIRH/PARH</i>	23
7.4. (P61.1) SUBPROGRAMA DE CADASTRAMENTO E MANUTENÇÃO DO CADASTRO DOS USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA	24
7.5. <i>Ações do IBIO</i>	24
7.6. <i>Identificação no PIRH/PARH</i>	27
8. PROCESSOS DE OUTORGA	28

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Municípios que manifestaram interesse no Edital de Chamamento para os Programas P11 e P41.....	7
Figura 2 – Municípios Classificados no Edital de Chamamento para os Programas P11 e P41	8
Figura 3 – Reunião Plenária do CBH-Doce.....	9
Figura 4 – Reunião Plenária CBH-Santo Antônio	9
Figura 5 – Reunião Plenária CBH-Suaçuí	10
Figura 6 – Reunião da CTPLAN do CBH-Suaçuí – Agosto/2019	11
Figura 7 – Reunião da CTPLAN do CBH-Suaçuí – Novembro/2019	11
Figura 8 – Reunião de Alinhamento com empresas do Rio Vivo	12
Figura 9 – Placas de divulgação das ações do P52 nas propriedades do município de Santa Bárbara do Leste	19
Figura 10 – Reunião Ordinária do CBH-Caratinga – 11/07/2019	22
Figura 11 - Reunião Extraordinária do CBH - Caratinga – 03/12/2019	23
Figura 12 – 3º Reunião do 4º Mandato da CTI – Apresentação do PROURGAS 05/12/2018	26
Figura 13 - 80ª Reunião Ordinária do CBH-Piracicaba – Aprovação do PROURGAS 02/05/2019	26
Figura 14 - Reunião Ordinária do CBH-Caratinga – Aprovação do PROURGAS 11/07/2019	27
Figura 15 - 40ª Reunião Ordinária do CBH-Manhuaçu – Aprovação do PROURGAS 04/06/2019	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Caratinga no ano de 2019.....	22
Tabela 2 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH- Caratinga em 2019	23
Tabela 3 - Reuniões da Diretoria Executiva do CBH- Caratinga em 2019	23

1. APRESENTAÇÃO

Neste relatório apresentaremos as providências adotadas pelo Instituto BioAtlântica que envolvem sua estrutura administrativa, corpo técnico e mobilização utilizando 7,5% dos recursos federais e estaduais oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos. A utilização dos recursos federais se deve pelo fato de que possuímos corpo técnico único para execução dos programas previstos no Plano de Aplicação Plurianual e parte deste corpo técnico ser contratado com os recursos federais e parte com recursos estaduais.

As recomendações de ações com vista na aceleração da implementação do PIRH – Doce serão apresentadas para todos os programas e subprogramas em um único tópico. Consideramos ser a melhor forma de apresentarmos as recomendações, uma vez que a maioria delas visam acelerar a implementação do PIRH – Doce e PARH's como um todo e não um programa ou subprograma específico.

Para elaboração deste relatório, as providências adotadas pelo IBIO para execução as ações previstas no PIRH-Doce foram agrupadas por Programa e Subprograma do PIRH-Doce. Em cada programa, estão descritas as ações relacionadas à elaboração de documentação e processos administrativos para contratação de bens e serviços; articulação e mobilização realizada; processos seletivos realizados; e as providências adotadas durante a execução das contratações realizadas pelo IBIO.

Para cada Programa e Subprograma do PIRH-Doce descrito neste relatório serão identificados o seu correspondente direto no Plano de Aplicação Plurianual. Ou seja, além da identificação das providências adotadas pelo IBIO no PIRH-Doce, também constará a identificação no PAP.

2. QUALIDADE DA ÁGUA

2.1. (P11) Programa de Saneamento da Bacia

2.2. Ações do IBiO

O Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020 prevê que os municípios a serem contemplados com a elaboração de Projetos de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários deverão atender alguns critérios obrigatórios e classificatórios, sendo que um dos critérios obrigatórios é o município ter o Plano Municipal de Saneamento Básico devidamente aprovado.

Desta forma, tendo em vista essa obrigatoriedade estabelecida no PAP 2016/2020, que para ser contemplado com o projeto o município precisava ter o PMSB aprovado, e que a maioria dos municípios da Bacia ainda não atendia essa exigência, apresentamos resumidamente as ações do IBiO:

2016 - Levantamento de informações, planejamento para a realização dos projetos e a finalização dos PMSB já contratados com recursos previstos no PAP 2012/2015, conforme detalhado no Relatório de Gestão de 2016.

2017 - Discussão com os Comitês sobre a estratégia de condução do Programa, que se estendeu por cinco meses (março a julho), atrasando a publicação do Edital de Chamamento. Com a estratégia definida, no dia 22/08/2017 foi lançado o Edital de Chamamento Público único para toda a bacia, contemplando os Programas P11 (projetos de sistemas de esgotamento sanitário) e P41 (projetos de sistemas de abastecimento de água), para manifestação de interesse dos Municípios que desejassem ser contemplados. Ao todo 140 municípios enviaram os documentos para manifestação de interesse e, desses, 134 especificamente com interesse em Projetos de Esgotamento Sanitário (P11).

A distribuição dos municípios interessados em Projetos de Esgotamento Sanitário (P11) e de Abastecimento de Água (P41) ao longo de toda a Bacia pode ser observada na Figura 1, o dia 21/12/2017 foi publicado o Resultado Preliminar do Edital de Chamamento, com informações sobre os critérios obrigatórios previstos no Edital e a situação de cada um dos Municípios que manifestaram interesse.

Informações detalhadas sobre o processo de discussão nos CBHs e sobre o Edital de Chamamento nº 01/2017, podem ser consultadas no Relatório de Gestão de 2017.

2018 - Foi publicado em 26/03/2018 o Resultado Final do Edital de Chamamento, tendo 30 municípios classificados para os Projetos de Sistema de Abastecimento de Água (P41) e 35 municípios classificados para os projetos de Sistema Esgotamento Sanitário (P11), como pode ser observado na Figura 2 abaixo no segundo trimestre de 2018, foi iniciada a elaboração do Termo de Referência para compor o Ato Convocatório de contratação das empresas especializadas para a elaboração dos projetos.

Entretanto, não foi dada continuidade ao processo, uma vez que, com a redução do quadro de funcionários, foi reduzida a capacidade de atuação dos profissionais do Setor de Programas e

Projetos, responsáveis por desenvolver essas ações. Informações detalhadas podem ser consultadas no Relatório de Gestão de 2018.

2019 - O IBIO, considerando sua limitação de pessoal devido à reestruturação ocorrida em 2018, envidou esforços para contratação da Caixa Econômica Federal (CEF), objetivando a prestação de serviços para elaboração de termo de referência e análise de projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme demanda levantada nos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), de cada município selecionado por meio do Edital de Chamamento nº 01/2017. Esta iniciativa foi aceita pelo CBH-Doce, que alocou recursos no PAP para execução desta ação em 2020, o que beneficiaria também os CBHs mineiros, já que ajudaria a viabilizar a elaboração dos projetos com recursos da cobrança estadual. Contudo, apesar de avançadas as tratativas junto à CEF, as mesmas não foram concretizadas, conforme explicações constantes no Item 2.5 do Anexo IV.

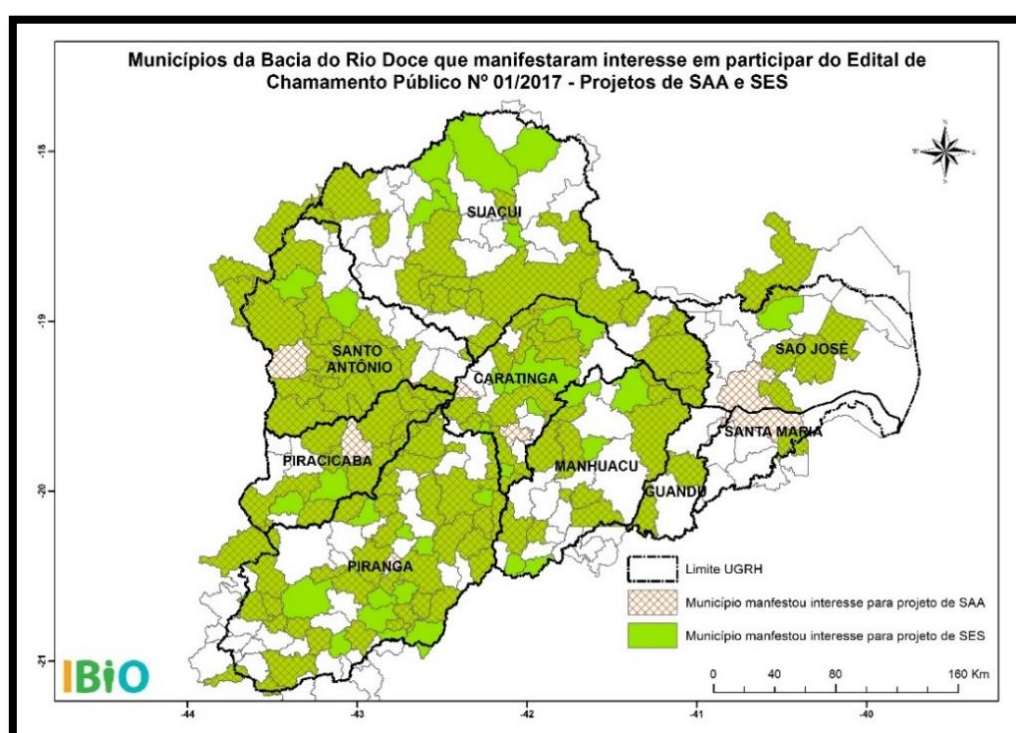


Figura 1 - Municípios que manifestaram interesse no Edital de Chamamento para os Programas P11 e P41

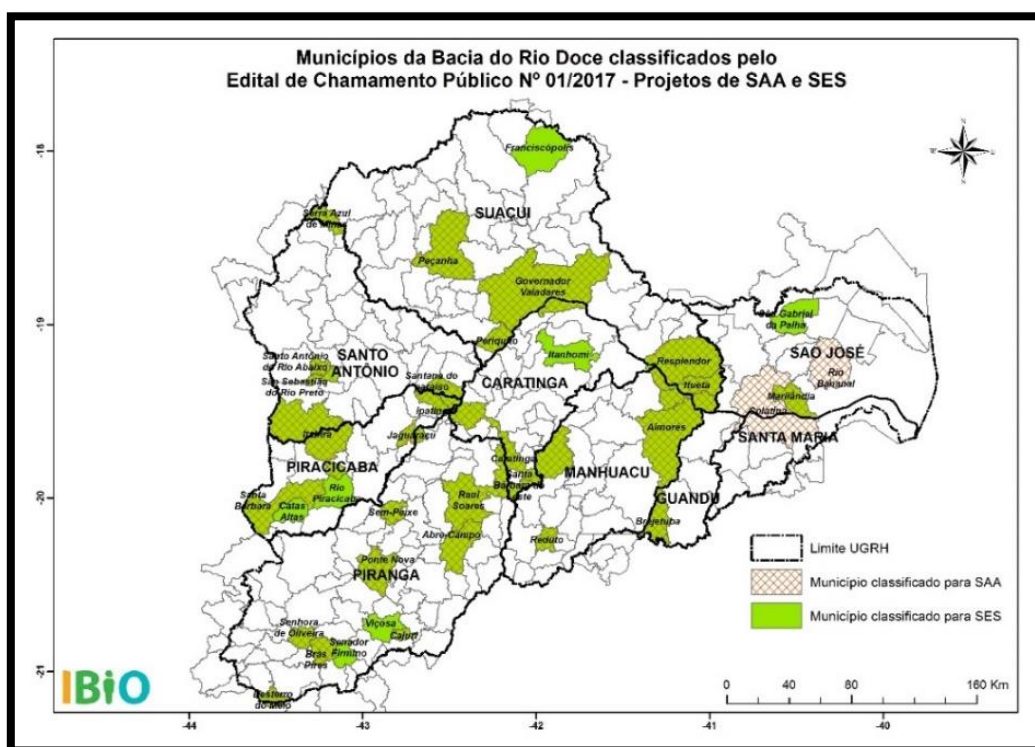


Figura 2 – Municípios Classificados no Edital de Chamamento para os Programas P11 e P41

2.3. Identificação no PIRH/PARH

Programa: Qualidade de Água

Subprograma: P11 - Programa de Saneamento na Bacia

Objeto: Projetos e obras de coleta e tratamento de esgotos domésticos dos núcleos populacionais de toda a bacia.

Valor Estimado: R\$ 916.592.923,00

3. QUALIDADE DA ÁGUA

3.1. (P12) Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos

3.2. Ações do IBIO

Ao longo do ano de 2019, o andamento dos Contratos do Rio Vivo foi apresentado em Reuniões Plenárias dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Doce e dos Comitês de Bacia Hidrográfica dos rios afluentes Santo Antônio (UGRH 3) e Suaçuí (UGRH 4), além da CTPLAN do Suaçuí, conforme solicitado pelos comitês. As figuras abaixo ilustram algumas destas reuniões.



Figura 3 – Reunião Plenária do CBH-Doce



Figura 4 – Reunião Plenária CBH-Santo Antônio



Figura 5 – Reunião Plenária CBH-Suaçuí

Nos meses de abril e junho, considerando o encerramento dos contratos com a empresa de Diagnósticos e Projetos das UGRHs 1 (Lote 02), 2 e 3 (Lote 01), o IBIO notificou a empresa sobre o encerramento dos contratos (NOTIFICAÇÃO Nº 005/2019/IBIO, NOTIFICAÇÃO Nº 007/2019/IBIO e NOTIFICAÇÃO Nº 006/2019/IBIO). Além disso, o IBIO também aplicou a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Instituto BioAtlântica pelo prazo de 01 (um) ano (NOTIFICAÇÃO Nº 016/2019/IBIO). A empresa fiscalizadora também foi notificada sobre os contratos encerrados (NOTIFICAÇÃO Nº 007/2019/IBIO, NOTIFICAÇÃO Nº 008/2019/IBIO e NOTIFICAÇÃO Nº 009/2019/IBIO).

Em junho, após amostragem em Produtos 6.1 entregues pela empresa de diagnósticos e projetos da UGRH 1 (Lote 01), irregularidades foram encontradas. Assim, o IBIO notificou a empresa fiscalizadora para que reanalisasse os produtos (NOTIFICAÇÃO Nº 014/2019/IBIO). No início de julho, após a reanálise da fiscalizadora, o IBIO notificou (NOTIFICAÇÃO Nº 018/2019/IBIO) a empresa de Diagnósticos e Projetos para corrigir os produtos que apresentavam irregularidades identificadas pela empresa fiscalizadora após reanálise.

Nos meses de agosto e setembro, ocorreram reuniões com a CTPLAN do Suaçuí para discutir sobre a realização de parceria com empresas que estão atuando com projetos e programas que possuem ações semelhantes aos programas do Rio Vivo (município de Peçanha -Figura 6). Em novembro, proposta de atuação em nova microbacia, no município de Rio Vermelho foi discutida nessa CTPLAN, visando atender à solicitação da UGP (Unidade Gestora de Projeto) para atendimento à cota de imóveis deste município (Figura 7). Após discussão nas câmaras técnicas, a plenária aprovou a parceria e a atuação na nova microbacia.



Figura 6 – Reunião da CTPLAN do CBH-Suaçuí – Agosto/2019



Figura 7 – Reunião da CTPLAN do CBH-Suaçuí – Novembro/2019

Diante da grande dificuldade das empresas em atender a qualidade esperada para os produtos contratados, o IBIO solicita reuniões de alinhamento para que dúvidas sejam sanadas e o trabalho seja continuado. As próprias empresas, quando sentem necessidade, também solicitam esse tipo de reunião. Em fevereiro de 2019, tanto as empresas contratadas quanto o IBIO sentiram a necessidade de mais uma reunião de alinhamento, agora, para sanar todas as dúvidas em relação ao Produto 6.1. Durante todo o dia da reunião, que ocorreu via presencial e skype, os técnicos da empresa de elaboração de diagnósticos e projetos, da empresa fiscalizadora e do IBIO levantaram pontos e alinharam entendimentos (Figura 8). Em junho, considerando divergência quanto a orientações técnicas inicialmente repassadas, o IBIO mediu a discussão entre as empresas do Rio Vivo para que

as mesmas chegassem a um consenso. Além disso, em outubro, o IBIO mediou a reunião com as empresas para tratar do modelo do Produto 6.2.



Figura 8 – Reunião de Alinhamento com empresas do Rio Vivo

Considerando as dificuldades encontradas pelas empresas de diagnósticos e projetos, pontuadas nos respectivos contratos, a previsão de entrega, dos Termos de Referência para contratação de empresa(s) especializada(s) para execução dos projetos contratados e os Termos de Referência para contratação de empresa(s) especializada(s) no monitoramento dos parâmetros relacionados aos projetos contratados, é para 2020, para os contratos vigentes, referente às UGRHs 1 (Lote 01), 3 (Lote 02) e 4. Os termos de referência supracitados serão utilizados para a contratação das empresas que irão executar as intervenções nos imóveis rurais, bem como realizar o monitoramento (segunda etapa do RIO VIVO).

Considerando a redução de equipe técnica do IBIO, que atualmente possui uma analista, as discussões sobre o Rio Vivo nos CBHs Caratinga e Manhuaçu não puderam ser retomadas. Considerando essa situação e conforme o exposto no Item 2.7, também, não foi possível realizar processo licitatório para a contratação de empresa de diagnósticos e projetos para elaborar os produtos remanescentes não entregues durante a vigência dos contratos encerrados (UGRH 1 – Lote 02; UGRH 2; UGRH 3 – Lote 01). Cabe mencionar, também, que em 2019, o IBIO realizou mensalmente a análise física dos produtos entregues para pagamento.

3.3. Identificação no PIRH/PARH

Programa: Qualidade de Água

Subprograma: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos

Objeto: Identificação da erodibilidade potencial da bacia e da erosão real estimada por meio de análise de imagens de satélite e aplicação de modelagem numérica da elevação e da erodibilidade. Definição de áreas críticas e, sobre estas, realizar a localização de estradas vicinais e caminhos de

serviço visíveis nas imagens. Sobre a imagem, identificação de processos erosivos reais, com delimitação de pontos de interesse. Visitas a campo para confirmação e caracterização dos processos erosivos (laminar, sulcos, voçorocas) e das medidas de correção ou de prevenção. Análise da viabilidade técnica de implantação das medidas propostas, orçamentação e execução das medidas selecionadas de controle de geração de sedimentos em áreas rurais. Implantação de projeto piloto e de áreas demonstrativas para análise e demonstração de resultados. Articulação com órgãos de assistência técnica e prefeituras municipais para realização de ações de multiplicação e capacitação de técnicos e operadores de máquinas e equipamentos.

Valor Estimado: R\$ 6.010.000,00

4. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

4.1. (P41) Programa Universalização do Saneamento

4.2. Ações do IBIO

Para uma melhor compreensão das ações realizadas pelo IBIO, no âmbito do Programa de Universalização do Saneamento (P41), as mesmas foram divididas em ações referentes a: Planos Municipais de Saneamento Básico; Projetos de Abastecimento de Água.

4.1.1. Planos Municipais de Saneamento Básico

Ao todo, foram contratados e finalizados 165 PMSB na Bacia do Rio Doce. Informações detalhadas sobre as atividades relacionadas ao processo de elaboração desses PMSB podem ser obtidas nos relatórios de gestão dos exercícios anteriores.

O IBIO realiza um trabalho de acompanhamento junto aos municípios sobre a aprovação dos PMSBs elaborados, por meio de leis municipais. Ainda em 2019 essas informações foram obtidas e alimentaram a base de dados. Cabe destacar que atualmente todos os 228 municípios da Bacia do Rio Doce possuem PMSBs.

4.1.2. Projetos de Abastecimento de Água

Ao longo de 2019, diversas atividades e discussões foram realizadas no âmbito do Programa de Universalização do Saneamento (P41), no que se refere aos Projetos de Abastecimento de Água, tendo em vista os contratos já celebrados e já mencionados anteriormente, e o Edital de Chamamento Público para novos projetos que foram abertos em 2017.

No que diz respeito aos Projetos de Abastecimento de Água contratados para Viçosa, consistem em dois projetos de otimização de sistemas de abastecimento de água para o referido município. Os contratos foram firmados no ano de 2016.

Durante o ano de 2019, discussões foram realizadas entre o IBIO, as empresas e a Equipe Gestora do Contrato para aprovação do conteúdo dos Produtos, alinhamento com as empresas e apreciação da população, visando a transparência e controle social do processo de elaboração dos projetos.

Ressalta-se que todos os Produtos elaborados pela empresa são aprovados pela Equipe Gestora de Contratos e apreciados pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG.

Atualmente, encontra-se em andamento o contrato com a empresa Tecisan, a qual finalizou a versão preliminar do Produto 4, último produto previsto no escopo do contrato, estando pendente a validação por parte da Equipe Gestora de Contratos e apreciação pelo Conselho Municipal de Saneamento. O contrato com a empresa Belba, conforme já relatado anteriormente, se encerrou mesmo não tendo a mesma concluído as atividades previstas, tendo o IBIO realizado, inclusive, notificação referente aos não atendimentos da Contratada no que tange o Termo de Referência. Em 2020, as questões junto à Belba, que dizem respeito à esta contratação, deverão ser resolvidas por meio do Acordo Extrajudicial realizado entre as partes.

Ainda no que se refere aos Projetos de Abastecimento de Água, é importante comentar sobre o Edital de Chamamento Público nº 01/2017, publicado em 22/08/2017, após um longo período de discussões junto ao CBH Doce e CBHs afluentes para sua aprovação. O Edital foi um processo único e conjunto para o CBH Doce e os CBHs afluentes, para contemplar os municípios com Projetos de Abastecimento de Água, no âmbito do P41, e Projetos de Esgotamento Sanitário, no que se refere ao P11, conforme já relatado no Item 2.2.

4.3. Identificação no PIRH/PARH

Programa: Universalização do Saneamento

Subprograma: P41 - Programa de Universalização do Saneamento

Objeto: Atendimento universal da população urbana com água, coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos e estudos sobre alternativas para a drenagem urbana.

Valor: R\$ 182.627.150,00

5. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

5.1. (P42) Programa de Expansão de Saneamento Rural

5.2. Ações do IBIO

O P42 vem sendo implementado em conjunto com os programas P12 e P52. A princípio esta implementação conjunta vem sendo iniciada nas UGRHs 1 - Piranga, 2 - Piracicaba, 3 - Santo Antônio e 4 - Suaçuí. Maiores detalhes desta implementação conjunta se encontram no item 3.2 (Ações do IBIO – P12) deste Relatório.

5.3. Identificação no PIRH/PARH

Programa: Universalização do Saneamento

Subprograma: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural

Objeto: Análise de critérios de viabilidade de implantação de estruturas de saneamento no meio rural (abastecimento de água potável, tratamento de efluentes e coleta e destinação de resíduos sólidos), mapeamento e identificação de núcleos rurais compatíveis com os critérios adotados, seleção de situações críticas para proposição e análise de viabilidade de atendimento das necessidades. Abertura de um canal de comunicação institucional entre os Comitês e a população rural via serviços públicos e privados de assistência técnica e extensão rural para apresentação de demandas não identificadas. Implantação de unidades demonstrativas de técnicas e processos de tratamento de resíduos e efluentes para pequenas comunidades, inclusive de resíduos das atividades de suinocultura, avicultura e fruticultura.

Valor Estimado: R\$ 4.000.000,00

6. INCREMENTO DE ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS

6.1. (P52) Programa de Recomposição de APPS e Nascentes

6.2. Ações do IBIO

As ações do IBIO referentes ao Rio Vivo (P12, P42 e P52 em conjunto) encontram-se detalhadas no item 3.2 (Ações do IBIO - P12) deste Relatório.

Ações do IBIO quanto a implementação do P52 de forma isolada:

Desde o ano de 2015, discussões vêm sendo realizadas com alguns comitês para a implementação do P52. Essas discussões e definições foram realizadas nos Grupos de Trabalhos (GT) e Câmaras Técnicas de Programas e Projetos (CTPP) dos comitês e apresentadas em reunião de plenária para aprovação. Essas reuniões aconteceram nos Comitês de Bacia Hidrográficas do Santo Antônio (UGRH 3) e Caratinga (UGRH 5), e o IBIO participou, por meio de seus profissionais, para levar as estratégias delineadas e obter as informações necessárias para dar prosseguimento às ações.

Segue a descrição sobre o andamento do Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) de forma isolada na UGRH X:

CBH-Caratinga:

No ano de 2016, a Câmara Técnica de Planejamento (CTPlan), do CBH Caratinga, elegeu que o programa seria implantado na Comunidade Rural do Córrego do Pião de Cima e Pião de Baixo, no município de Santa Bárbara do Leste/MG, e apresentada em reunião de plenária para sua aprovação. Nesta comunidade já existe conflito pelo uso da água e também está localizada a nascente do rio Caratinga.

Neste mesmo ano, foi formalizada uma parceria do IBIO, CBH Caratinga e o Instituto Estadual de Florestas – IEF, agência do município de Caratinga. Foram realizadas vistorias de campo pelos técnicos do IEF e repassadas ao analista de programas e projetos do IBIO. Nestas visitas, foi informado ao produtor sobre o programa P52, seus objetivos e suas ações. Foram realizados os cadastros dos produtores interessados em participar do programa, assinatura dos termos de compromisso, e a vistoria completa dos imóveis onde foi realizado o georreferenciamento das áreas a serem trabalhadas.

Pelo levantamento realizado em campo, foram cadastradas para participar do programa 13 (treze) propriedades rurais, distribuídos em 24 (vinte e quatro) áreas, que foram, georreferenciadas, correspondente ao total de 14,5519 ha (quatorze hectares cinquenta e cinco ares e dezenove centiares). Deste montante serão construídos 6.707 (seis mil setecentos e sete) metros lineares de cerca de arame farpado e efetuado o plantio de 2.606 (dois mil seiscentos e seis) mudas florestais e frutíferas. Para esta ação ainda está prevista a execução de tratamentos culturais (capina manual, roçada, combate a formiga e replantio de mudas não sobreviventes).

Para cada propriedade rural foi elaborado um projeto, já especificando a área a ser cercada e posteriormente restaurada, com distribuição das espécies de mudas florestais e nativas, já distribuídas em 02 grupos, e quantidade de isca formicida / adubação / porcentagem de replantio em cada área a ser trabalhada. A cada atividade implantada na propriedade rural, o proprietário assina um documento certificando que a atividade foi realizada de modo satisfatório.

De posse de todos os projetos, realizados pelo IEF, o IBIO elaborou o Ato Convocatório, para contratação dos serviços de implantação do programa. Na data de 18 de setembro de 2017, foi realizada a sessão Pública do Ato Convocatório de nº 07/2017, com o objetivo de contratação da prestação de serviços de execução de projetos de recomposição (plantios de espécies florestais e frutíferas) e proteção (construção de cercas) de nascentes, no município de Santa Bárbara do Leste/MG, pertencente à UGRH 5 Caratinga, em atendimento ao Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52). A empresa vencedora foi a GOS Florestal Ltda. Na data de 02 de outubro de 2017, foi assinado o Contrato de nº 34/2017, no valor de total de R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais). Cabe ressaltar que essa contratação foi custeada com Recursos Federais.

Na data de 02 de outubro de 2017, foi realizada pelo IBIO e a empresa GOS Florestal, uma reunião de alinhamento, para início de implantação do programa, na comunidade rural do córrego do Pião de Cima e Pião de Baixo, no município de Santa Bárbara do Leste. Ainda em 2017, no dia 15 de dezembro, foi liberada Ordem de Serviço para o Produto 3 e, após sua finalização, foi liberada, em abril de 2018, Ordem de Serviço para o Produto 4.

Em outubro de 2018, foi liberada Ordem de Serviço para que a empresa contratada pudesse dar início às atividades relacionadas ao Produto 5 e desde então, as atividades de campo foram iniciadas. Para as atividades de campo realizadas pela Contratada, o IEF realiza uma inspeção no local. Para que essa inspeção ocorra, o Fiscal do Contrato no IBIO realiza os devidos alinhamentos entre Contrata e IEF quanto às melhores datas e horários da inspeção. Na parceria realizada com o IEF, são fornecidas diárias para os técnicos que vão à campo, pelo Comitê da Bacia do Caratinga. O processo de pagamento das diárias é realizado pelo Setor Administrativo e Financeiro do IBIO. Ao realizar a inspeção, o IEF emite um laudo certificando se o trabalho da contratada foi bem executado e, então, a partir deste documento, o IBIO analisa os produtos entregues e emite os devidos pareceres parciais ou conclusivos.

Ainda relacionado a esse Contrato, foi realizada a contratação, por Dispensa de Coleta de Preços, de placas para divulgação do trabalho. Os técnicos do IEF também deram total apoio para a implantação das mesmas em cada uma das áreas contempladas. A seguir, na Figura 9, está representada a implantação de placas de divulgação das ações do P52, adquiridas através do Contrato nº 07/2018, nas propriedades do município de Santa Bárbara do Leste.



Figura 9 – Placas de divulgação das ações do P52 nas propriedades do município de Santa Bárbara do Leste

No ano de 2017, foram entregues os seguintes produtos: Produto 1 - Plano de Trabalho; Produto 2 – Relatório Técnico de Proteção. Já no ano de 2018, foram entregues os seguintes: Produto 3 – Relatório Técnico de Recomposição; Produto 4 – Monitoramento I. Por fim, o último produto, o Produto 5 – Monitoramento II e Relatório Final, foi entregue pela empresa em 2019. No ato convocatório, consta o conteúdo de cada um dos produtos, de acordo com o desenvolvimento do programa.

Produtos já entregues:

➤ Produto 1 – Plano de Trabalho

Neste produto, que foi entregue em novembro de 2017, consta em seu conteúdo: planejamento técnico e físico dos trabalhos, contextualização das ações, indicação das equipes, seu perfil, responsabilidades de cada profissional, a descrição das atividades com sua organização, a metodologia de trabalho a serem empregados, os equipamentos a serem utilizados, organograma para os trabalhos, fluxograma, prazos previstos e insumos necessários.

➤ Produto 2 – Relatório Técnico de Proteção

Neste produto, que foi entregue em dezembro de 2017, consiste à construção de 6.707 (seis mil setecentos e sete) metros lineares de cerca de arame farpado, com balancins entre os mourões de eucalipto tratado. Neste produto também consta em seu conteúdo: informações sobre a bacia hidrográfica do Rio Caratinga; o município de Santa Bárbara do Leste, citando: população, instituições atuantes, agropecuária, meio ambiente, agricultura, economia, aspectos gerais; a Comunidade do Córrego do Peão de Cima e Peão de Baixo, citando: número de imóveis rurais, moradores, principais atividades econômicas, dentre outros aspectos ambientais e sociais. Também,

contem descrição sobre a importância da proteção das áreas de preservação permanente e nascentes, principalmente contra o pisoteio de gado e interferência humana.

➤ Produto 3 – Relatório Técnico de Recomposição

Este produto, entregue em abril de 2018, que consiste no plantio de mudas florestais e frutíferas, apresenta, além da comprovação das atividades de recomposição, o seguinte conteúdo: trabalhos realizados para recomposição de nascentes, com ênfase na regeneração natural e no plantio de mudas nas modalidades de enriquecimento e plantio total; descrição sobre a importância, funções e benefícios oriundos da vegetação no entorno das áreas de preservação permanente, especialmente áreas de nascentes.

➤ Produto 4 – Relatório Técnico de Monitoramento I

Após o cercamento e plantio, foi efetuado o primeiro monitoramento, com a execução de tratamentos culturais em todas as áreas trabalhadas e o replantio das mudas não sobreviventes. Neste relatório, entregue em maio de 2018, além da comprovação das atividades de monitoramento, contém uma descrição dos trabalhos realizados para o replantio e a importância da realização dos tratamentos culturais, a executados nas áreas trabalhadas.

➤ Produto 5 – Relatório Técnico de Monitoramento II e Relatório Final

Este produto, entregue em abril de 2019, contempla a segunda execução de tratamentos culturais em todas as áreas trabalhadas e o replantio das mudas não sobreviventes, bem como uma síntese de todos os trabalhos executados de proteção e recomposição, durante todo o programa, destacando a importância para a recuperação ambiental da bacia.

6.3. Identificação no PIRH/PARH

Programa: Incremento de Áreas Legalmente Protegidas

Subprograma: P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes

Objeto: Análise simultânea das informações geradas em outros programas, com definição de trechos críticos. Dentre estes, seleção dos trechos viáveis de serem recuperados e que possam ser utilizados como unidades demonstrativas. Implantação de dez unidades demonstrativas ao longo da bacia, com instrumentação para a caracterização de alteração dos processos de geração e arraste de sedimentos. Manutenção das unidades demonstrativas e monitoramento e avaliação pelo período mínimo de cinco anos. Na conservação das nascentes, será realizada a seleção de uma sub-bacia piloto, com posterior mapeamento, identificação e caracterização das principais nascentes, considerando-se as mais conhecidas pela população local e as de maior vazão; visita a campo para avaliação das condições e proposta de recuperação; seleção das áreas demonstrativas e execução de projeto e orçamentação; implantação das unidades demonstrativas; monitoramento e avaliação dos resultados obtidos; análise de eficiência e de eficácia das medidas adotadas; definição de estratégias de divulgação dos resultados; apoio às iniciativas individuais de recuperação das nascentes.

Valor Estimado: R\$ 8.640.000,00

7. IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

4.1. (P61.2) Fortalecimento dos Comitês

4.2. Ações do IBIO

O IBIO, atuando como Secretaria Executiva dos Comitês da Bacia do Rio Doce, dá apoio aos CBHs na organização de reuniões plenárias dos Comitês, reuniões de Câmaras Técnicas, realização e participação em eventos e as demais atividades promovidas pelos CBHs. Tal suporte demanda do IBIO uma série de contratações e gerenciamento destas, como serviços de realização e apoio a eventos, reserva e compra de passagens aéreas, locação de veículos, etc.

É importante ressaltar que, em 2016, houve significativa ampliação da equipe, fato que melhorou a prestação dos serviços nos anos de 2016 e 2017. No entanto, em 2018, devido à nova conjuntura financeira da Bacia foi necessária a desmobilização de alguns funcionários, fato que afetou a Secretaria Executiva, cuja equipe foi significativamente reduzida. Em função do novo cenário houve alinhamentos junto aos CBHs e o redimensionamento das atividades, visando não comprometer o atendimento e garantir o pleno funcionamento dos comitês. Para tanto houve priorização das demandas e um maior envolvimento da diretoria dos comitês no suporte às atividades operacionais. A seguir são apresentadas as principais atividades desenvolvidas pela secretaria executiva de apoio aos CBHs, setor da agência que acompanha diretamente as atividades dos comitês.

- Elaboração de ata das diversas reuniões, ofícios diversos de acordo com as solicitações;
- Auxílio ao IBIO e Comitês de Bacias Hidrográficas em reuniões, eventos e demais demandas como apoio técnico e organizacional;
- Análise, redação e revisão de processos, correspondências e documentos diversos;
- Controle de arquivos e documentos em geral dos comitês;
- Monitoramento e apoio à organização das agendas dos comitês;
- Participação em processos de compras de materiais e serviços demandas pelo comitê, bem como suporte apoio nos processos de licitações, compras, contratos administrativos ou outras atividades relacionadas à área administrativa, financeira e contábil; acompanhamento destes contratos deliberados;
- Atendimento ao público interno e externo em geral.
- Conferência de documentação relacionada às empresas de eventos, locação de veículos e aquisição de passagens aéreas;
- Apoio na elaboração de prestação de contas;
- Confecção, pagamento e juntada de toda a documentação relacionada às diárias de viagens dos membros e convidados de Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Doce e seus afluentes - CBHs, assim como dos funcionários e convidados do IBIO;
- Auxílio no controle de documentação administrativa do IBIO e CBH;
- Auxílio nas logísticas das viagens realizadas pelos CBHs e IBIO;
- Desenvolvimento de projetos de comunicação integrada dos CBHs e do IBIO;

- Apoio ao desenvolvimento dos trabalhos de assessoria de imprensa, relações públicas, media training, organização de eventos e produção de conteúdos e mídias customizadas como: jornais, revistas institucionais, boletins, jornal mural e newsletters.
- Composição de comissões de trabalho, para as quais tenha sido nomeado por ato administrativo;
- Identificação, proposição e implementação de melhoria contínua nos processos administrativos;

Abaixo, seguem as principais reuniões e os eventos realizados pelo CBH-Caratinga em 2019. Todas as atividades tiveram o suporte do IBiO, mesmo que não presencialmente.

Tabela 1 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Caratinga no ano de 2019

Data	Município	Reuniões
Reuniões Ordinárias		
11/07/2019	Caratinga/MG	Reunião Ordinária do CBH - Caratinga
Reuniões Extraordinárias		
27/02/2019	Caratinga/MG	Reunião Extraordinária do CBH - Caratinga
03/12/2019	São Sebastião do Anta/MG	Reunião Extraordinária do CBH - Caratinga



Figura 10 – Reunião Ordinária do CBH-Caratinga – 11/07/2019



Figura 11 - Reunião Extraordinária do CBH - Caratinga – 03/12/2019

Tabela 2 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH- Caratinga em 2019

Data	Município	Reuniões
Reuniões da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL)		
06/02/2019	Governador Valadares/MG	Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas Institucionais e Legais

Tabela 3 - Reuniões da Diretoria Executiva do CBH- Caratinga em 2019

Data	Município	Reuniões
27/06/2019	Caratinga/MG	Reunião da Diretoria Executiva do CBH-Caratinga

O detalhamento das principais atividades realizadas pelo CBH-Caratinga consta no Relatório Anual de Atividades, apresentado à Gerência de Apoio aos CBHs, do IGAM, disponível no seguinte link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/wp-content/uploads/2017/02/RELAT%C3%93RIO-ANUAL-DE-ATIVIDADES-CBH-CARATINGA-2019.pdf>

4.3. Identificação no PIRH/PARH

Programa: Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos

Subprograma: P61.2 Subprograma Fortalecimento dos Comitês na Bacia Segundo o Arranjo Institucional Elaborado no Âmbito do Plano e Objetivando a Consolidação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Objeto: Ações de fortalecimento dos comitês de bacia junto à sociedade e às instituições, visando a consolidação do sistema nacional e dos sistemas estaduais de gerenciamento dos recursos hídricos.

Valor Estimado: R\$ 6.000.000,00

7.4. (P61.1) Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia

7.5. Ações do IBIO

Em 2018, a Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente da Bacia do rio Doce, por meio de seu Promotor, entrou em contato com o IBIO para tratar do Projeto de Estruturação das Unidades Regionais de Gestão das Águas (PROURGAS), objetivando o apoio ao Projeto.

Por sua vez, o IBIO informou que qualquer ação da Entidade Equiparada necessitava de aprovação dos comitês, orientando sobre a tramitação a ser seguida para apresentação do Projeto junto aos mesmos. Assim, durante a reunião da Câmara Técnica de Integração, ocorrida no dia 05 de dezembro de 2018, o Coordenador das Promotorias de Meio Ambiente da Bacia do rio Doce apresentou o Projeto PROURGAS (Figura 12), explicando que o principal objetivo do Projeto é sanar o passivo de outorgas existente em Minas Gerais, estruturando a Unidade Regional do IGAM no Leste de Minas, a fim de conseguir eliminar o passivo e regularizar a situação de inúmeros usuários.

Em 2019, para a continuidade das ações, o IBIO elaborou um Plano de Trabalho visando atender ao Projeto PROURGAS proposto pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM. O Plano de Trabalho foi concluído em março de 2019.

Para consecução dos objetivos deste Plano de Trabalho, foi necessária a assinatura de um Termo de Compromisso, tendo como Compromitente o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), como Compromissários a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e o Instituto BioAtlântica (IBIO), com a interveniência dos CBHs mineiros afluentes ao rio Doce. Em abril de 2019, ocorreu a formalização do Termo de Compromisso, com a devida aprovação e assinatura dos Presidentes dos CBHs mineiros.

As datas das aprovações dos CBHs e das reuniões plenárias estão relacionadas abaixo (Figura 13, Figura 14, Figura 15):

- CBH-Piranga:
 - Ad Referendum: 07/05/2019
 - Aprovação em plenária: 18/06/2019
- CBH-Piracicaba:
 - Aprovação em plenária: 02/05/2019 – foi direto na plenária, sem necessidade de ad referendum
- CBH-Santo Antônio:
 - Ad Referendum: 07/05/2019
 - Aprovação em plenária: 11/06/2019

- CBH-Suaçuí:
 - Ad Referendum: 07/05/2019
 - Aprovação em plenária: 07/06/2019
- CBH-Caratinga:
 - Ad Referendum: 07/05/2019
 - Aprovação em plenária: 11/07/2019
- CBH-Manhuaçu:
 - Ad Referendum: 07/05/2019
 - Aprovação em plenária: 04/06/2019

Com a formalização do Termo de Compromisso, o IBIO, durante os meses de junho a setembro de 2019, promoveu a contratação da Agência de Integração, responsável pela formalização da contratação dos estagiários. Em paralelo, O IBIO promoveu um processo para a seleção dos estagiários e providenciou a estrutura necessária para a execução do Projeto. Os estagiários iniciaram suas atividades no dia 24 de setembro de 2019.

Considerando que os processos de outorga se encontram na URGA – Leste de Minas, os estagiários do IBIO estão exercendo suas atividades em suas dependências, sendo que os equipamentos foram disponibilizados e ficarão disponíveis durante a vigência deste Projeto, sob a guarda e manutenção da própria URGA – Leste de Minas.

Para a realização das atividades, foram contratados 06 (seis) estagiários de nível superior que estavam cursando, a partir do 3º período com experiência comprovada em Excel, os seguintes cursos:

- Engenharia Ambiental e Sanitária (Três estagiários);
- Engenharia Civil (Um estagiário);
- Direito (Dois estagiários).

As atividades dos estagiários, conforme a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Lei de Estágio), estão sendo realizadas nos dias úteis de trabalho, com carga horária de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 horas semanais, observando a escala de funcionamento da URGA. São 03 (três) estagiários no período da manhã e 03 (três) estagiários no período da tarde. O pagamento da bolsa de estágio ficou a cargo do IBIO, devendo a URGA encaminhar mensalmente a folha de ponto assinada pelos estagiários.

Para todos os estagiários foram traçados os planos de trabalho a serem seguidos com a produção de relatórios de acompanhamento a cada quadrimestre do Projeto. Os estagiários, durante a execução deste Projeto, exercerão o apoio técnico à URGA, auxiliando os servidores da Unidade nas etapas do fluxograma dos processos de outorga até à publicação da portaria de outorga, como o cadastro das outorgas no SISCAD, conferência de documentos, pré-análise técnica, redação de minutas de pareceres técnicos e jurídicos, recebimentos de informações complementares, auxílio na emissão de certificados e atendimento de dúvidas técnicas ao público em geral.

Para a supervisão técnica de todos os trabalhos dos estagiários foram designados servidores da URGA – Leste de Minas para acompanhar os produtos produzidos. O IBIO promoveu ainda a disponibilização de computadores e de estações de trabalho (mesas e cadeiras) que estavam ociosos em sua sede. Os computadores e estações de trabalho ficarão cedidos durante a vigência do Projeto,

sendo devolvidos ao IBIO após o encerramento. A SEMAD forneceu o espaço para a estruturação da URGA – Leste de Minas, incluindo as adequações das salas (cabeamento e pontos de energia e internet). Abaixo, seguem algumas reuniões realizadas para tratar do PROURGAS.



Figura 12 – 3ª Reunião do 4º Mandato da CTI – Apresentação do PROURGAS 05/12/2018



Figura 13 - 80ª Reunião Ordinária do CBH-Piracicaba – Aprovação do PROURGAS 02/05/2019



Figura 14 - Reunião Ordinária do CBH-Caratinga – Aprovação do PROURGAS 11/07/2019



Figura 15 - 40ª Reunião Ordinária do CBH-Manhuaçu – Aprovação do PROURGAS 04/06/2019

7.6. Identificação no PIRH/PARH

Programa: Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos

Subprograma: P61.1 Subprograma Cadastramento e Manutenção do Cadastro dos Usos e dos Usuários de Recursos Hídricos da Bacia.

Objeto: Montar a base operacional para a aplicação dos instrumentos de gestão integrada dos recursos hídricos.

Valor Estimado: R\$ 25.200.000,00

8. PROCESSOS DE OUTORGA

A atuação do IBIO como agência de água dos Comitês de Bacia não se restringe apenas à execução dos Programas, havendo diversas atividades ao longo do ano que são demandadas pelos CBH's, no que se refere à apoio técnico, jurídico e administrativo. Uma dessas demandas são as análises dos processos de outorga, que conforme a Deliberação Normativa do CERH-MG nº 31/2009:

Art. 2º - Os processos de requerimento de outorga para empreendimentos de grande porte e com potencial poluidor serão encaminhados aos comitês de bacias hidrográficas pelo IGAM ou pela SUPRAM, devidamente acompanhados dos respectivos pareceres técnicos e jurídicos conclusivos.

Parágrafo único. Os técnicos responsáveis pelos pareceres conclusivos, ou aqueles outros designados pelo IGAM, deverão acompanhar o processo de aprovação nos comitês, estando presentes em todas as instâncias de decisão, para os devidos esclarecimentos.

Art. 3º - Os pareceres sobre a outorga solicitada serão analisados pela Agência de Bacia ou entidade a ela equiparada, que encaminhará suas conclusões para decisão do comitê de bacia hidrográfica.

§1º Na inexistência da Agência de Bacia ou entidade a ela equiparada, a análise do parecer de outorga poderá ser realizada pela Câmara Técnica competente do respectivo comitê, que encaminhará suas conclusões para decisão em plenário.

§2º A critério do comitê de bacia hidrográfica, a Câmara Técnica poderá ser a instância final deliberativa relativa à decisão sobre a aprovação das outorgas.

A Deliberação prevê ainda que os CBH's terão prazo de até 60 dias corridos para deliberar sobre a aprovação das outorgas. Logo, assim que os processos são protocolados junto aos CBH's, é necessário rapidamente iniciar o processo de análise ou contratação de especialista no IBIO, levar para discussão da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC) e para deliberação da plenária do respectivo CBH. Tal prazo, muitas vezes inviabiliza a manifestação dos CBH's.

No ano de 2019, ao todo foram protocolados juntos aos CBH's mineiros (a Deliberação é referente ao Estado de Minas Gerais apenas) 6 processos de outorga, sendo:

- CBH Piracicaba: processos nº 00676/2013, nº 16775/2015, nº 16776/2015 e nº 13895/2015
- CBH Santo Antônio: processo nº 9150/2018
- CBH Manhuaçu: processo nº 5762/2007

A seguir apresentamos, por CBH, um resumo de cada um dos processos analisados.

CBH Piracicaba

- **Processo: nº 00676/2013**

Assunto: Renovação e retificação da Portaria de Outorga nº 108/2008, na modalidade Autorização, para desvio total de curso d'água.

Requerente: Samarco Mineração S.A.

Finalidade: Extração Mineral. Disposição de rejeito/estéril.

Localização: Mina do Germano - Rodovia MG 129, KM 117, Zona Rural, Município de Mariana/MG. CEP: 35.420-000. Bacia Estadual: Rio Piracicaba.

- **Processo: nº 16775/2015**

Assunto: Pleito de outorga, na modalidade Autorização, para Captação de Água Subterrânea para fins de Rebaixamento de Nível de Água para Mineração – Mina de Fazendão.

Requerente: Vale S.A.

Finalidade: Rebaixamento de nível d'água.

Localização: Mina de Fazendão - Estrada de Ferro Vitória Minas, km 596, Município de Catas Altas/MG. CEP: 35.969-000. Bacia Estadual: Rio Piracicaba.

- **Processo: nº 16776/2015**

Assunto: Pleito de outorga, na modalidade Autorização, para Desvio Total de Curso D'Água – Mina de Fazendão.

Requerente: Vale S.A.

Finalidade: Desvio total de curso de água.

Localização: Mina de Fazendão - Estrada de Ferro Vitória Minas, km 596, Município de Catas Altas/MG. CEP: 35.969-000. Bacia Estadual: Rio Piracicaba.

- **Processo: nº 13895/2015**

Assunto: Pleito de outorga para Aproveitamento de Potencial Hidrelétrico - PCH Antônio Dias.

Requerente: Alupar Investimento S.A (Água Limpa Energia S.A).

Finalidade: Geração de energia.

Localização: AES 81, Km 280 - Rio Piracicaba. Zona Rural Comunidade do Japão, Município de Antônio Dias/MG. CEP: 35178-971. Bacia Estadual: Rio Piracicaba.

CBH Santo Antônio

- **Processo: nº 9150/2018**

Assunto: Retificação da Portaria de Outorga 581/2010, na modalidade Autorização, para captação em Barramento com regularização - área maior que 5ha.

Requerente: Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A.

Finalidade: Disposição de rejeitos, regularização de vazões, captação para consumo industrial, aspersão de vias e recirculação de água.

Localização: Fazenda Passa Sete, S/N, Zona Rural, Município de Conceição do Mato Dentro/MG. Bacia Estadual: Rio Santo Antônio.

CBH Manhuaçu

- **Processo nº 05732/2007**

Assunto: Pleito de outorga para Aproveitamento de Potencial Hidrelétrico

Requerente: Rio Manhuaçu Energética S.A.

Finalidade: Geração de energia elétrica

Localização: Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Benjamim Mário Baptista (Nova Sinceridade), Reduto/MG.